



**Serviços Técnicos Especializados de
Engenharia votados à Modernização e
Reestruturação da Gestão Tributária,
Territorial e Fiscal da Prefeitura de
Rio Largo/AL**

**Atualização do Plano Diretor Municipal
de Rio Largo/AL— PDM de Rio Largo/AL**

Produto 3

**Volume 3B — Propostas
por Eixos Estratégicos**

Contrato Administrativo n. 064/2022

Brasília, setembro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CAPTAÇÃO
DE RECURSOS – SEPLA

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA VOTADOS À
MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA,
TERRITORIAL E FISCAL DA PREFEITURA DE RIO LARGO/AL

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RIO LARGO

Volume 3B — Propostas por Eixos Estratégicos

Concorrência Pública nº 001/2022

Processo Administrativo nº. 0524-004/2021

Contrato Administrativo nº 064/2022

EGL Engenharia Ltda.

SMAS, Trecho 3, Conjunto 3, Torre A, salas 213 a 216, Setores Complementares, Edifício The Union, Brasília / DF, CEP: 70.610-635

Brasília / DF, setembro de 2023.

Administração Municipal

Gilberto Gonçalves

Prefeito Municipal

Carlos Gonçalves

Secretaria Municipal de Governo

Wellington Santos da Silva

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Captação de Recursos

Gustavo Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Joyce Tenório Padilha de Vasconcelos Carnaúba

Secretaria Municipal de Finanças

Allana Lopes Pereira Brandão

Secretaria Municipal de Lazer, Cultura, Esporte e Turismo

Washington Miranda

Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito

Rosival Ramos da Rocha Lins

Secretário do Meio Ambiente

EGL ENGENHARIA

Equipe Técnica

Diretor Técnico:	Luis Cláudio França
Gerente Operacional de Cadastro:	Diêx Lettieri Júnior
Gerente Operacional de Transportes:	Eng. Beatriz Berti da Cóstä
Gerente Operacional de Tec. da Informação:	Eliezer Vieira da Silva
Coordenação Planejamento de Transportes:	Eng. Flávio Amaral Ferrari Eng. Cláudio Leite de Freitas
Coordenação do Plano Diretor:	Arq. Thaís Caetano Bochi
Coordenação de Geoprocessamento:	Geo. Thiago Avelar Chaves
Coordenação de Estudos Territoriais:	Arq. Ana Paula Martins
Coordenação de Tec. da Informação:	Fernando Meira de Vasconcelos
Coordenação Planejamento e Gestão:	Eng. Marilei Menezes
Coordenação Administrativa:	Adm. Ana Cláudia Oliveira
Consultores em Mobilidade:	Eng. Alexandra Benetti Riffel Eng. Marina de Almeida G. Soriano Arq. Jackson Damiano Magalhães Arq. Bruno Corrêa Terra Amaral

Equipe de Consultores Externos

Airton Ibiapina

Arquiteto e Urbanista

Alexander Laranjeira

Arquiteto e Urbanista, Esp.

Suelen Coelho

Arquiteto e Urbanista, Esp.

Maria Lusiane de Freitas

Geógrafa, Me.

Paulo Francisco Barbosa Sousa

Economista, Me.

Yasmin de Oliveira Melo Maciel

Assistente Social, Esp

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Macrozoneamento Municipal Proposto	9
3. Instrumentos do Plano Diretor: Conceitos e Aplicações.....	12
3.1. Macrozoneamento	12
3.2. Zoneamento	12
3.3. Zoneamento Especial	12
3.4. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).....	13
3.5. Parcelamento do Solo Urbano.....	13
3.6. Projetos Específicos de Expansão Urbana (PEEU).....	14
3.7. Operação Urbana Consorciada (OUC)	14
3.8. Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)	14
3.9. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).....	14
3.10. Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU).....	15
3.11. Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)	15
3.12. Transferência do Direito de Construir (TDC).....	16
3.13. Direito de Preempção	17
3.14. Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC); IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública	17
3.15. Consórcio Imobiliário	18
3.16. Órgãos Colegiados e Fundos Municipais de Política Urbana	19
3.17. Debates, audiências, consultas públicas e conferências sobre assuntos de interesse urbano	20
4. Parâmetros Urbanísticos do Plano Diretor.....	21
4.1. Parâmetros de Parcelamento	21
4.2. Parâmetros de Uso	22
4.3. Parâmetros de Ocupação.....	23
4.4. Parâmetros de Incomodidade.....	26
5. Propostas do Eixo Estratégico 1 — Sustentabilidade Ambiental.....	27
5.1. Respostas às Problemáticas do Eixo Estratégico 1.....	27
5.2. Matriz de Referência (SWOT)	30
5.3. Estratégias, Diretrizes e Propostas	30
5.4. Zoneamento Ambiental.....	35
6. Propostas do Eixo Estratégico 2 — Desenvolvimento Urbano	40

6.1.	Respostas às Problemáticas do Eixo Estratégico 2.....	40
6.2.	Matriz de Referência (SWOT)	43
6.3.	Estratégias, Diretrizes e Propostas	44
6.4.	Zoneamento Urbano	50
6.5.	Sistema Viário Básico	61
7.	Propostas do Eixo Estratégico 3 — Desenvolvimento Econômico	66
7.1.	Respostas às Problemáticas do Eixo Estratégico 3.....	66
7.2.	Matriz de Referência (SWOT)	69
7.3.	Estratégias, Diretrizes e Propostas	70
8.	Propostas do Eixo Estratégico 4 — Desenvolvimento Social	75
8.1.	Respostas às Problemáticas do Eixo Estratégico 4.....	75
8.2.	Matriz de Referência (SWOT)	78
8.3.	Estratégias, Diretrizes e Propostas	79
9.	Projetos Prioritários para o Município de Rio Largo/AL.....	83
9.1.	Planos e Projetos Previstos nas Propostas do Plano Diretor Municipal de Rio Largo83	
9.2.	Ordem de Prioridade Sugerida para os Planos e Projetos	89
10.	Referências.....	91
11.	Apêndices	93
11.1.	Apêndice I — Mapa do Macrozoneamento do Município de Rio Largo/AL..	93
11.2.	Apêndice II — Mapa do Zoneamento Ambiental do Município de Rio Largo/AL.....	Erro! Indicador não definido.
11.3.	Apêndice III — Mapa do Zoneamento Urbano do Município de Rio Largo/AL	Erro! Indicador não definido.
11.4.	Apêndice IV — Mapa do Sistema Viário Básico do Município de Rio Largo/AL.....	Erro! Indicador não definido.

1. Introdução

Este relatório faz parte dos produtos relacionados às atividades de Atualização do Plano Diretor Municipal de Rio Largo/AL — PDM de Rio Largo/AL, referente ao Contrato n. 013/2022 celebrado entre o Município de Rio Largo/AL e a EGL Engenharia, cujo objeto é a contratação Serviços Técnicos Especializados de Engenharia votados à Modernização e Reestruturação da Gestão Tributária, Territorial e Fiscal da Prefeitura de Rio Largo/AL.

A elaboração ou atualização de um Plano Diretor Municipal (PDM) é uma tarefa extensa e complexa, e por isso deve ser realizada em fases, devendo cada uma delas resultar em produtos entregues na forma de relatórios. De acordo com o planejamento deste trabalho, a Atualização do PDM de Rio Largo/AL está sendo realizada com a seguinte programação sequencial:

- **Etapas de Preparação:**
 - Produto 1 — Plano de Trabalho e Mobilização;
- **Etapas 1 — Leitura:**
 - Produto 2 — Relatório Técnico do Diagnóstico Municipal:
 - Produto 2A — Relatório de Leitura Técnica;
 - Produto 2B — Resumo Executivo da Leitura Técnica;
 - Produto 2C — Relatório de Leitura Comunitária;
 - Produto 2D — Diagnóstico Municipal Consolidado.
- **Etapas 2 — Proposta:**
 - Produto 3 — Relatório Técnico da Formulação de Propostas por Eixos Estratégicos:
 - Produto 3A — Visão Estratégica do PDM de Rio Largo/AL;
 - **Produto 3B — Propostas por Eixos Estratégicos;**
 - Produto 3C — Síntese da Proposta de Atualização do PDM de Rio Largo/AL.
- **Etapas 3 — Sistematização:**
 - Produto 4 — Minutas dos Projetos de Lei da Revisão do Plano Diretor Municipal de Rio Largo/AL:
 - Produto 4A — Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor Municipal de Rio Largo/AL;
 - Produto 4B — Projeto de Lei de Parcelamento do Solo de Rio Largo/AL;

- Produto 4C — Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo de Rio Largo/AL;
- Produto 4D — Projeto de Lei do Código de Posturas de Rio Largo/AL; e
- Produto 4E — Projeto de Lei do Código de Obras e Edificações de Rio Largo/AL.

O presente volume corresponde ao segundo relatório parcial da Etapa 2 — Proposta, parte integrante do *Produto 3 — Relatório Técnico da Formulação de Propostas por Eixos Estratégicos*, intitulado como *Produto 3B — Propostas por Eixos Estratégicos*. Aqui é apresentado o detalhamento da Visão Estratégica para o município em ações de âmbito estratégico, tático e operacional, a fim de dar subsídios suficientes para a composição dos instrumentos legais que sistematizarão a Atualização do Plano Diretor Municipal de Rio Largo — a fase final deste trabalho.

As propostas partem, em cada Eixo Estratégico, das contribuições feitas pelos participantes das Oficinas Temáticas, realizadas no município em agosto de 2023, que propuseram soluções para as principais problemáticas identificadas na Etapa 1 — Leitura. Esses conteúdos, discutidos em conjunto nos eventos participativos, forneceram uma boa visão local para cada situação, e contribuíram para calibrar a abordagem estratégica apresentada no último relatório. O material produzido nas oficinas temáticas, as listas de presenças e demais documentos encontram-se no Apêndice I desse relatório.

Como as propostas deste relatório se baseiam e são desdobramentos das estratégias constantes no volume anterior, tais estratégias são reapresentadas aqui de forma literal, acompanhadas da Matriz de Referência SWOT para cada Eixo Estratégico, a fim de facilitar a análise das ações propostas e sua aderência à Visão Estratégica concebida para o Plano Diretor Municipal de Rio Largo/AL.

2. Macrozoneamento Municipal Proposto

O conjunto de estratégias proposto no primeiro volume deste produto aponta para a importância do ordenamento territorial como elemento chave para o planejamento urbano sustentável. Como não poderia deixar de ser, o Plano Diretor deve iniciar suas propostas pela organização mais básica do território de um município, que é sua divisão entre o espaço urbano e o rural, de forma a garantir sua distinção e promover a integração necessária e salutar entre essas duas dimensões espaciais.

Como primeira proposta, portanto, foi elaborado o **Macrozoneamento do Município de Rio Largo/AL**, que identifica e delimita um perímetro urbano e o distingue das demais áreas do território, que são classificadas como rurais. Em Rio Largo, esse Macrozoneamento é configurado da seguinte forma:

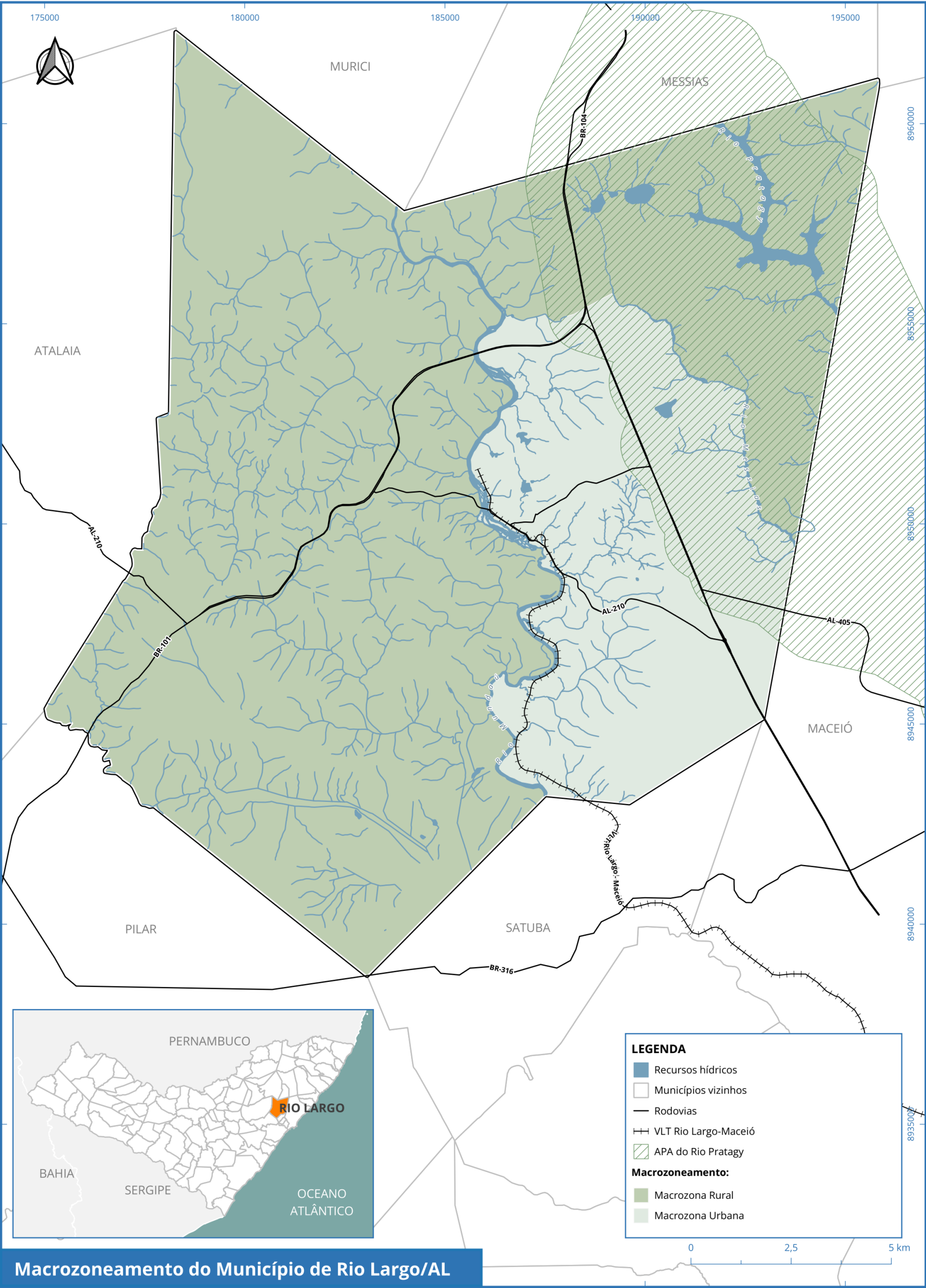
- **Macrozona Urbana:** parcela do município delimitada ao leste pelo rio Messias, a oeste pelo rio Mundaú, ao sul pelo limite municipal (com Maceió e Satuba) e ao norte por um traçado irregular nas proximidades do encontro das rodovias BR-101 e BR-104.
- **Macrozona Rural:** parcela do município que corresponde às demais áreas do município, e que não apresentam qualquer subdivisão, visto que Rio Largo não possui separação por distritos.

O mapa que apresenta essa organização territorial mais ampla é a seguir, na Figura 2.1.

Em toda esta revisão do PDM de Rio Largo, desde as primeiras ações, procurou-se aproveitar ao máximo as soluções já conquistadas pelo município, com propostas de correções e/ou adaptações quando necessário, a partir da visão conjunta construída entre o Poder Público, a sociedade civil organizada e a empresa consultora. Entretanto, como Rio Largo não possui divisão distrital ou uma lei que defina oficialmente seu perímetro urbano, a proposta aqui apresentada é um ponto de partida nesse quesito.

A Macrozona Urbana se caracteriza pela parcela do território em que são permitidas as formas legais de parcelamento do solo, com abertura de novas vias, lotes e a concentração e intensificação de atividades humanas que representam mais propriamente as cidades: moradia de múltiplas densidades, atividades comerciais e de serviços, atividades industriais e logísticas, equipamentos públicos de saúde, ensino, lazer, etc. Essa Macrozona, por sua vez, é subdividida em zonas menores de caráter ambiental — que definem graus de preservação, recuperação ou usos sustentáveis — e urbano — que promovem usos específicos, graus de adensamento construtivo e/ou populacional, regularização fundiária e desenvolvimento socioeconômico, entre outros.

Figura 2.1 — Mapa de Macrozoneamento do município de Rio Largo (versão reduzida)



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

Esses zoneamentos se complementam mutuamente. Enquanto o **Zoneamento Ambiental** se ocupa de preservar e recuperar áreas ambientalmente relevantes e sensíveis, colocando **limites sustentáveis** à urbanização e protegendo os recursos naturais para o seu melhor aproveitamento, o **Zoneamento Urbano** estabelece a organização da cidade (seus espaços, hierarquia e conexões viárias e edificações) por meio da **definição de parâmetros** de parcelamento, uso, ocupação e incomodidade das atividades urbanas, ainda com o mesmo fim: construir um horizonte sustentável para o município.

A concretização desse desenvolvimento só é possível, na política urbana brasileira atual, por meio dos chamados **instrumentos urbanísticos do Plano Diretor**, que são ferramentas úteis ao Poder Público para intervir de forma efetiva no tecido urbano, a fim de pavimentar o caminho para a cidade planejada.

Os conceitos e exemplos de aplicação desses instrumentos, bem como dos parâmetros urbanos, são apresentados e ilustrados nos próximos capítulos, antecedendo as propostas dos Eixos Estratégicos, ocasião em que serão realmente indicados para as várias situações previstas nesta atualização do Plano Diretor Municipal de Rio Largo.

3. Instrumentos do Plano Diretor: Conceitos e Aplicações

Os instrumentos urbanísticos do Plano Diretor são conjuntos de ações e procedimentos legais para intervir, regulamentar, controlar e direcionar o desenvolvimento no território através da legislação a ser aprovada pelo município. Esses instrumentos foram instituídos na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano através do Estatuto da Cidade, porém eles podem extrapolar a lista original do Estatuto desde que estejam alinhados aos seus princípios e sejam legalmente válidos no país.

No âmbito do Plano Diretor Municipal (PDM) de Rio Largo, os instrumentos urbanísticos serão aplicados em função das estratégias, diretrizes e ações propostas para o desenvolvimento sustentável do município, adequando-se à esfera de cada um dos quatro eixos estratégicos que estruturam o PDM. A legislação que resultará da próxima etapa deste trabalho, e que será alicerçada neste relatório, fará uso desses instrumentos, definindo as situações em que se aplicam e regulamentando sua utilização em Rio Largo.

A fim de elucidar o que compreende cada instrumento apresentado neste relatório e facilitar o entendimento de como eles podem ser aplicados no município de Rio Largo, foi elaborado este capítulo como uma espécie de glossário. A conceituação dos instrumentos apresentados foi baseada no Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores desenvolvido e publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em parceria com o Ministério do Meio Ambiente em 2022.

3.1. Macrozoneamento

O Macrozoneamento serve como a fundação para estabelecer como o solo será utilizado e ocupado no município. Ele consiste em um mapeamento e conjuntos de diretrizes que delineiam a divisão do território em unidades territoriais, refletindo a finalidade que o município deseja atribuir a suas diversas áreas.

3.2. Zoneamento

O principal mecanismo para controlar questões urbanísticas e ambientais é o Zoneamento, que atualmente está sendo estabelecido no Plano Diretor. O Zoneamento municipal deve abranger todo o território do município e levar em conta as restrições e limitações ambientais definidas pelas leis federais ou estaduais aplicáveis. Além disso, é importante incorporar considerações relacionadas à segurança, geologia, patrimônio histórico, configuração do espaço (incluindo o tamanho dos edifícios e o padrão de uso do solo) e infraestrutura existente.

3.3. Zoneamento Especial

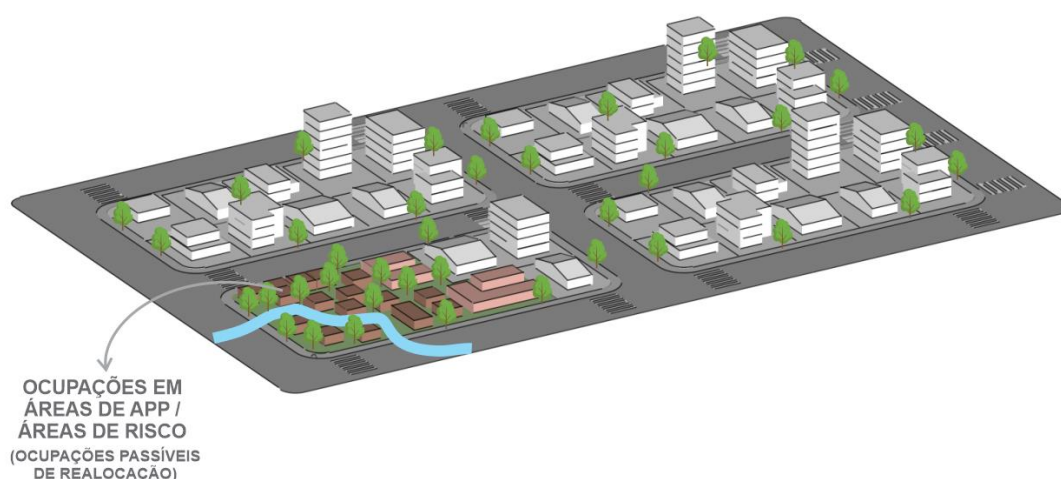
O Zoneamento Especial, como o próprio nome indica, é uma categoria de zoneamento aplicada em situações particulares dentro do território municipal, não sendo, portanto, uma regra geral válida para todos os municípios. Essas áreas, em geral, se destacam por desvios dos padrões estabelecidos pelo zoneamento circundante e/ou pelas normas municipais. Em outras palavras, o uso socioambiental dessas áreas não se encaixa nos

critérios convencionais de zoneamento. As zonas especiais geralmente têm limites de área relativamente pequenos em comparação com as zonas regulares, embora também possam ser projetadas para aplicar critérios especiais de proteção ou promoção de determinadas populações, usos ou estruturas, bem como do ambiente natural.

3.4. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

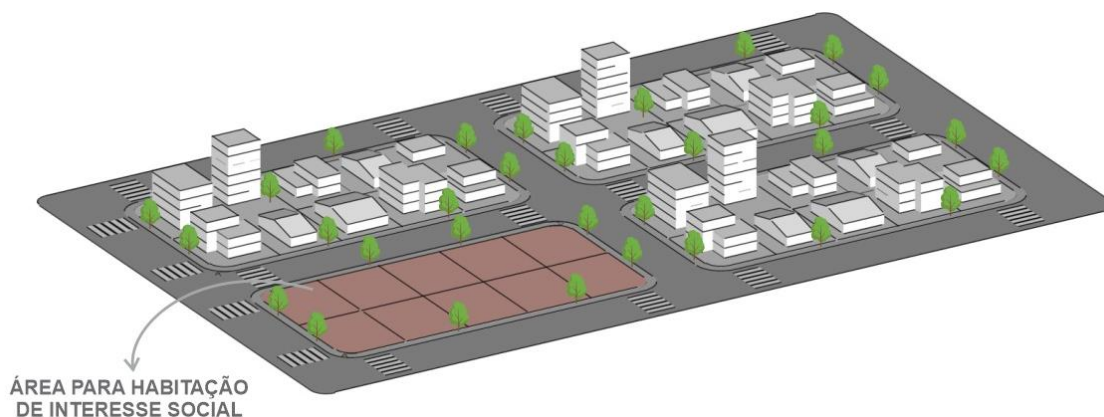
A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) não representa um mecanismo de regularização fundiária em si, uma vez que não envolve a transferência de propriedade ou a criação de direitos reais. Em vez disso, trata-se de um instrumento urbanístico que desempenha um papel significativo nos procedimentos de regularização fundiária.

Figura 3.1 — Exemplo de área passível de regularização e de relocação de habitação em área de risco



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

Figura 3.2 — Exemplo de demarcação de área para HIS



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

3.5. Parcelamento do Solo Urbano

A atividade de Parcelamento do Solo destinado a fins urbanos é regulamentada pela Lei Federal n. 6.766/79, que serve como um conjunto de diretrizes urbanísticas mínimas para a aprovação de projetos de Parcelamento do Solo em todo o país. No entanto, é

importante ressaltar que os municípios têm a prerrogativa e a responsabilidade de criar regulamentações locais específicas para orientar essa atividade de acordo com suas características e necessidades particulares.

3.6. Projetos Específicos de Expansão Urbana (PEEU)

O Estatuto da Cidade incorporou as diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), que estabelecem a necessidade de desenvolver um projeto específico para a ampliação do perímetro urbano, incluindo áreas destinadas à expansão da cidade. Portanto, de acordo com as leis federais, esse instrumento não se refere estritamente a projetos de expansão urbana, mas sim à ampliação dos limites do perímetro urbano. Essa inclusão nas diretrizes para a elaboração de planos diretores teve como objetivo principal controlar a ocupação de áreas consideradas de risco, em vez de orientar a expansão urbana como um todo.

3.7. Operação Urbana Consorciada (OUC)

A Operação Urbana Consorciada (OUC) representa um dos mecanismos de gestão da valorização imobiliária que governa a concepção e execução de projetos urbanos elaborados de maneira cooperativa. Isso implica na integração das perspectivas e metas do poder público, agentes do mercado e da sociedade civil. A OUC diz respeito a intervenções planejadas em áreas específicas do território urbano, estabelecendo abordagens para concretizá-las, levando em consideração certos requisitos mínimos. O cerne de uma OUC é a coordenação de ações e regulamentações urbanísticas, ou seja, a coordenação de obras planejadas e regulamentações urbanas em conjunto com os interesses do setor privado para viabilizar a implementação de um projeto urbano de interesse público.

3.8. Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) representa uma das ferramentas essenciais no processo de licenciamento ambiental para a implementação de projetos e atividades que têm um impacto ambiental significativo, incluindo aqueles que têm o potencial de causar poluição ou degradação ambiental. Em contrapartida, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) atua como um resumo dos estudos detalhados realizados no âmbito do EIA. O RIMA é elaborado em um formato menos técnico, com o objetivo de tornar as informações acessíveis a um público mais amplo.

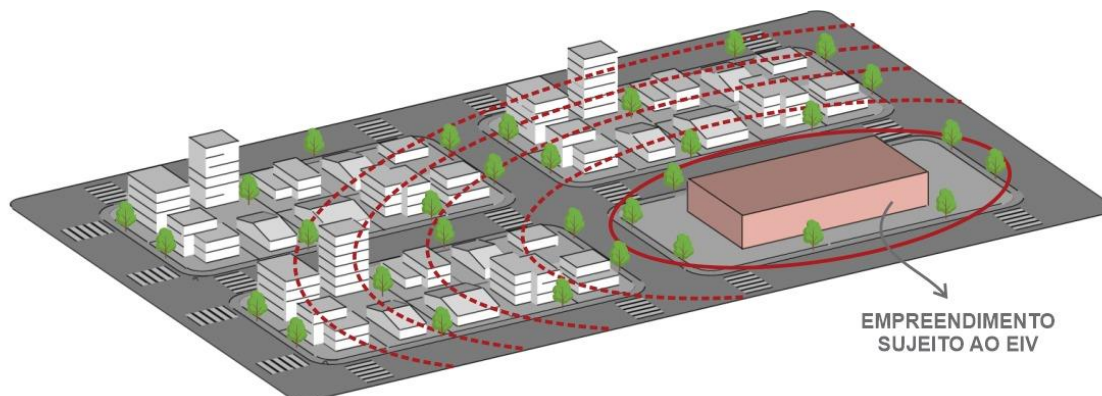
Vale ressaltar que o EIA é um documento que pode conter informações de natureza sigilosa relacionadas à empresa ou atividade envolvida, devido às suas particularidades. Por outro lado, o RIMA é de acesso público e deve ser divulgado de maneira transparente.

3.9. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é um instrumento adicional à regulamentação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que permite avaliar as consequências da instalação de empreendimentos e atividades de grande envergadura, quer sejam públicos ou privados, em áreas urbanas. Ele examina como esses empreendimentos afetam o entorno, com o objetivo de minimizar impactos negativos e promover impactos positivos

para a comunidade. Portanto, é aconselhável que o EIV seja elaborado antes da aprovação, autorização de construção e licenciamento desses empreendimentos.

Figura 3.3 — Exemplo de empreendimento Imobiliário sujeito ao Estudo de Impacto de Vizinhança



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

3.10. Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU)

A Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU) refere-se à definição de uma contrapartida a ser paga pela permissão de modificar o uso do solo, seja para fins de urbanização (transformação de áreas rurais em urbanas) ou para alterar o uso do solo permitido (por exemplo, de uso residencial para comercial, quando essa mudança torna a propriedade mais lucrativa). Sempre que o Plano Diretor municipal delimitar áreas onde essa alteração de uso é permitida, a OOAU será aplicada aos terrenos beneficiados.

De acordo com o Estatuto da Cidade (artigo 26), os recursos arrecadados por meio da OOAU devem ser destinados a:

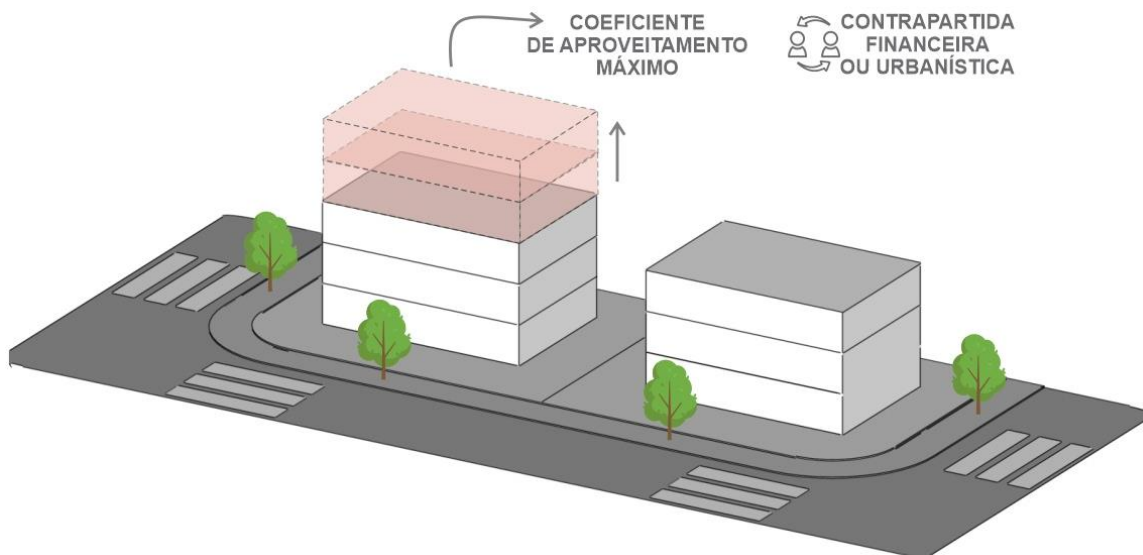
- i. Regularização fundiária;
- ii. Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- iii. Constituição de reserva fundiária; i
- iv. Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- v. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- vi. Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- vii. Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- viii. Preservação de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

3.11. Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)

A Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) é um mecanismo de política urbana usado para capturar parte dos ganhos decorrentes da valorização imobiliária de um terreno, que resulta de esforços coletivos, como investimentos públicos ou mudanças nas regulamentações de uso e ocupação do solo. Essa captação é uma maneira de compensar a valorização da terra e envolve a cobrança de uma contrapartida pelo direito

de construir acima do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) estabelecido pelos municípios para terrenos urbanos, até atingir o Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAMax). Sempre que o Plano Diretor municipal delimitar áreas onde o direito de construir acima do CAB seja permitido, a OODC será aplicada aos terrenos beneficiados.

Figura 3.4 — Exemplo de área sujeita à Outorga Onerosa do Direito de Construir

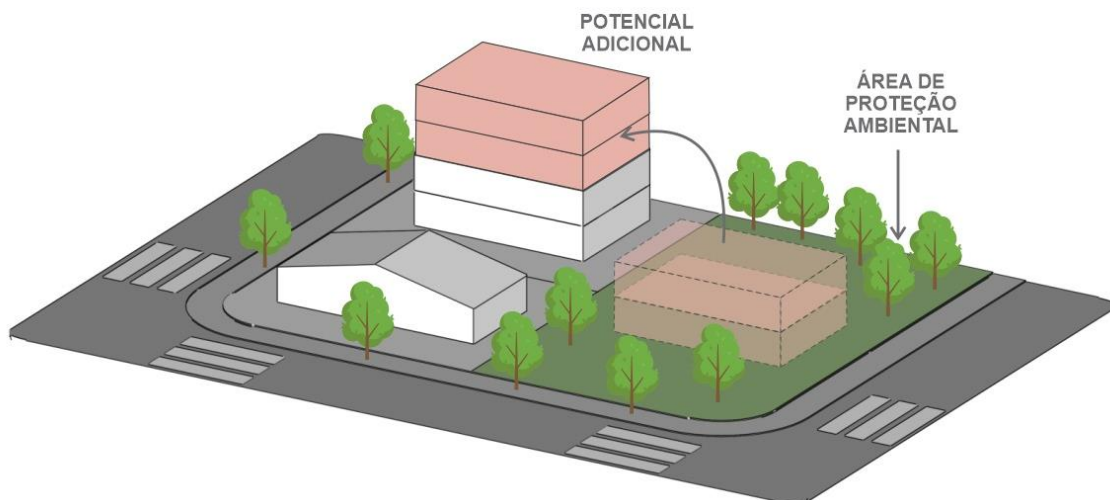


Elaboração: EGL Engenharia (2023).

3.12. Transferência do Direito de Construir (TDC)

A Transferência do Direito de Construir (TDC) é um mecanismo que concede ao proprietário de um imóvel a capacidade de aplicar, em outra localização, ou vender o direito de construir estabelecido pelas regulamentações urbanísticas, desde que esse direito ainda não tenha sido utilizado. A TDC oferece compensação ao proprietário de um imóvel localizado em áreas onde houve restrições ao direito de construir, em zonas de proteção ambiental ou em regiões de interesse histórico.

Figura 3.5 — Exemplo de área sujeita à Transferência do Direito de Construir

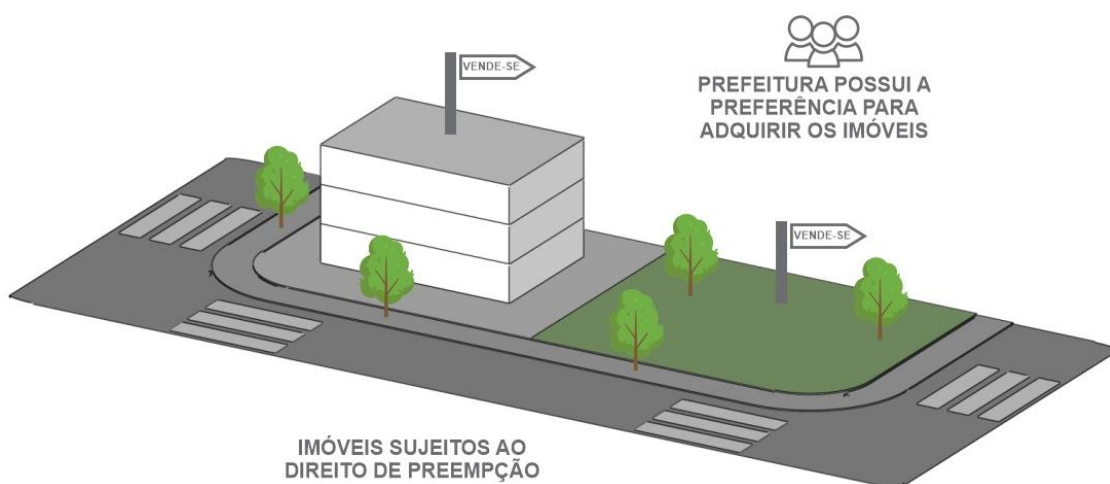


Elaboração: EGL Engenharia (2023).

3.13. Direito de Preempção

O Direito de Preempção é um conceito jurídico que concede a uma pessoa física ou jurídica o direito prioritário de adquirir um imóvel urbano quando o proprietário decide vendê-lo. No contexto previsto pelo Estatuto da Cidade, esse direito é conferido ao poder público. O poder público deve identificar uma área ou terreno específico onde esse direito se aplica. Isso ocorre quando a aquisição está relacionada a projetos de regularização fundiária, programas habitacionais de interesse social, reserva fundiária, criação de equipamentos públicos ou comunitários, espaços públicos e de lazer, ou áreas de preservação ambiental. A maioria desses objetivos é claramente definida. No entanto, o Estatuto da Cidade também menciona a finalidade de "ordenamento e direcionamento da expansão urbana", que é um objetivo mais genérico e menos preciso.

Figura 3.6 — Exemplo de área sujeita ao Direito de Preempção



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

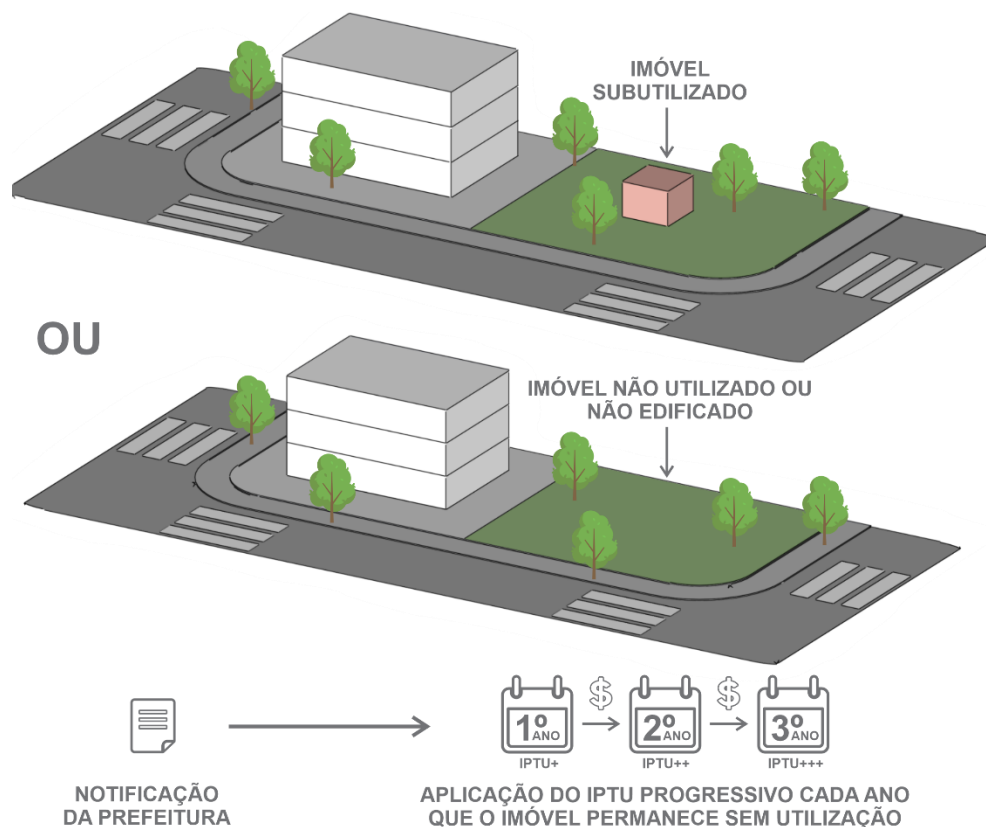
3.14. Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC); IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública

Este é um conjunto de medidas direcionadas especificamente para propriedades urbanas que não cumprem sua função social. Quando esses imóveis são considerados não utilizados, subutilizados ou não construídos (terrenos vazios) pelas autoridades municipais, são sujeitos a notificações que exigem seu parcelamento, construção ou uso. Se essas obrigações não forem cumpridas dentro do prazo determinado pelo município, isso resultará em um aumento gradual do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), conforme regulamentado e com limites claramente definidos. Após um período de aumento progressivo, se as obrigações não forem cumpridas, o imóvel pode ser sujeito à possibilidade de desapropriação, onde o pagamento é realizado por meio de títulos da dívida pública.

Importante observar que o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) está vinculado ao imóvel, não ao proprietário. Portanto, uma vez notificado, o imóvel permanece sujeito a essas obrigações, mesmo que haja uma transferência de

propriedade durante o processo.

Figura 3.7 — Exemplo de aplicação dos instrumentos PEUC, IPTU progressivo e desapropriação



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

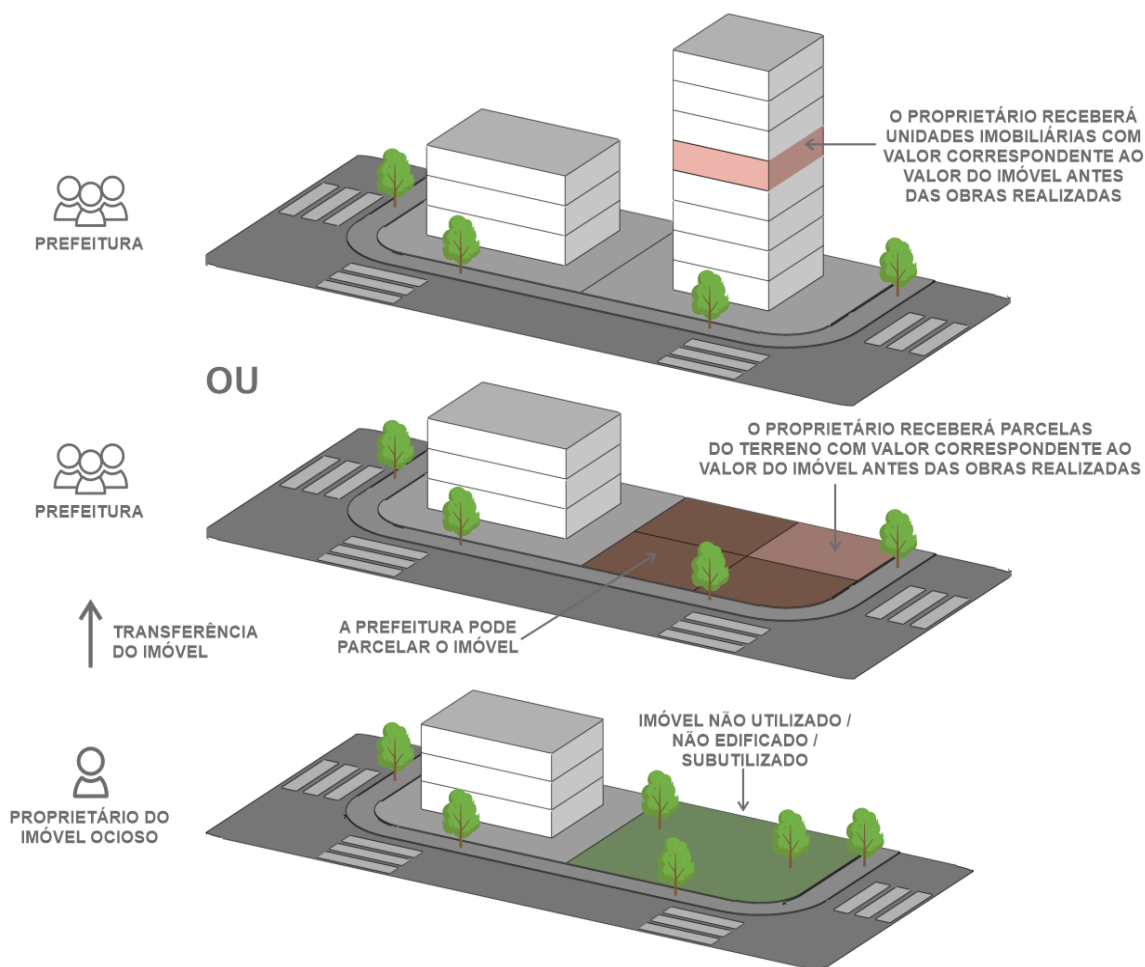
3.15. Consórcio Imobiliário

O Consórcio Imobiliário é um mecanismo de colaboração entre o poder público e o setor privado, usado para viabilizar projetos de interesse público. Por exemplo, no âmbito do Consórcio Imobiliário, um proprietário de imóvel que recebeu uma notificação para Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e que não tem recursos financeiros para cumprir essa obrigação no prazo estabelecido pode transferir a propriedade para o poder público municipal. Nesse cenário, a municipalidade assume a responsabilidade pela realização de melhorias urbanas, construção ou uso imediato do imóvel.

Nesse processo colaborativo, o proprietário original é devidamente compensado pelo valor do terreno e eventuais melhorias ou, após a conclusão do projeto, recebe unidades habitacionais como pagamento, com base em uma avaliação proporcional ao valor da terra antes do loteamento e urbanização. Os demais lotes permanecem sob posse do poder público e são destinados ao atendimento das necessidades habitacionais da população que precisa de moradia.

Além disso, o Consórcio Imobiliário pode ser aplicado não apenas em relação ao PEUC, mas também em áreas de propriedade privada reservadas para habitação ou regularização fundiária.

Figura 3.8 — Exemplo de áreas sujeitas ao Consórcio Imobiliário



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

3.16. Órgãos Colegiados e Fundos Municipais de Política Urbana

A participação da comunidade e a tomada de decisões são essenciais para colocar os planos municipais em prática. Isso pode envolver debates e discussões, e o governo municipal deve organizar esse processo para ouvir diferentes opiniões e decidir como a cidade deve progredir.

Os órgãos que cuidam do desenvolvimento urbano são conselhos formados por representantes do governo e da sociedade. Eles têm um papel importante na tomada de decisões sobre como a cidade cresce e se desenvolve. É crucial que esses conselhos tenham independência para tomar decisões e que o governo forneça os recursos necessários para que isso aconteça.

Esses conselhos são a maneira pela qual as pessoas comuns podem ter voz no planejamento e gestão da cidade. Existem conselhos para diferentes áreas, como desenvolvimento urbano, habitação e patrimônio histórico. É importante que esses conselhos trabalhem juntos para que a política urbana seja bem-sucedida.

3.17. Debates, audiências, consultas públicas e conferências sobre assuntos de interesse urbano

Tornar o planejamento urbano municipal uma ação coletiva que atenda às necessidades e desejos da comunidade é crucial, e isso envolve democratizar as decisões e promover a participação da sociedade. Esse processo é muitas vezes marcado por conflitos de interesses, e o papel das autoridades municipais (Câmara/Executivo) é organizar discussões e debates para ouvir diferentes perspectivas e entender como as escolhas afetam a cidade. É importante que os planos urbanos, projetos e regulamentos estejam alinhados com a realidade da comunidade, estabelecendo uma conexão sólida com a cidade real.

As Conferências de Política Urbana são grandes eventos que acontecem periodicamente e envolvem uma ampla participação popular. Nessas conferências, são definidas as políticas e diretrizes de desenvolvimento urbano para o próximo período. Elas desempenham um papel decisivo na política urbana, pois permitem que o poder público e diversos setores da sociedade cheguem a consensos e acordos.

Os debates, consultas e audiências públicas são oportunidades em que os projetos de interesse público são apresentados e discutidos, permitindo que diferentes setores da sociedade critiquem ou avaliem essas propostas.

4. Parâmetros Urbanísticos do Plano Diretor

Os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação são diretrizes estabelecidas pelo Poder Público para regular como as propriedades e terrenos em uma cidade podem ser utilizados e ocupados. Esses parâmetros são essenciais para garantir um desenvolvimento urbano ordenado, promover a qualidade de vida, controlar o crescimento da cidade e proteger o meio ambiente. Eles se dividem entre:

- **Parâmetros de Parcelamento:** diretrizes e regulamentações que governam a divisão de terrenos ou propriedades em parcelas menores, geralmente com o propósito de desenvolvimento urbano, como a criação de lotes para construção de edifícios, casas ou empreendimentos comerciais.
- **Parâmetros de Uso:** diretrizes e regulamentações que definem como as propriedades e terrenos em uma área específica podem ser utilizados e desenvolvidos. Para definição dos usos, recomenda-se a utilização de uma base nacional única, como a CNAE¹.
- **Parâmetros de Ocupação:** diretrizes e regulamentações que determinam como os terrenos ou propriedades em uma área específica podem ser ocupados e desenvolvidos.
- **Parâmetros de Incomodidade:** diretrizes e regulamentações estabelecidas, que têm como objetivo minimizar ou evitar situações que possam causar incômodo, desconforto ou prejuízos à qualidade de vida das pessoas em um determinado local.

Os parâmetros urbanísticos devem ser definidos por lei. O Plano Diretor irá definir alguns parâmetros de parcelamento, de uso, de ocupação e de incomodidade. Os demais parâmetros deverão ser definidos nas leis específicas de parcelamento e/ou de uso e ocupação do solo urbano.

4.1. Parâmetros de Parcelamento

Os principais parâmetros de parcelamento incluem:

- **Tamanho Mínimo dos Lotes:** define as dimensões e a área mínima permitidas para um lote após o parcelamento. Isso pode variar dependendo do zoneamento e do tipo de uso pretendido, como residencial, comercial ou industrial.
- **Dimensionamento das Vias:** estabelece as larguras mínimas e padrões de ruas, avenidas e calçadas para garantir o acesso adequado aos lotes e a circulação de veículos e pedestres.

¹ Classificação Nacional das Atividades Econômicas, instrumento de padronização nacional por meio dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

- **Infraestrutura Básica:** determina os requisitos para a instalação de infraestrutura básica, como redes de água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública e telecomunicações nas áreas parceladas.
- **Parcelamento para Fins Específicos:** pode haver parâmetros específicos para parcelamento de solo em áreas de turismo, agricultura, lazer, entre outros, que levam em consideração as necessidades e características desses setores.

4.2. Parâmetros de Uso

Quanto às atividades desenvolvidas, os usos se dividem em habitacionais, de comércio e serviços, industriais e agrícolas conforme descrito segue:

- **Usos habitacionais (inclui CNAE da divisão 55 — alojamentos e hotelaria):**
 - **Residência Unifamiliar:** Refere-se a habitações individuais, como casas unifamiliares, onde apenas uma família reside em uma única unidade de habitação independente.
 - **Residência Multifamiliar:** Envolve edifícios ou condomínios projetados para abrigar várias famílias em unidades de habitação separadas dentro do mesmo terreno. Exemplos incluem condomínios horizontais (casas) e verticalizados (edifícios de apartamentos).
- **Usos de comércio e serviços, inclusive os de administração pública (CNAE da divisão 41 a 99, excluído a divisão 55; CNAE 46 considerado comércio atacadista):**
 - **Comércio e Serviço 1:** Edificação destinada a atividades comerciais varejistas de relação de troca e circulação de mercadorias, e de prestação de serviços com área inferior a 400m².
 - **Comércio e Serviço 2:** Edificação destinada a atividades comerciais varejistas de relação de troca e circulação de mercadorias, e de prestação de serviços com área de 400m² e 1.000m².
 - **Comércio e Serviço 3:** Edificação destinada a atividades comerciais varejistas de relação de troca e circulação de mercadorias, e de prestação de serviços com área superior a 1.000m². Edificações destinadas a atividades comerciais atacadistas de relação de troca e circulação de mercadorias com área inferior a 1.000m².
 - **Comércio e Serviço 4:** Edificações destinadas a atividades comerciais atacadistas de relação de troca e circulação de mercadorias com área superior a 1.000m².
 - **Comércio e Serviço de Inovação Tecnológica:** Comércio e serviço de qualquer porte caracterizados pela inovação tecnológica, de acordo com a

definição dada por resolução específica do Conselho Municipal de Políticas Urbanas.

- **Usos Industriais (CNAE da divisão 10 a 33):**

- **Indústria 1:** Edificação destinada a atividades de transformação de insumos para produção de bens com baixo e médio potencial poluidor com área inferior a 400m².
- **Indústria 2:** Edificação destinada a atividades de transformação de insumos para produção de bens com baixo e médio potencial poluidor com área de 400m² a 1.000m².
- **Indústria 3:** Edificação destinada a atividades de transformação de insumos para produção de bens com baixo e médio potencial poluidor com área superior a 1.000m². Edificação destinada a atividades de transformação de insumos para produção de bens com alto potencial poluidor com área inferior a 400m² conforme a resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente n. 107/2020.
- **Indústria 4:** Edificação destinada a atividades de transformação de insumos para produção de bens com alto potencial poluidor com área superior a 400 m² conforme a resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente n. 107/2020.
- **Indústria de Inovação Tecnológica:** Indústria de qualquer porte, caracterizada pela inovação tecnológica, de acordo com a definição dada por resolução específica do Conselho Municipal de Políticas Urbanas.

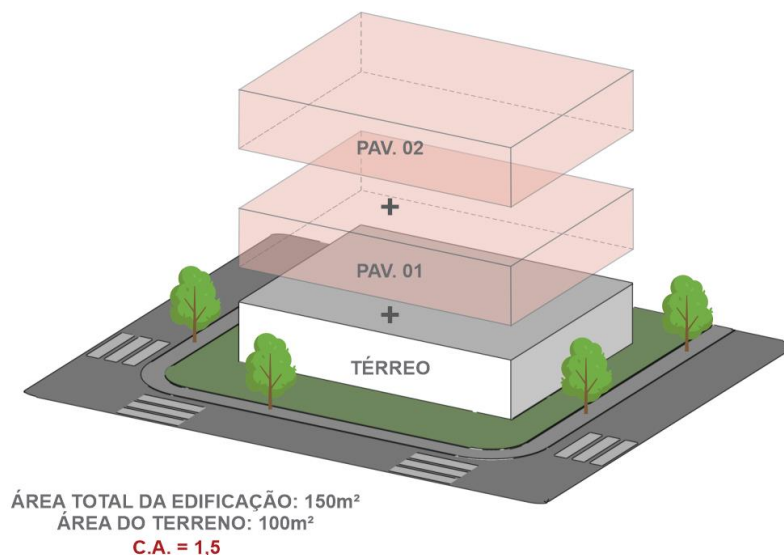
- **Usos agrícolas (CNAE 05 a 12 e 16):**

- Lote ou edificação destinada a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca, aquicultura e extração mineral e vegetal. Inclui agroindústria como edificação equipada e preparada onde um conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas agropecuárias provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura são realizadas de forma sistemática, como por exemplo as indústrias extrativas e indústrias de fabricação de produtos alimentícios, de bebidas e outras similares.

4.3. Parâmetros de Ocupação

- **Coeficiente de Aproveitamento:** Define quantos metros quadrados podem ser construídos no terreno, tendo como base a área total do lote. A minuta de lei do Plano Diretor vai definir:
 - **CA mínimo:** é a menor construção admitida em um terreno; abaixo disso, o terreno é considerado subutilizado.
 - **CA básico:** é a metragem que pode ser construída sem pagamento de outorga.
 - **CA máximo:** é a maior metragem que pode ser construída no terreno, mediante pagamento de outorga.

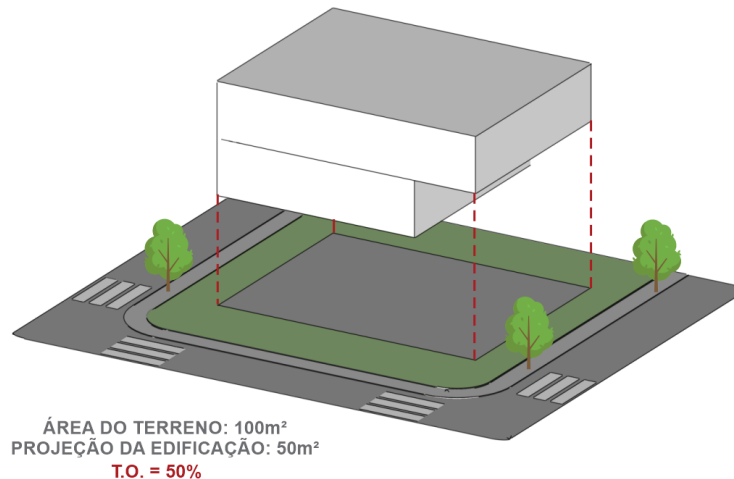
Figura 4.1 — Exemplo de aplicação do Coeficiente de Aproveitamento (CA)



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Taxa de Ocupação:** Define a porcentagem do terreno que pode ser ocupada por edificações, ou seja, a relação entre a área de projeção da construção e a área total do lote. Isso afeta o tamanho máximo do edifício em relação ao tamanho do terreno.

Figura 4.2 — Exemplo de aplicação da Taxa de Ocupação



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Taxa de Permeabilidade:** Define a porcentagem mínima do terreno que deve permanecer permeável, ou seja, não construída, para permitir a infiltração de água

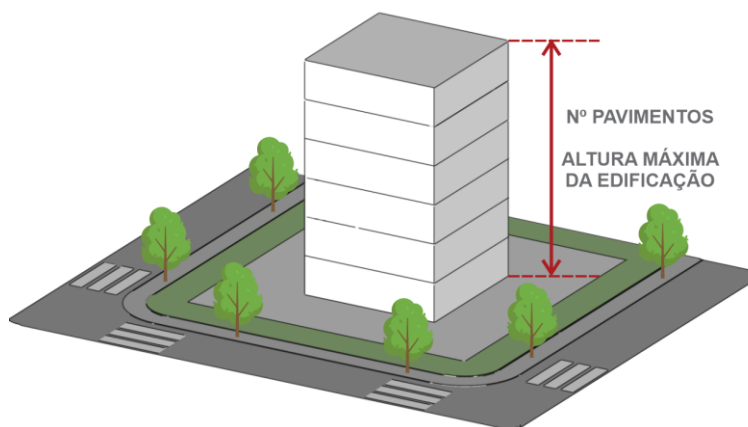
Figura 4.3 — Exemplo de aplicação da Taxa de Permeabilidade



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Altura Máxima das Edificações:** Estabelece a altura máxima permitida para as construções, muitas vezes medida em número de pavimentos ou metros acima do nível do solo. Isso controla o perfil vertical das edificações na área.

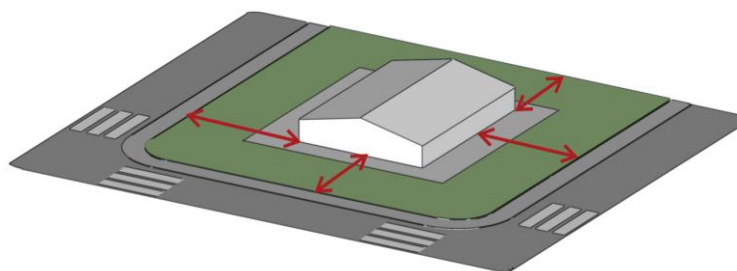
Figura 4.4 — Exemplo de aplicação da Altura Máxima das Edificações



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Recuos:** Determina a distância mínima que as construções devem manter em relação aos limites do terreno, às vias públicas e a outras edificações. Os recuos podem ser frontais, laterais e de fundo, e servem para garantir ventilação, iluminação e espaço aberto.

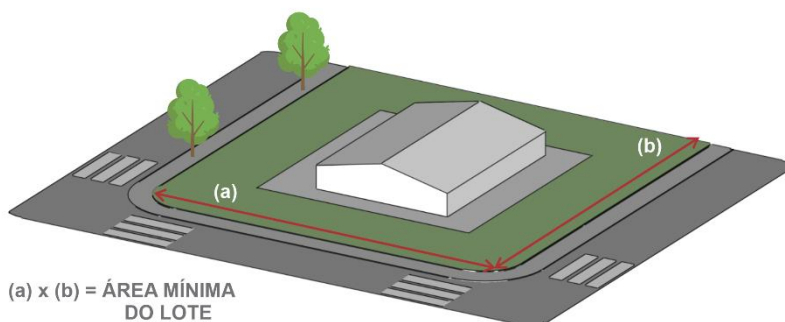
Figura 4.5 — Exemplo de aplicação de Recuos



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Área Mínima do Lote:** Especifica a área mínima que um lote deve ter para ser considerado apto para construção, evitando a subdivisão excessiva de terrenos.

Figura 4.6 — Exemplo de aplicação da Área Mínima do Lote



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

4.4. Parâmetros de Incomodidade

Alguns exemplos de parâmetros de incomodidade incluem:

- **Níveis de Ruído:** Estabelecem limites máximos de ruído permitidos em determinadas áreas e horários do dia para controlar a poluição sonora, garantindo um ambiente mais tranquilo para os moradores. Isso pode incluir restrições a atividades ruidosas durante a noite, como construções ou festas.
- **Poluição do Ar:** Define limites para emissões de poluentes atmosféricos, como dióxido de enxofre, dióxido de nitrogênio e partículas em suspensão, provenientes de fontes industriais, veículos ou outras atividades. O objetivo é proteger a saúde das pessoas e a qualidade do ar.
- **Impacto Visual:** Controla o design, a estética e a altura de construções em determinadas áreas para evitar impactos visuais negativos na paisagem e na identidade visual da região.

5. Propostas do Eixo Estratégico 1 — Sustentabilidade Ambiental

5.1. Respostas às Problemáticas do Eixo Estratégico 1

Na Oficina Temática de Sustentabilidade Ambiental, evento técnico e participativo realizado no município de Rio Largo em 20 de junho de 2023, foram discutidas as problemáticas constantes do Diagnóstico Municipal Consolidado, último relatório da Etapa 1 — Leitura. Das produtivas discussões ocorridas, surgiram propostas de ação para enfrentar os problemas e/ou aproveitar os potenciais indicados no relatório. São apresentadas, na Tabela 5.1, as soluções apontadas pelos participantes do evento, e que ajudaram a identificar e detalhar as estratégias concebidas para Rio Largo no âmbito da **sustentabilidade ambiental**.

Tabela 5.1 — Problemáticas e soluções propostas na Oficina Temática de Sustentabilidade Ambiental

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
Qualidade Urbana e Ambiental		
O município carece de melhorias das condições de qualidade ambiental em seu território (ilhas de calor, drenagem e arborização, etc.)	O município apresenta problemas de drenagem e/ou ilhas de calor no espaço urbano. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há problemas na drenagem urbana, acarretando alagamentos; há situações de ilhas de calor no espaço urbano, acarretando temperaturas muito altas e desconfortáveis (por exemplo: arborização é insuficiente); existe a necessidade de criar novas áreas verdes para a regulação do microclima. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de programa para arborização da cidade Criação de unidades de conservação – RPPNs e outros tipos de UC Programa de reflorestamento das matas ciliares Realizar plano de arborização Recuperar as matas ciliares Construir lagoas de salvação Implementar incentivos fiscais para áreas verdes de residências, comércio e indústria Implementar e executar o plano de arborização da cidade Implementar incentivos fiscais para residências, comércios e indústrias que mantenham árvores e áreas verdes Revitalização das praças urbanas
	O município apresenta outros problemas específicos relacionados ao bioma ou ao domínio morfoclimático, como os municípios em margens de rios que podem ser impactados principalmente pelo aumento do nível do mar, etc. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ocorrem situações climáticas onde o município se insere que acarretam em desafios no território, como enchentes ou outros que demandam ações direcionadas; 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação de áreas de encostas sujeitas a deslizamentos Criação de áreas impróprias a ocupação em virtude da declividade Implementar / fomentar a diversificação de culturas agrícolas Recuperação de matas ciliares, fiscalizando a adequação ao código florestal
O município deseja adequar sua morfologia e seu desenho urbano à infraestrutura prevista ou existente e/ou às condicionantes ambientais, climáticas e territoriais (como a relação entre edificação e calçadas ou outros espaços livres)	No município, há áreas ou bairros que possuem desequilíbrio de usos, com períodos vazios ou pouco frequentados durante o dia ou à noite. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> possui uso predominantemente residencial ou predominantemente não residencial; permanece vazia ou subutilizada durante o período diurno ou noturnos em função desta concentração de usos. 	<ul style="list-style-type: none"> Normas que prevejam usos mistos, sempre prevendo residências com áreas comerciais, hortas urbanas Integrar o zoneamento residencial, comercial e de lazer, prevendo zoneamento misto Implementar política pública com o fato de integrar o transporte público as sedes da economia e bairros
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	No município há áreas com predominância de usos residenciais e com pouca oferta de emprego. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> existem áreas do município desprovidas da oferta de postos de trabalho; habitantes necessitam se deslocar por longas distâncias ou longo tempo para acessarem centralidades urbanas ou equipamentos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Mapear áreas com usos isolados (Ex.: exclusivamente residencial) e implementar zonas mistas (comercial e de lazer) Implementar corredores viários para deslocamento rápido de áreas residenciais para indústria
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	A ocupação urbana do município é fragmentada, dispersa ou descontínua. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há partes da cidade que são descontínuas ou com muitos vazios urbanos; é necessário avaliar a existência de vazios urbanos sujeitos à fragilidade ambiental e com real potencialidade de uso. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as áreas vazias e fomentar a sua ocupação, levando em conta parâmetros e necessidades das zonas contíguas
	O tempo de deslocamento dentro da área urbanizada é excessivo. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há distâncias muito grandes ou insuficiência na mobilidade, acarretando muito tempo de transporte para acesso aos postos de trabalho ou aos equipamentos e serviços essenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar corredores viários de transporte público, interligando as áreas, levando em conta as necessidades e com terminais integrados Construção de passarelas, atravessando a BR 104
Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território	O município possui ou deseja potencializar os serviços ecossistêmicos de provisão. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o município possui ou deseja potencializar a produção nos setores de agricultura e pecuária; o município possui ou deseja potencializar áreas com função de preservação para produção de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar hortas urbanas Implementar agricultura periurbana

Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território	<p>O município possui serviços ecossistêmicos de cultura (patrimônio cultural, identidade cultural/histórica, conservação da paisagem, arte e design, lazer e recreação, valor científico e educacional, identidade espiritual e religiosa).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o município possui bens imóveis ou áreas de interesse de preservação histórica, cultural ou paisagísticas; o município deseja potencializar os bens de interesse cultural através do turismo; o município deseja potencializar ou criar novos equipamentos de cultura, lazer, cultura ou educação. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de ecoturismo Implementar políticas de desapropriação para imóveis com potencial turístico de patrimônio cultural e histórico
Meio Ambiente		
O município está integral ou grandemente inserido em área de preservação ambiental e/ou proteção de mananciais com necessidade de conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento urbano e econômico local	<p>O município necessita promover a preservação de áreas ambientais incluindo as áreas importantes para a recarga hídrica e as planícies de inundação (áreas de ressaca).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há áreas ambientais que podem ser descaracterizadas pelo avanço da urbanização ou pelo avanço da agropecuária, de queimadas e demais atividades extrativistas; o município enfrenta o desafio de promover o desenvolvimento urbano de maneira sustentável, ao mesmo tempo em que preserva as áreas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar um mapeamento de todas as áreas de preservação ambiental Identificar os possíveis riscos antrópicos ou naturais que podem descaracterizar ou afetar essas áreas Identificar os potenciais de uso dessas áreas
O município carece de novos parques, praças e/ou da estruturação de áreas verdes públicas, para constituir um sistema de áreas verdes	<p>O município necessita promover o desenvolvimento do núcleo urbano qualificando as áreas públicas de forma integrada.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há necessidade ou potencialidade de articular as áreas verdes municipais em um sistema, promovendo melhor aproveitamento e fortalecimento das áreas verdes; há potencialidade de fortalecer o sistema ambiental municipal ao regional, integrando áreas ambientais contíguas que desempenham função ambiental importante na região; há problemas associados à inundação e alagamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar possíveis áreas urbanas e/ou degradadas como potencial para transforma-las em praças ou parque urbanos Caracterizar parques urbanos e praças como áreas de lazer, não como áreas verdes
O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, matas, planícies de inundação e APP, entre outras	<p>O município necessita promover a preservação das áreas ambientais frágeis e expostas a riscos climáticos existentes ou futuros.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há áreas ambientais ameaçadas pelo espraiamento da urbanização formal ou informal; é preciso estimular os proprietários privados de áreas verdes a preservarem suas áreas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> Adequar e / ou criar legislações mais direcionada à realidade do município Fiscalizar de forma periódica essas áreas ambientalmente frágeis Monitorar de forma periódica a integridade dessas áreas
O município precisa promover melhor utilização dos recursos hídricos	<p>O município precisa promover melhor uso de suas águas, de modo a garantir a segurança hídrica.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> é preciso promover o uso racional da água e incentivá-lo na região, de modo a garantir a sustentabilidade, como por exemplo, reutilização de águas cinzas e negras; há o potencial de integrar a gestão das águas municipais à criação de áreas verdes públicas de contemplação e lazer; é preciso planejar o crescimento urbano condicionado à disponibilidade de água e à infraestrutura de abastecimento disponível ou planejada. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de educação ambiental Mapear e fiscalizar os poços irregulares, além de monitorar as novas perfurações, a fim de regulariza-los Fomentar a ação da concessionária de água no município, bem como acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades Criar diretoria de educação ambiental na Secretaria de Meio Ambiente de Rio Largo Realizar parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos para mapeamento e fiscalização
O município necessita evitar e/ou mitigar e recuperar áreas ambientalmente degradadas	<p>Existe crescimento da mancha urbana e/ou novos empreendimentos potenciais geradores de impactos nocivos ao meio ambiente.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há vetores de expansão urbana formal ou informal sobre áreas ambientalmente sensíveis, como área de riscos de deslizamentos ou de recarga hídrica, e expostas ao aumento do nível do mar e erosão costeira; há áreas de importância ambiental ameaçadas pelo crescimento urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover obras de drenagem no município Promover ações de fiscalização em obras irregulares, a fim de embargar e / ou regularizar, de acordo com o risco Identificar as áreas degradadas e quais ações mais adequadas para a recuperação e preservação delas Criação de grupo de trabalho com membros de diversas esferas institucionais
O município possui fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (energia, uso do solo, agropecuária, resíduos e indústrias)	<p>No município grande quantidade de emissões de GEE é proveniente do setor de Uso da Terra.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há supressão ou alteração de vegetação e avanço da ocupação agropecuária sobre áreas de relevância ambiental. há supressão de vegetação ou avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de projetos de arborização Incentivo às tecnologias verdes Plano diretor de arborização Fortalecer as ações de fiscalização das supressões vegetais e monitorar o cumprimento dos termos de compensação vegetal
Saneamento Ambiental		
O município precisa universalizar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário	<p>O município possui a necessidade de levar redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para assentamentos precários.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> não há atendimento universal da demanda municipal para abastecimento de água e saneamento; há assentamentos precários desprovidos de infraestrutura de saneamento e abastecimento de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Perfurar poços legalizados para fornecer água potável nas regiões ainda não atendidas. Administrados pela prefeitura de forma temporária Reativar as ETEs desativadas ou verificar a possibilidade de construção de fossas sépticas e sumidouros

O município apresenta alagamentos decorrentes de problemas de drenagem urbana e de ocupação do solo	<p>O município apresenta a necessidade de planejar ações e regramentos para melhoria da drenagem.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• há ocorrências de alagamentos e enchentes que necessitam de orientação da política urbana;• há um modelo de uso e ocupação do solo que pode ser aprimorado por meio de melhorias no sistema de drenagem;• há necessidade de prever ações de mitigação das ocorrências de risco por conta de alagamentos.	<ul style="list-style-type: none">• Previamente realizar os devidos estudos ambientais das possíveis obras de drenagem• Realizar projeto de drenagem, levando em consideração a legislação vigente• Realizar o manejo contínuo das estruturas de drenagem da cidade• Utilizar metodologia apropriada para infiltração da água no solo (calçamento infiltrantes)• Cobrar a concessionária do desenvolvimento da implantação Marco do Saneamento Ambiental• Lagoas de salvação para infiltração de água em pontos estratégicos
O município possui fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (energia, uso do solo, agropecuária, resíduos e indústrias)	<p>No município grande quantidade de emissões de GEE é proveniente do setor de Uso da Terra.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• há supressão ou alteração de vegetação e avanço da ocupação agropecuária sobre áreas de relevância ambiental.• há supressão de vegetação ou avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis.	<ul style="list-style-type: none">• Realizar através de incentivos fiscais a preservação urbana e rural• Preservação de nascentes, áreas de APP e unidades de conservação ou RPPNs• Diversificação de culturas• Implantar o plano de arborização da cidade• Processo novos conjuntos habitacionais, cobrar um plano de manejo da arborização
Desenvolvimento Rural Sustentável		
O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou controlar seus impactos urbanos e ambientais	<p>No município é necessário ampliar as áreas destinadas às atividades rurais.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• o Produto Interno Bruto do município relativo às atividades rurais tem apresentado alta nos últimos anos;• as áreas rurais do município estão ocupadas com atividades dessa natureza, sendo rara a presença de glebas e terrenos vazios ou improdutivos;• o município possui áreas não ocupadas por atividades rurais ou urbanas, que tampouco apresentam relevância ambiental, passíveis de serem convertidas em áreas rurais.	<ul style="list-style-type: none">• Criação do selo inspeção municipal (SIM), com a regularização dos pequenos produtores de produtos de origem animal, tornando apto ao comércio local e metropolitano. O produto deixa de ser artesanal, se tornando um produto oficialmente registrado (Ex.: ovos, leite, queijos, mel, cera, manteiga)• Controlar a monocultura da cana-de-açúcar e a pecuária de corte• Implementação da assistência técnica para passarmos de monocultura a diversificação de cultivo, pois temos polos, fábricas que necessitam, por exemplo de tomate, goiaba, entre outros• Banco de sementes; Estufas de mudas (distribuição); Escola Rural; Casa do mel• Parcerias com universidades, federal IFAL, pesquisas (Embrapa)• Órgãos de ATER• Hoje, o recurso do PNAE é utilizado como fornecedores de outros municípios• A feira e o comércio local são abastecidos por fornecedores de outros estados• próximo a Central de Abastecimento (CEASA)• Polo da Predileta
O município apresenta situações de conflito entre produção rural e conservação do meio ambiente	<p>O município possui áreas ambientais ameaçadas, mas com potencial para agroecologia e/ou para usos turísticos visando a sustentabilidade.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• é preciso pensar em alternativas econômicas sustentáveis para garantir a preservação das áreas ambientalmente frágeis;• o município tem apresentado avanço da produção sobre as áreas ambientais, ampliando a emissão de GEE.	<ul style="list-style-type: none">• Reforma agrária municipal, com a concessão de terras, fortalecendo a agroecologia• Criação das RPPNs e APAs sobre controle do município• Feiras itinerantes nos conjuntos distantes da feira e do comércio principal• Bancas e transportes• Lei federal – o município adaptará a realidade atual: não queima da cana; não pulverização das áreas de agrotóxicos (isto atrapalha a produção de mel de abelhas, a qualidade da ave)• Criação da “Vila Gourmet” na saída do aeroporto (conjunto Bosque dos Palmares)• Ônibus para feira
O município possui fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (energia, uso do solo, agropecuária, resíduos e indústrias)	<p>No município grande quantidade de emissões de GEE é proveniente do setor de Uso da Terra.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• há supressão ou alteração de vegetação e avanço da ocupação agropecuária sobre áreas de relevância ambiental.• há supressão de vegetação ou avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis.	<ul style="list-style-type: none">• Impedimento da queima da cana-de-açúcar• Controlar a emissão de agrotóxico contra a pulverização aérea• Controlar a supressão frutífera, jaqueira, com a compensação de mudas da mesma espécie, produção de mudas frutíferas• Uso da lei federal e criação de lei municipal
Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território)	<p>O município possui serviços ecossistêmicos de regulação, ou seja, benefícios que as pessoas obtêm da regulação do ambiente feita pelos ecossistemas (regulação do clima e do microclima local, qualidade do ar, controle da erosão, regulação dos fluxos de água, secas e inundações, controle biológico de pragas e doenças, polinização e dispersão de sementes, etc.).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• o município possui áreas com ilhas de calor ou deseja criar áreas de preservação ambiental para regulação do clima;• o município possui áreas críticas de inundação e deslizamentos.	<ul style="list-style-type: none">• Parceria com as universidades (SECA)• Recuperar a Ilha Angelita para ser um parque ecológico, com áreas de convivência, produção de mudas, espaços de lazer• Incentivar a agricultura urbana e periurbana – utilizar a lei municipal, por em prática, reforçar (melhorar a merenda escolar, consumo saudável)• Criação da piscicultura – tanques redes, tanques escavados, açude• Reflorestamento da mata ciliar – agroflorestal, utilizando os ribeirinhos do rio Mundaú

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

5.2. Matriz de Referência (SWOT)

Reapresenta-se a seguir a matriz de referência na modalidade SWOT para o Eixo Estratégico 1 — Sustentabilidade Ambiental (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 — Matriz SWOT de Sustentabilidade Ambiental

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Biodiversidade: Vastas áreas naturais, como as matas do Rolo e da Sálvia, que abrigam rica biodiversidade e atuam na proteção dos recursos hídricos. • Recursos hídricos: O município é beneficiado por recursos hídricos como rios e riachos, que são importantes para o equilíbrio ambiental e atividades econômicas. • Áreas de Proteção Ambiental (APA): Existência de Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratagy, contribuindo para a conservação do meio ambiente. • Beleza paisagística natural: Rio Largo possui uma beleza cênica natural e um clima tropical litorâneo úmido, que podem atrair visitantes e turistas. 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poluição dos recursos hídricos: falta de saneamento adequado e uso indiscriminado de agrotóxicos nas atividades agrícolas. • Ocupação irregular e degradação: Ocupações urbanas indevidas em áreas de inundação dos rios, deixando a população vulnerável a perigos naturais, como enchentes. E ocupações urbanas em área de APP. • Fiscalização ambiental: pouco controle sobre as atividades degradadoras.
Fatores externos	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Energias renováveis: Incentivar ainda mais o uso de energias renováveis, como a biomassa de cana-de-açúcar e também energia solar, e eólica, para reduzir a dependência de fontes não sustentáveis de energia. • Ecoturismo: O potencial para o desenvolvimento do ecoturismo é grande, com a oferta de atrativos naturais e atividades ao ar livre, atraindo turistas e fomentando a economia local. • Educação ambiental: A implementação de programas de educação ambiental nas escolas e comunidades pode fortalecer a conscientização ecológica e promover o turismo ecológico sustentável. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudanças climáticas: As mudanças climáticas podem agravar problemas ambientais existentes, como enchentes e inundações. • Expansão desordenada: A ocupação desordenada de recursos naturais, pode levar à degradação ambiental e perda de habitats. • Descontrole nas APP: descontrole das atividades desenvolvidas nas Áreas de Preservação Ambiental.

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

5.3. Estratégias, Diretrizes e Propostas

As estratégias concebidas no âmbito da **sustentabilidade ambiental** do município de Rio Largo são recapituladas a seguir, e estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) indicados abaixo:



1) Saneamento e Controle de Agrotóxicos:

- a) Elaborar e implementar um **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)** que contemple minimamente:
 - i) Priorizar investimentos na construção de sistemas de tratamento de esgoto nas áreas urbanas, estabelecendo metas e prazos para a universalização do saneamento básico, buscando reduzir significativamente a contaminação dos corpos d'água.
 - ii) Investir na modernização dos sistemas de tratamento de água, visando a qualidade do abastecimento para toda a população.
- b) Regulamentar o controle e fiscalização do uso de agrotóxicos, estabelecendo limites de aplicação, incentivando práticas sustentáveis e oferecendo incentivos fiscais para agricultores que adotem técnicas mais seguras e menos prejudiciais ao meio ambiente.
 - i) Criar legislação municipal para regulamentar o uso de agrotóxicos.
 - ii) Incentivar práticas sustentáveis e oferecer incentivos fiscais para agricultores que adotem técnicas mais seguras.

2) Fortalecimento da fiscalização e monitoramento ambiental:

- a) Investir em equipamentos e recursos humanos para fortalecer a fiscalização ambiental e coibir práticas ilegais que causem danos ao meio ambiente.
 - i) Adquirir equipamentos modernos, como drones e sensores, para monitoramento remoto de áreas sensíveis.
 - ii) Contratar e treinar novos fiscais ambientais para ampliar a capacidade de patrulhamento e fiscalização.
- b) Realizar monitoramento ambiental periódico para acompanhar a saúde dos ecossistemas locais e identificar possíveis ameaças.
 - i) Estabelecer um programa regular de monitoramento ambiental.
 - ii) Publicar relatórios anuais de monitoramento ambiental para manter a comunidade informada.
- c) Realizar avaliações de impacto ambiental para grandes projetos urbanos, como expansão de infraestruturas e empreendimentos, garantindo a mitigação de danos ambientais.

3) Desenvolvimento de programas de coleta seletiva e reciclagem:

- a) Elaborar e implementar um **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)** que contemple minimamente:
 - i) Implementar programas de coleta seletiva de resíduos sólidos para reduzir o impacto da disposição inadequada de lixo.
 - ii) Criar pontos de coleta seletiva em locais estratégicos do município.
 - iii) Promover campanhas de conscientização para incentivar a separação correta dos resíduos.
- b) Incentivar a criação de cooperativas de reciclagem para estimular a economia circular e a geração de empregos na área de reciclagem.
 - i) Apoiar a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
 - ii) Estabelecer parcerias com empresas locais para o desenvolvimento da economia circular.

4) Preservação e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP):

- a) Elaborar e implementar o **Código Municipal Ambiental**, que contemple minimamente:
 - i) Fortalecer a fiscalização e monitoramento de áreas de preservação permanente para evitar a ocupação irregular e a degradação ambiental.
 - ii) Ampliar o efetivo de fiscais ambientais dedicados à vigilância das áreas de preservação permanente.
 - iii) Implementar sistemas de monitoramento por câmeras e sensores em áreas críticas para coibir atividades ilegais.
- b) Promover projetos de recuperação de áreas degradadas, como reflorestamento e revitalização de nascentes.
 - i) Realizar parcerias com organizações não governamentais e instituições de pesquisa para desenvolver projetos de reflorestamento adequados às características locais.
 - ii) Criar programas de incentivo para o plantio de árvores nativas em propriedades particulares, visando à recuperação das áreas degradadas.

5) Incentivo às energias renováveis:

- a) Estimular a adoção de energias renováveis, como painéis solares, energia eólica e energia de biomassa, tanto em residências quanto em empreendimentos comerciais e industriais.

- i) Oferecer subsídios para a instalação de sistemas de energia solar em residências de baixa renda.
 - ii) Desenvolver um programa de capacitação para profissionais da construção civil sobre a integração de tecnologias renováveis em edifícios.
- b) Criar políticas de incentivo e financiamento para a implantação de sistemas de energia limpa.
 - i) Estabelecer parcerias com instituições financeiras para oferecer linhas de crédito específicas para projetos de energia renovável.
 - ii) Implementar incentivos fiscais para empresas que adotem fontes de energia renovável em suas operações.

6) Desenvolvimento do ecoturismo sustentável:

- a) Elaborar e implementar um **Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS)** que contemple minimamente:
 - i) Criar roteiros turísticos que valorizem as áreas naturais preservadas, com atividades ecoturísticas planejadas de forma responsável e respeitosa ao meio ambiente, incentivando a visitação controlada e consciente.
 - ii) Realizar um inventário das atrações naturais e culturais do município para embasar a criação dos roteiros.
 - iii) Desenvolver um sistema de sinalização e informações para orientar os turistas nos roteiros ecológicos.
- b) Promover a capacitação de guias e prestadores de serviços para garantir a prática do ecoturismo de forma sustentável e responsável.
 - i) Realizar cursos de formação para guias turísticos, abordando temas como educação ambiental e boas práticas de turismo sustentável.
 - ii) Estabelecer critérios de certificação para empresas e guias que atuem no ecoturismo, garantindo a qualidade e a responsabilidade das operações.

7) Inclusão da educação ambiental nas escolas e comunidades:

- a) Implantar programas de educação ambiental nas escolas e comunidades para conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental.
 - i) Desenvolver um currículo escolar que incorpore temas de educação ambiental em meio às disciplinas.
 - ii) Realizar palestras e workshops sobre temas ambientais nas comunidades, em parceria com instituições de pesquisa e organizações locais.
- b) Realizar campanhas de sensibilização e capacitação sobre práticas sustentáveis, como redução do desperdício de água e energia.

- i) Criar uma campanha de comunicação comunitária para incentivar o uso consciente dos recursos naturais.
- ii) Organizar workshops práticos para ensinar técnicas de economia de recursos, como a construção de sistemas de captação de água da chuva.

8) Planejamento urbano sustentável:

- a) Promover o planejamento urbano sustentável, considerando a preservação de áreas verdes, a criação de parques urbanos e a redução do impacto ambiental das novas construções.
 - i) Elaborar e implementar um **Plano Municipal de Arborização Urbana**.
 - ii) Elaborar diretrizes para incorporação de áreas verdes em projetos de novos loteamentos e empreendimentos imobiliários.
 - iii) Criar incentivos para a incorporação de tecnologias sustentáveis em projetos de construção, como sistemas de captação de água pluvial.
 - iv) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Zoneamento; Parcelamento do Solo Urbano; Operação Urbana Consorciada (OUC).
- b) Incentivar a ocupação de áreas já urbanizadas e infraestruturadas, com potencial para crescimento vertical e densificação urbana, evitando a expansão desordenada para áreas sensíveis e de valor ambiental.
 - i) Criar regras que permitam prédios mais altos e ofereça incentivos fiscais para construtores que façam prédios sustentáveis em áreas urbanas já existentes.
 - ii) Investir em transporte público e infraestrutura básica nas áreas urbanas para torná-las mais atraentes, reduzindo a necessidade de expansão para áreas naturais.
 - iii) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Outorga Onerosa do Direito de Construir; Transferência do Direito de Construir.

9) Adaptação às Mudanças Climáticas:

- a) Desenvolver um plano de ação para lidar com eventos extremos, como enchentes e deslizamentos, com medidas de prevenção, monitoramento e resposta rápida para proteger a população e reduzir danos materiais.
 - i) Elaborar um Plano de Gestão de Riscos e Desastres.
 - ii) Estabelecer medidas de prevenção e resposta rápida para eventos climáticos extremos.
 - iii) Realizar campanhas de conscientização sobre medidas de segurança.

- b) Reassentar, remanejar famílias que habitam áreas de ameaças naturais, como margens de rios e encostas.
 - i) Mapear para identificar áreas de risco, como margens de rios sujeitas a enchentes ou encostas propensas a deslizamentos.
 - ii) Desenvolva um programa de reassentamento que não apenas remova as famílias de áreas de risco, mas também as realoque para locais seguros e sustentáveis.

10) Parcerias com organizações e instituições ambientais:

- a) Estabelecer parcerias com organizações não governamentais, universidades e instituições de pesquisa para fortalecer ações de conservação e preservação ambiental.
 - i) Identificar organizações e instituições locais que atuam na área ambiental e estabelecer colaborações para projetos conjuntos.
 - ii) Promover a troca de conhecimentos e recursos para ampliar o impacto das ações de conservação.
- b) Buscar recursos e apoio técnico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável.
 - i) Criar propostas de projetos sustentáveis que possam atrair financiamento de instituições nacionais e internacionais.
 - ii) Participar de editais e programas de fomento voltados para iniciativas de desenvolvimento sustentável.

O Eixo Estratégico 1 — Sustentabilidade Ambiental se revela como uma base sólida para o desenvolvimento harmonioso do município de Rio Largo. As estratégias delineadas no relatório anterior e detalhadas no presente volume demonstram um comprometimento com a preservação do meio ambiente e a conscientização da população. A implementação de programas de coleta seletiva e reciclagem, bem como o incentivo às energias renováveis, enfatizam a busca por uma gestão mais responsável dos recursos naturais. Além disso, a promoção do ecoturismo sustentável e a inclusão da educação ambiental nas escolas e comunidades revelam uma visão holística que une o respeito à natureza com o desenvolvimento econômico local.

5.4. Zoneamento Ambiental

No âmbito do Plano Diretor Municipal de Rio Largo, a busca por um desenvolvimento urbano sustentável e a preservação do valioso patrimônio ambiental do município se tornam prioridades indiscutíveis. Como já visto, as estratégias de sustentabilidade ambiental delineadas estabelecem um sólido alicerce para a concretização desse compromisso com a natureza e com o bem-estar da comunidade rio-larguense. Assim, o Zoneamento Ambiental se ergue sobre essa base, traduzindo essas estratégias em ações concretas e diretrizes que guiarão, de forma antecipada, o uso e ocupação do solo no município de Rio Largo.

O cenário singular de Rio Largo, com sua biodiversidade, belezas naturais e características geográficas distintas, demanda uma abordagem específica para o manejo do território. Este importante componente do planejamento municipal é projetado para traçar um mapa cuidadosamente elaborado das áreas do município, considerando fatores como fragilidade ambiental, potencialidades e a necessidade premente de proteção ambiental. Com isso, o zoneamento ambiental se configura como uma ferramenta essencial para garantir que o crescimento urbano ocorra de maneira responsável, assegurando a preservação dos ecossistemas, a redução de impactos ambientais e o aprimoramento da qualidade de vida das atuais e futuras gerações em Rio Largo.

Nesse contexto, o Zoneamento Ambiental está proposto com a seguinte configuração:

- **Zonas de Preservação Ambiental 1 (ZPA 1):** correspondem às Áreas de Preservação Permanente (APP) na margem dos recursos hídricos do município, como os rios Messias, Mundaú e Pratygy e afluentes desses cursos d'água. Essas zonas se configuram como faixas que variam de tamanho em função da largura dos próprios recursos hídricos, conforme a legislação federal vigente².

As larguras das APP são apresentadas na Tabela 5.3 a seguir.

Tabela 5.3 — Larguras para a ZPA 1

Largura do curso d'água	Largura da ZPA 1 (APP)
Até 10m	30m
Entre 10 e 50m	50m
Entre 50 e 100m	100m
Entre 200 e 600m	200m
Superior a 600m	500m

Fonte: Novo Código Florestal (2012). Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Zonas de Preservação Ambiental 2 (ZPA 2):** correspondem às bordas íngremes dos tabuleiros onde se recortam os vales, dentre os quais se destacam as áreas da Mata do Rolo e Mata da Sálvia, mas não restritos apenas a estes. Na Macrozona Urbana essas bordas se situam nas fronteiras do lado oeste da urbanização atual.

Os objetivos da ZPA 1 e da ZPA 2 são:

- Preservar os sistemas naturais, sendo permitido apenas uso indireto dos recursos naturais;
- Promover a realização de estudos e pesquisas científicas;

² Novo Código Florestal, como é chamada a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (12.651/12), que institui as regras gerais de como e onde a vegetação nativa pode ser explorada no território brasileiro, assim como quais áreas devem ser preservadas e quais podem receber produção rural.

- Desenvolver atividades de educação ambiental e turismo ecológico;
- Preservar sítios naturais, singulares ou de grande beleza cênica;
- Proteger ambientes naturais em que se assegurem condições para existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Algumas restrições da ZPA 1 e da ZPA 2 são:

- Proibição de construções ou atividades que prejudiquem as margens dos rios e afluentes;
 - Proibição de desmatamento e remoção de vegetação nativa, exceto com autorização específica para conservação;
 - Restrição à expansão urbana;
 - Proibição de atividades industriais de grande porte e/ou poluidoras;
 - Limitar a construção de estradas e pontes;
 - Restrição ao uso de fertilizantes e pesticidas;
 - Proibição de aterros sanitários;
 - Proibição de atividades de mineração.
- **Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA):** correspondem ao interior dos vales que recortam a Macrozona Urbana, mais especificamente a Mata do Rolo, a Mata da Sálvia e o vale situado a norte dos bairros Casas Novas e Lourenço de Albuquerque.

Os objetivos da ZEIA são:

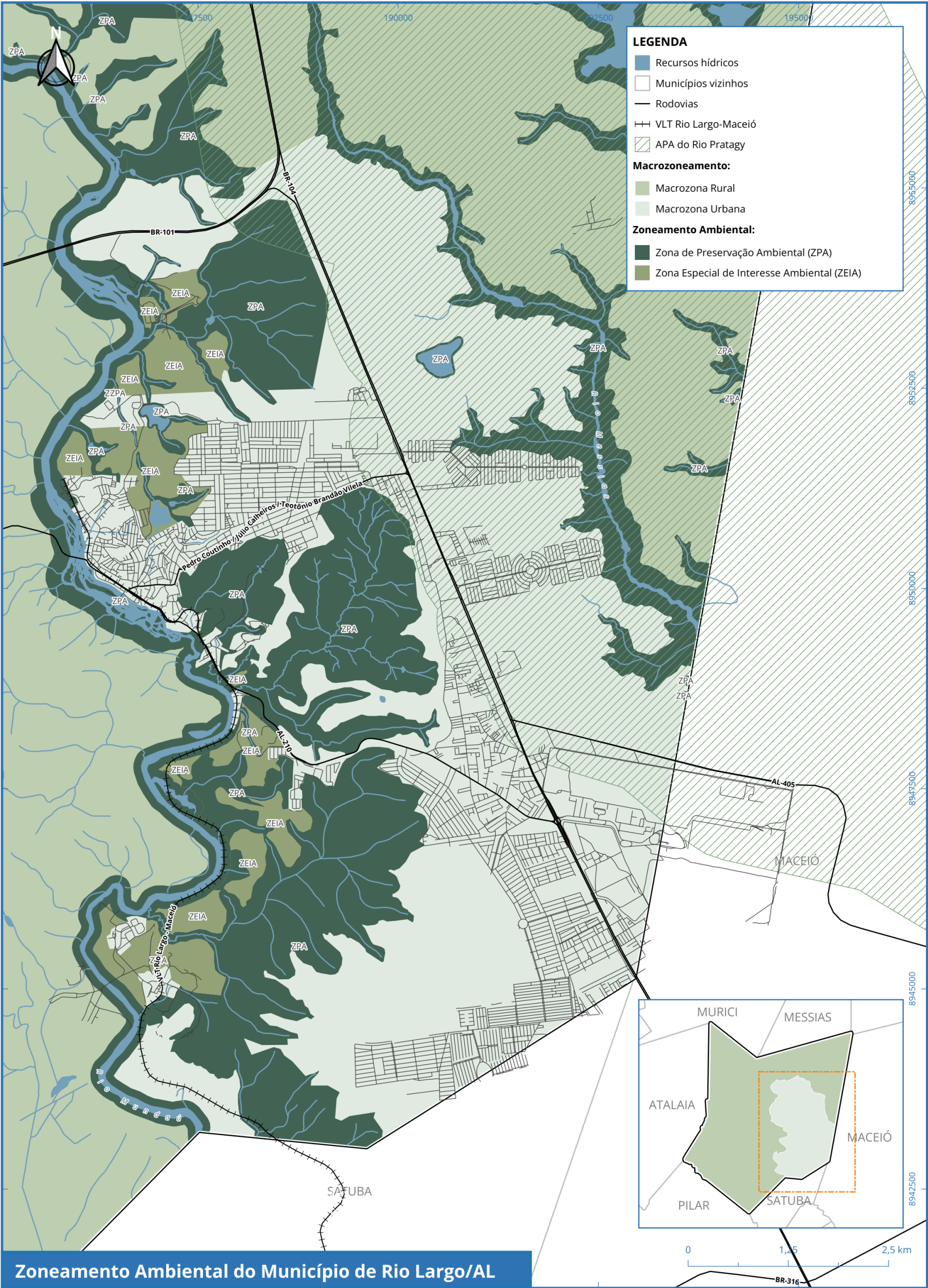
- Compatibilizar a conservação dos sistemas ambientais com uso sustentável dos recursos naturais;
- Qualificar os assentamentos existentes, de forma a minimizar os impactos decorrentes da ocupação indevida do território elevando os níveis da qualidade ambiental;
- Disciplinar o processo de uso e ocupação do solo;
- Assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais;
- Regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizar com os objetivos de conservação da natureza;
- Promover o turismo ecológico;
- Promover a educação ambiental.

Algumas restrições da ZEIA são:

- Proibição de construções de grande porte;
- Proibição de atividades esportivas de alto impacto;
- Proibição de aterros e obras de infraestrutura inadequadas;
- Restrição à remoção de espécies nativas;
- Proibição de atividades industriais.

O mapa que apresenta graficamente o Zoneamento Ambiental na Figura 5.1.

Figura 5.1 — Mapa de Zoneamento Ambiental do município de Rio Largo (versão reduzida)



6. Propostas do Eixo Estratégico 2 — Desenvolvimento Urbano

6.1. Respostas às Problemáticas do Eixo Estratégico 2

Na Oficina Temática de Desenvolvimento Urbano, evento técnico e participativo realizado no município de Rio Largo em 20 de junho de 2023, foram discutidas as problemáticas constantes do Diagnóstico Municipal Consolidado, último relatório da Etapa 1 — Leitura. Das produtivas discussões ocorridas, surgiram propostas de ação para enfrentar os problemas e/ou aproveitar os potenciais indicados no relatório. São apresentadas, na Tabela 6.1, as soluções apontadas pelos participantes do evento, e que ajudaram a identificar e detalhar as estratégias concebidas para Rio Largo no âmbito do **desenvolvimento urbano**.

Tabela 6.1 — Problemáticas e soluções propostas na Oficina Temática de Desenvolvimento Urbano

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
Expansão Urbana		
O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais	No município as áreas para expansão urbana não possuem condições de ocupação urbana ou são ambientalmente sensíveis. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> as áreas rurais podem ser mais bem aproveitadas para produção agrícola (produção de polpa de fruta, entre outros); as áreas de transição urbano-rurais ou rurais são ambientalmente sensíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Concentrar a expansão nas áreas próximas aos conjuntos com infraestrutura (conjuntos e loteamentos) – pavimentação de vias alternativas que ligam os conjuntos Projeto de lei que priorize a expansão para as áreas já habitadas
O município apresenta restrição de área para expansão urbana	O perímetro urbano possui áreas com baixa densidade, com infraestrutura adequada para promover adensamento. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> as áreas ou os bairros em questão possuem imóveis vazios ou subutilizados; a densidade populacional é baixa em relação a infraestrutura instalada. 	<ul style="list-style-type: none"> Desapropriação dos imóveis particulares que foram abandonados para área de expansão Aprovação de lei fins sociais para esses imóveis particulares para fins de habitação social
O município precisa prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, estações de trem, etc.	É preciso planejar a localização adequada para construção de equipamento de mobilidade no município. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o município necessita construir equipamentos de mobilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de terminais nas áreas de expansão e rurais
O município possui ocupações de perfil urbano fragmentadas, dispersas ou descontínuas em território urbano ou rural	No município há áreas com mescla de características urbanas e rurais. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> perfil de cada tipo de ocupação; áreas propícias ou que já possuem função agrícola e que devem ser mantidas ou ampliadas; as áreas com características urbanas e que se deseje consolidar. 	<ul style="list-style-type: none"> Integrar mais a comunidade rural com as urbanas e expandir as áreas comerciais rurais para parte imobiliária
Patrimônio Cultural		
O município deve reconhecer ou facilitar a preservação de bens imóveis ou áreas de relevância histórica, cultural, natural e paisagística	Há imóveis de interesse de preservação ainda sem preservação, ou tombamentos municipais, estaduais ou federais no território. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há imóveis ou bens de interesse ainda não protegidos; é necessário identificar os atributos que garantem o reconhecimento do valor do bem ou conjunto no regramento de uso e na ocupação do solo, de forma a garantir sua preservação. 	<ul style="list-style-type: none"> Área conhecida como Cachoeira, Lourenço de Albuquerque e os casarões do centro, imóveis e a localidade com valor histórico, pois foi início do município Tombamento municipal
	Os bens imóveis ou conjuntos existentes no município possuem relevância histórica ou cultural. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> é preciso garantir a integridade de bens ou áreas tombadas, a fim de preservá-las para as futuras gerações; há imóveis ou conjuntos históricos de interesse de preservação que precisam de ações que garantam sua preservação, pois ainda não são protegidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Fabrica; Tesouraria; Casarões dos Paiva Turismo Monumentos históricos
	Os bens ou conjuntos imóveis existentes no município possuem relevância natural ou paisagística. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> é identificada paisagem relevante e representativa da conformação do território; já são protegidas paisagens ou elementos naturais representativos com normas e regramentos de preservação. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar e manter os mirantes Banhos ecológicos (Cachoeira) Passeio no Rio Largo Incentivar ações ecológicas, trazer benefícios para a natureza Banho dos Japi; Pesque e pague no açude da destilaria; Banho em Canoas; Caiaque no Gustavo Paiva; Retiro acomodações

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território)	O município possui serviços ecossistêmicos de cultura (patrimônio cultural, identidade cultural/histórica, conservação da paisagem, arte e design, lazer e recreação, valor científico e educacional, identidade espiritual e religiosa). <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o município possui bens imóveis ou áreas de interesse de preservação histórica, cultural ou paisagísticas; o município deseja potencializar os bens de interesse cultural através do turismo; o município deseja potencializar ou criar novos equipamentos de cultura, lazer, cultura ou educação. 	<ul style="list-style-type: none"> Regulamentar áreas ecológicas na Utinga, Lourenço de Albuquerque, Gustavo Paiva e Canoas Elaborar leis e fiscalizar o comprimento para estes locais e criando e desenvolvendo a cultura de preservação e turismo Canoas de Barroso Canoas de Cuma Ilha Angelita Açude Destilaria
	O município possui serviços ecossistêmicos de regulação, ou seja, benefícios que as pessoas obtêm da regulação do ambiente feita pelos ecossistemas (regulação do clima e do microclima local, qualidade do ar, controle da erosão, regulação dos fluxos de água, secas e inundações, controle biológico de pragas e doenças, polinização e dispersão de sementes, etc.). <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o município possui áreas com ilhas de calor ou deseja criar áreas de preservação ambiental para regulação do clima; o município possui áreas críticas de inundação e deslizamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar áreas de preservação ambiental para equilibrar o calor da párea como no centro, brasil novo, Lourenço de Albuquerque Nas áreas de inundação, o controle pode ser feito dos “depósitos construturantes”; barragens; evacuação desses locais; proteção das margens Fiscalização das leis
Uso e Ocupação do Solo		
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	No município há áreas com predominância de usos residenciais e com pouca oferta de emprego. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> existem áreas do município desprovidas da ‘oferta de trabalho; há distâncias muito grandes ou insuficiência na mobilidade, acarretando muito tempo de transporte para acesso ao trabalho ou aos equipamentos e serviços essenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de diretrizes norteadoras para porcentagens mínimas de área verde, taxa de solo natural, coeficiente de aproveitamento em virtude das especialidades dos bairros Prever áreas comerciais e de equipamentos públicos
	A ocupação urbana do município é fragmentada, dispersa ou descontínua. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há partes da cidade que são descontínuas ou com muitos vazios urbanos; é necessário avaliar a existência de vazios urbanos sujeitos à fragilidade ambiental e com real potencialidade de uso. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer áreas de risco de inundação Estabelecer áreas impróprias para habitação / ocupação Criação de unidades de conservação
	O tempo de deslocamento dentro da área urbanizada é excessivo. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há distâncias muito grandes ou insuficiência na mobilidade, acarretando muito tempo de transporte para acesso aos postos de trabalho ou aos equipamentos e serviços essenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer normal que prevejam a inclusão de equipamentos urbanos, comercio e vias rápidas de acesso aos locais de trabalho Estabelecer normas que atrelem o crescimento industrial à criação de vias rápidas
No município há áreas que apresentam problemas de incomodidade e/ou conflitos de vizinhança	No município há empreendimentos que causam mudanças e impactos na dinâmica urbana e na capacidade de infraestrutura instalada. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há empreendimentos que possam causar impacto no trânsito, no meio ambiente ou na paisagem (bairro Acquaville). há melhorias de infraestrutura necessárias para que este tipo de empreendimento possa ser implementado, garantindo a qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de normal norteadoras que limitem emissões atmosféricas, ruídos, entre outros fatores que possam importar a qualidade de vida e meio ambiente do entorno
O município apresenta áreas com incompatibilidade entre parâmetros de uso e ocupação do solo em relação à cidade existente e suas novas ocupações	As normas vigentes são incompatíveis com o uso e com a ocupação real do solo. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> a produção edilícia e imobiliária tem sido realizada à margem da legislação; pode haver atividades econômicas (comércio e serviços) acontecendo também à margem da legislação, resultando em situações de insegurança e de perda de arrecadação; o zoneamento existente não dialoga com o perfil das áreas, da infraestrutura ou do mercado imobiliário existente ou desejado. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer zonas especiais de interesse social (ZEIS), que levem em consideração as especialidades de cada bairro, tendo em vista as construções já estabelecidas Previsão de hortas urbanas em áreas institucionais Fazer levantamento dos microzoneamentos e criar normal para cada um deles
Mobilidade e Transporte		
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	No município há áreas com predominância de usos residenciais e com pouca oferta de emprego. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> existem áreas do município desprovidas da oferta de trabalho; há distâncias muito grandes ou insuficiência na mobilidade, acarretando muito tempo de transporte para acesso aos postos de trabalho ou aos equipamentos e serviços essenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização da política de mobilidade Dinamização econômica Regulação que fomente o uso misto e integração entre espaço privado e público (fachadas ativas e permeáveis) Geração de postos de trabalho no município Os instrumentos precisam ser objetivos, com metas e indicadores de monitoramento

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	A ocupação urbana do município é fragmentada, dispersa ou descontínua. Significa que: <ul style="list-style-type: none">há partes da cidade que são descontínuas ou com muitos vazios urbanos;é necessário avaliar a existência de vazios urbanos sujeitos à fragilidade ambiental e com real potencialidade de uso.	<ul style="list-style-type: none">Aplicação dos instrumentos da política urbanaDireito de preempção; desapropriação; IPTU progressivo; ConsórcioControle do espraiamento, fomento à verticalizaçãoIntegrar os modos de transporteRegularizar os alternativos
O município apresenta situações de dificuldade de deslocamento, como ausência ou deficiência de transporte público, trânsito intenso, congestionamento, barreiras urbanas, entre outros	O município não possui um sistema de transporte público coletivo. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none">não há redes de ônibus mínimas que garantam a mobilidade pública e coletiva intra e interurbana, no município;não há infraestrutura satisfatória para mobilidade ativa e pode melhorar essas condições ao incentivar a escolha por esses modais (por exemplo: bicicleta);pode-se estimular a ocupação urbana mais concentrada do território, visando diminuir a necessidade de deslocamentos.	<ul style="list-style-type: none">Recuperar os trechos do VLTAmpliar a infraestrutura da mobilidade ativaIntegração modalElaboração / implementação de plano de acessibilidadeDOT – desenvolvimento orientado ao transporteRever a implantação / manutenção de calçadas pelos proprietários dos lotesImplantar infraestrutura de transporte ativo, a pé + bicicleta, incluindo bicicletários

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

6.2. Matriz de Referência (SWOT)

Reapresenta-se a seguir a matriz de referência na modalidade SWOT para o Eixo Estratégico 2 — Desenvolvimento Urbano (Tabela 6.2).

Tabela 6.2 — Matriz SWOT do Desenvolvimento Urbano

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	Forças <ul style="list-style-type: none"> • Localização estratégica: A proximidade com Maceió e o aeroporto internacional estimulam o desenvolvimento e podem fundamentar funções públicas de interesse comum. • Crescimento industrial: Rio Largo tem recebido novas indústrias, que podem contribuir para a geração de empregos e impulsionar a economia local. • Centro histórico arquitetônico: A existência de um conjunto de edificações preservadas adiciona valor ao patrimônio cultural e à paisagem urbana. • Vocação industrial sustentável: A possibilidade de desenvolver o setor em meio a áreas naturais próximas impulsiona formas sustentáveis de produção industrial e desenvolvimento econômico. 	Fraquezas <ul style="list-style-type: none"> • Transporte público restrito: Com apenas três linhas de vans, os deslocamentos entre os bairros e a acessibilidade aos serviços urbanos fica muito prejudicada. • Problemas no sistema viário urbano: Muitas vias estão em condições precárias e carecem de boa iluminação pública, arborização e acessibilidade nas calçadas. • Saneamento precário: Rio Largo sofre falta de abastecimento de água e de rede de esgotamento sanitário, além de problemas de drenagem em diversas ruas. • Expansão urbana descontrolada: Crescimento irrestrito da cidade faz pressão sobre áreas ambientais e intensifica a conurbação, aumentando os desafios para infraestruturação e proteção ambiental.
	Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • Atualização do Plano Diretor Municipal: Zonear a cidade de acordo com suas necessidades e vocações econômicas pode resultar em desenvolvimento bem planejado. • Parque Empresarial Ecológico: Iniciativa pode aliar o desenvolvimento industrial sustentável com a preservação do meio ambiente e a atração de novos investimentos. • Estímulo ao desenvolvimento urbano: Em torno da rodovia BR-104 é possível ampliar a diversidade de usos e estabelecer um eixo de oportunidades de negócios e empregos. • Atração de investimentos: Elaborar planos setoriais possibilita atrair investimentos em diversas áreas e impulsionar o desenvolvimento sustentável de Rio Largo. 	Ameaças <ul style="list-style-type: none"> • Indústria x APA: Incidência da APA do Pratagy na região onde se pretende desenvolver industrialmente pode gerar restrições e exigências ambientais. • Crescimento desordenado: A expansão urbana descontrolada causa pressão sobre o meio ambiente e pode comprometer até as finanças públicas. • Concorrência com outros municípios: A atração de investimentos industriais exige diferenciação e atratividade para conquistar novos empreendimentos. • Vulnerabilidade a eventos naturais: Enchentes e deslizamentos podem afetar a infraestrutura e a segurança da população.

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

6.3. Estratégias, Diretrizes e Propostas

As estratégias concebidas no âmbito do **desenvolvimento urbano** do município de Rio Largo são recapituladas a seguir, e estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) indicados abaixo:



1) Promover a qualificação urbana do Centro Histórico:

- a) Incentivar a requalificação de edifícios e espaços públicos históricos, oferecendo incentivos fiscais para a restauração e preservação do patrimônio cultural.
 - i) Implemente políticas que ofereçam reduções ou isenções fiscais para proprietários que restaurem edifícios históricos e espaços públicos;
 - ii) Simplifique e acelere os processos burocráticos relacionados à restauração de edifícios históricos, tornando mais fácil obter permissões e licenças.
- b) Criar um programa de revitalização do Centro, com melhorias na infraestrutura, paisagismo, sinalização e segurança, atraindo atividades culturais e turísticas.
 - i) Realizar melhorias significativas na infraestrutura do Centro, incluindo a renovação de calçadas, redes de água e esgoto, iluminação pública e transporte público;
 - ii) Desenvolver um calendário de eventos culturais e turísticos, como festivais, exposições artísticas e feiras temáticas, para atrair visitantes;
 - iii) Oferecer incentivos para que empresas locais e artistas participem dessas atividades, promovendo a cultura local.

2) Desenvolver um programa de habitação social e revitalização de áreas degradadas:

- a) Criar um programa de habitação social para atender às demandas habitacionais da população de baixa renda, promovendo a inclusão social e o acesso a moradia digna.
 - i) Elaborar e implementar um **Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**;
 - ii) Oferecer incentivos financeiros e fiscais para construtoras que participarem do programa de habitação social, como reduções de impostos, isenções de taxas de construção e subsídios diretos para a construção de moradias de baixo custo;
 - iii) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Zoneamento Especial; ZEIS.

- b) Estabelecer parcerias público-privadas para promover a revitalização de áreas degradadas ou abandonadas, transformando-as em espaços atrativos para a comunidade.
 - i) Identificar áreas degradadas ou abandonadas que tenham potencial para revitalização;
 - ii) Oferecer incentivos às empresas privadas para participarem de parcerias de revitalização, como facilitação do processo de licenciamento, permissões mais rápidas e concessões de terras públicas em troca de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de áreas degradadas;
 - iii) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Operação Urbana Consorciada (OUC).

3) Fomentar a criação de áreas verdes e espaços públicos:

- a) Estabelecer diretrizes para a criação de parques, praças e áreas de lazer em diferentes partes da cidade, oferecendo mais opções de convívio e lazer para a população.
 - i) Identificar as áreas nos bairros com maior carência de espaços de lazer e esporte;
 - ii) Realizar consultas públicas para envolver a comunidade na definição das melhorias a serem implementadas.
- b) Incentivar a implantação de programas de arborização urbana, melhorando o microclima e a qualidade de vida dos moradores.
 - i) Elaborar e implementar um **Plano Municipal de Arborização Urbana**;
 - ii) Implementar políticas e incentivos fiscais que promovam a arborização, como descontos ou isenções de impostos para proprietários que plantem e cuidem de árvores em suas propriedades.

4) Projetar um Parque Empresarial Ecológico e estimular a instalação de indústrias sustentáveis:

- a) Oferecer incentivos e benefícios fiscais para empresas que adotem práticas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.
 - i) Criar um sistema de incentivos fiscais que recompense empresas que adotem práticas sustentáveis, como redução de emissões de carbono, gestão eficiente de recursos naturais e uso de energias renováveis;
 - ii) Estabelecer programas de certificação e reconhecimento para empresas que implementem práticas sustentáveis.
- b) Promover a captação de investimentos e parcerias para desenvolver infraestrutura adequada no Parque, atraindo empresas comprometidas com a sustentabilidade.

- i) Estabelecer estratégias de marketing e promoção para atrair investidores e empresas que estejam comprometidos com a sustentabilidade;
- ii) Fomentar parcerias público-privadas para o desenvolvimento da infraestrutura necessária no Parque. Isso pode envolver a colaboração entre o governo local e empresas privadas para financiar e construir instalações ecológicas, como sistemas de tratamento de água, geração de energia limpa e gestão de resíduos.

5) Fortalecer a infraestrutura de saneamento básico:

- a) Elaborar e implementar um **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)** que contemple minimamente:
 - i) Ampliar a rede de abastecimento de água para áreas com déficit, com metas a serem cumpridas em curto, médio e longo prazo;
 - ii) Realizar estudos de demanda para identificar as áreas com maior necessidade de abastecimento de água;
 - iii) Estabelecer metas progressivas para a expansão da rede de esgoto e água potável;
- b) Realizar obras de drenagem pluvial para evitar alagamentos e melhorar a gestão de águas pluviais na cidade.
 - i) Estudar e propor soluções para gestão e manejo das águas pluviais (drenagem superficial e macrodrenagem).

6) Ordenar o crescimento urbano e controlar a expansão desordenada:

- a) Revisar e atualizar o Plano Diretor de forma sistemática, estabelecendo diretrizes para o crescimento ordenado da cidade, evitando a ocupação em áreas ambientalmente sensíveis.
 - i) Estabelecer o zoneamento adequado para as diversas áreas da zona urbana juntamente com a identificação das áreas ambientalmente sensíveis, como zonas de proteção ambiental, áreas de recarga hídrica, ecológicas ou propensas a inundações.
- b) Promover o adensamento urbano em áreas já consolidadas e com infraestrutura adequada, evitando o espraiamento urbano.
 - i) Criar incentivos para o desenvolvimento vertical, como reduções nas taxas de ocupação do solo ou benefícios fiscais para construtores que optem por projetos de construção em altura ou de reabilitação de edifícios existentes.

7) Criar incentivos para a ocupação de áreas ociosas e revitalização urbana:

- a) Oferecer benefícios fiscais para a ocupação e revitalização de terrenos ociosos e edifícios subutilizados, incentivando o aproveitamento sustentável do espaço urbano.

- i) Estabelecer políticas que ofereçam benefícios fiscais, como isenções de impostos sobre propriedade ou reduções de taxas de construção, para proprietários que ocupem ou revitalizem terrenos ociosos e edifícios subutilizados, desde que sigam diretrizes de sustentabilidade;
 - ii) Criar zonas específicas de revitalização urbana, onde os incentivos fiscais são mais atrativos.
- b) Desenvolver programas de parceria público-privada para promover a revitalização de áreas degradadas ou abandonadas.
 - i) Realizar um levantamento para identificar áreas degradadas ou abandonadas que precisam de revitalização;
 - ii) Estabelecer parcerias público-privadas que ofereçam incentivos às empresas privadas para investirem na revitalização dessas áreas;
 - iii) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Operação Urbana Consorciada (OUC); Outorga Onerosa do Direito de Construir; Transferência do Direito de Construir; IPTU Progressivo no Tempo.

8) Implantação de transporte público eficiente:

- a) Elaborar e implementar um **Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob)** que contemple minimamente:
 - i) Realizar um estudo de viabilidade para implantação de um sistema de transporte público sustentável, visando a redução das emissões de poluentes;
 - ii) Identificar as rotas de maior demanda para otimizar a oferta de transporte público;
 - iii) Planejar e efetivar a concessão de empresas responsáveis pelo transporte público coletivo, que universalizem o acesso ao serviço;
 - iv) Integrar o transporte público com ciclovias e ciclofaixas, incentivando o uso de caminhadas e bicicletas como meio de transporte sustentável e complementar ao transporte coletivo;
 - v) Implantar infraestrutura cicloviária em locais estratégicos, como avenidas movimentadas e trajetos de transporte público;
 - vi) Criar um sistema de compartilhamento de bicicletas para facilitar o acesso da população.

9) Fomento ao comércio e serviços públicos nos bairros:

- a) Criar polos comerciais nos bairros, com a implantação de áreas livres bem urbanizadas e estruturadas, mercados públicos e feiras de rua, estimulando a economia local e valorizando a cultura e produtos regionais.

- i) Identificar áreas nos bairros que podem ser destinadas à criação de polos comerciais;
 - ii) Planejar a infraestrutura necessária, como banheiros públicos e áreas de convivência;
 - iii) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Zoneamento; Parcelamento do Solo Urbano; Operação Urbana Consorciada (OUC); Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU); Direito de Preempção.
- b) Desenvolver programas de microcrédito e apoio técnico para incentivar a abertura de pequenos negócios locais, como mercearias, padarias e pequenas oficinas.
- i) Estabelecer parcerias com instituições financeiras para oferecer microcrédito com taxas de juros reduzidas;
 - ii) Oferecer capacitação em empreendedorismo e gestão de negócios para os interessados em abrir pequenas empresas;
 - iii) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC); Transferência do Direito de Construir (TDC).

10) Fortalecimento do turismo sustentável:

- a) Elaborar e implementar um **Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS)** que contemple minimamente:
- i) Identificar destinos, rotas e atrativos turísticos a serem potencializados e estruturados;
 - ii) Definir limites de visitação em áreas naturais sensíveis, antecipando-se para evitar a degradação ambiental causada pela visitação desordenada;
 - iii) Realizar estudos de capacidade de carga para determinar o número máximo de visitantes em cada área;
 - iv) Implementar sistemas de agendamento para controlar o acesso às áreas de maior fragilidade ambiental;
 - v) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Zoneamento Especial.
- b) Desenvolver parcerias público-privadas para investir em infraestrutura turística ecológica, como trilhas, mirantes e centro de visitantes, respeitando o ecossistema local e valorizando as belezas de Rio Largo.
- i) Identificar oportunidades de parceria com empresas interessadas em investir em estruturas turísticas sustentáveis;
 - ii) Estabelecer critérios ambientais para a concessão de licenças de operação de empreendimentos turísticos;

- iii) Implementar o **Projeto de Requalificação do Centro Histórico**;
- iv) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Zoneamento Especial; Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

11) Desenvolvimento integrado com Maceió:

- a) Estabelecer parcerias com o município de Maceió para o desenvolvimento integrado da região metropolitana, com ações conjuntas nas áreas de transporte, infraestrutura, segurança e meio ambiente.
 - i) Criar um comitê de coordenação entre os municípios para planejar ações conjuntas;
 - ii) Realizar reuniões periódicas para alinhar estratégias e compartilhar informações;
 - iii) Participar e colaborar na elaboração do **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maceió (RMM)** em execução.
- b) Articular projetos e iniciativas que favoreçam a integração das duas cidades, como sistemas de transporte público intermunicipais e planos de uso sustentável dos recursos naturais compartilhados.
 - i) Desenvolver um plano de mobilidade metropolitana eficiente que contemple a integração entre os sistemas de transporte de Rio Largo e Maceió, que atualmente sofre com bastante deficiência em infraestrutura e rotas;
 - ii) Criar políticas de preservação ambiental que considerem as áreas de proteção compartilhada entre os municípios;
 - iii) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Macrozoneamento; PEEU.

12) Políticas de habitação de interesse social:

- a) Elaborar projetos de reassentamento habitacional para a população que vive em áreas de risco ou em habitações precárias, garantindo o acesso a moradias dignas e bem planejadas.
 - i) Identificar as famílias em situação de risco e planejar a realocação para áreas seguras;
 - ii) Desenvolver projetos arquitetônicos que considerem a qualidade de vida e a sustentabilidade das novas moradias;
 - iii) Implementar, quando necessário, benefício eventual do aluguel social.
- b) Incentivar programas de habitação de interesse social, como a construção de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, buscando promover a inclusão social e o acesso à moradia adequada.

- i) Estabelecer parcerias com empresas da construção civil para viabilizar a construção de conjuntos habitacionais populares;
- ii) Criar políticas de subsídio para viabilizar a compra de moradias por parte da população de baixa renda.
- c) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: ZEIS, Direito de Preempção; Parcelamento do Solo Urbano; Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU); Consórcio Imobiliário.

13) Estruturar um Setor de Controle Urbano e Ambiental na Prefeitura:

- a) Criar um setor específico na Prefeitura dedicado exclusivamente ao controle urbano e ambiental, com equipe qualificada e especializada em temas relacionados ao desenvolvimento urbano sustentável.
 - i) Criar cargos, a contratação de profissionais qualificados em áreas como planejamento urbano, meio ambiente e engenharia ambiental, e a definição de suas atribuições específicas;
 - ii) Elaborar regulamentos, políticas e diretrizes claras para orientar o trabalho do setor de controle urbano e ambiental.
- b) Dotar o setor com a estrutura física e tecnológica necessária para realizar suas atribuições, como equipamentos de monitoramento, sistemas de informações geográficas (SIG) e softwares de gestão ambiental.
 - i) Adquirir equipamentos de monitoramento ambiental, como estações meteorológicas, sensores de qualidade do ar e da água, para coletar dados relevantes para a gestão ambiental;
 - ii) Instalar e manter sistemas de informações geográficas (SIG) para mapear e analisar dados espaciais relacionados ao desenvolvimento urbano. Isso permite o planejamento mais eficiente do uso do solo, a identificação de áreas de risco ambiental e a gestão adequada dos recursos naturais.

No âmbito do Eixo Estratégico 2 — Desenvolvimento Urbano, as estratégias definidas buscam aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos de Rio Largo por meio de um planejamento urbano sustentável. As estratégias e ações visam à regularização de áreas precárias, ao investimento em saneamento básico e à expansão de sistemas de transporte eficientes e sustentáveis. A ênfase na requalificação de áreas históricas e habitacionais e na diversificação de equipamentos públicos aponta para um ambiente urbano mais inclusivo e equitativo, ao mesmo tempo que, ao incentivar o comércio local e o turismo sustentável, o município buscará também a geração de empregos e a valorização da cultura local.

6.4. Zoneamento Urbano

A cidade de Rio Largo é um lugar com história de dinamismo crescente, onde o planejamento do desenvolvimento urbano é fundamental para moldar o seu futuro de forma equilibrada, eficiente e sustentável. O Zoneamento Urbano é uma peça-chave no

Plano Diretor Municipal, destinado a orientar o crescimento ordenado da cidade e a boa distribuição das atividades urbanas.

Esse ordenamento estabelece as bases para a construção de uma cidade harmoniosa, na qual os rio-larguenses possam viver, trabalhar e desfrutar de uma alta qualidade de vida e de boa conectividade. Considerando a diversidade de usos do solo, a infraestrutura disponível e as aspirações da comunidade, o zoneamento urbano se configura como uma ferramenta essencial para a criação de espaços urbanos que promovam a convivência, a acessibilidade e o bem-estar de seus habitantes.

O Zoneamento Urbano não apenas desenha as fronteiras do crescimento da cidade, mas também reafirma o compromisso de Rio Largo com um desenvolvimento urbano que valorize sua cultura, história e ambiente natural, buscando um equilíbrio entre a dinâmica urbana e a preservação do patrimônio ambiental. Assim, ele surge como um instrumento estratégico para concretizar a visão de Rio Largo como uma cidade moderna, inclusiva e em sintonia com as demandas de seus cidadãos.

Nesse contexto, o Zoneamento Urbano está proposto com a seguinte configuração:

- **Zona Mista de Alta Densidade (ZMAD):** corresponde ao setor da cidade em que as condições de proximidade ao centro da cidade (onde as atividades comerciais e de serviços são mais abundantes e intensas) e a acessibilidade entre as partes baixa e alta da cidade favorecem o incremento populacional e a otimização das infraestruturas. Esse setor coincide com o bairro Vila Rica e parte do bairro Mata do Rolo, à margem norte da avenida Intendente Júlio Calheiros / Teotônio Brandão Vilela.

Os objetivos da ZMAD são:

- Ordenar o uso do solo ao permitir diferentes atividades, como comércio, serviços e moradia verticalizada de alta densidade, visando otimizar o uso do solo e reduzir a expansão horizontal da cidade;
- Promover o desenvolvimento econômico e estimular o crescimento de negócios, comércio e serviços para impulsionar a economia local;
- Melhorar a infraestrutura urbana, incluindo transporte público, energia, iluminação e saneamento, para viabilizar a alta densidade;
- Criar espaços públicos atrativos com áreas públicas agradáveis e verdes, incentivando a interação social e a qualidade de vida;
- Desenvolver um sistema de mobilidade urbana eficiente, com aprimoramento de vias, calçadas, ciclovias e transporte público, visando reduzir o congestionamento e melhorar o acesso à região;
- Promover a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes, proporcionando serviços públicos de saúde, educação e cultura, além de áreas de lazer e convivência que atendam às necessidades da população local.

Os usos permitidos na ZMAD são:

- Usos habitacionais — Residência Unifamiliar ou Multifamiliar verticalizado;
 - Uso de comércio e serviços — Comércio e Serviço 1, 2 e de Inovação Tecnológica;
 - Usos industriais — Indústria 1, 2 e de Inovação Tecnológica, com área de até 1.000m² e baixo potencial poluidor;
 - Uso misto (associação entre uso habitacional e outros usos compatíveis) — de até 1.000m² para o uso não habitacional.
- **Zonas Mistas de Média Densidade (ZMMD):** correspondem à maior parte da cidade com urbanização consolidada e predominantemente residencial, excluindo-se a ZMAD, as demais zonas urbanas de uso específico, como as empresariais e de expansão urbana e as zonas ambientais.

Os objetivos das ZMMD são:

- Ordenar o uso do solo, regulamentando-o e incluindo áreas de lazer, equipamentos públicos, comércio local e serviços, para atender às necessidades da comunidade;
- Desenvolver o uso residencial sustentável, fomentando o crescimento habitacional equilibrado e ambientalmente consciente;
- Preservar o ambiente comunitário, mantendo a qualidade de vida das áreas residenciais, protegendo-as de impactos adversos;
- Incentivar a formação e consolidação das comunidades locais, promovendo a participação cidadã;
- Aprimorar as infraestruturas urbanas, como ruas, iluminação e serviços públicos, para melhorar a qualidade de vida dos moradores;
- Promover a mobilidade acessível, com meios de transporte eficientes e bem distribuídos para facilitar o deslocamento local e regional.

Os usos permitidos nas ZMMD são:

- Usos habitacionais — Residência Unifamiliar ou Multifamiliar horizontal ou verticalizado;
 - Uso de comércio e serviços — Comércio e Serviço 1 e 2;
 - Usos industriais — Indústria 1 e de Inovação Tecnológica, com área de até 400m² e baixo potencial poluidor;
 - Uso misto (associação entre uso habitacional e outros usos compatíveis) — de até 1.000m² em no máximo três pavimentos.
- **Zona do Parque Empresarial Ecológico de Rio Largo (ZPEE):** corresponde a parte do atual Distrito Industrial, estendendo-se das áreas de vale entre o rio

Mundaú e as rodovias BR-101 e BR-104 até a APP do rio Messias. A maior parte desse setor da Macrozona Urbana está inserido na APA do Rio Pratygy³.

São objetivos da ZPEE:

- Fomentar a instalação e operação de empreendimentos que adotem práticas sustentáveis, economizando recursos e minimizando impactos ambientais;
- Estabelecer medidas de preservação da biodiversidade local e da qualidade das águas dos rios, garantindo a proteção de áreas de recarga hídrica e mata ciliar;
- Definir zonas e limites para diferentes tipos de atividades, para que áreas mais sensíveis sejam preservadas e destinadas a práticas compatíveis com a conservação ambiental;
- Implementar sistemas de monitoramento ambiental para acompanhar e corrigir os impactos das atividades na área;
- Estimular a inovação e a pesquisa em tecnologias limpas e sustentáveis, promovendo a colaboração entre empresas, instituições e universidades locais;
- Desenvolver programas de conscientização para empresas, funcionários e comunidades sobre a importância da conservação ambiental.

Os usos permitidos na ZPEE são:

- Uso de comércio e serviços — Comércio e Serviço 1, 2, 3 e de Inovação Tecnológica;
- Usos industriais — qualquer categoria e porte, com baixo potencial poluidor.
- **Zona de Interesse Logístico (ZIL):** corresponde a áreas adjacentes à rodovia BR-104, nos bairros Manoel Gonçalves e Mata do Rolo, consolidando e potencializando atividades existentes na região, elevando-a a uma área de relevância regional.

São objetivos da ZIL:

- Estabelecer a zona como um centro logístico de importância regional, otimizando o transporte de mercadorias e promovendo a eficiência na distribuição;
- Contribuir para a criação de empregos na área logística, beneficiando a economia local e proporcionando oportunidades de trabalho para a população;
- Desenvolver e manter a infraestrutura necessária para suportar as operações de transportes e logística, garantindo a conectividade eficiente;
- Promover a inovação tecnológica e a competitividade das empresas instaladas, buscando atrair investimentos em pesquisa, desenvolvimento e novas tecnologias para fortalecer o setor e torná-lo mais competitivo em nível regional;

³ Unidade de Conservação estadual, criada por meio do decreto n. 37.589, de 05 de junho de 1998.

- Integrar a zona ao planejamento urbano de Rio Largo, de modo a conciliar as atividades empresariais e logísticas com o ambiente urbano e a qualidade de vida da comunidade.

Os usos permitidos na ZIL são:

- Uso de comércio e serviços — qualquer porte;
- **Zonas de Expansão Prioritária (ZEP):** correspondem a duas áreas adjacentes a à rodovia BR-104 em seu lado leste, estendendo-se até a APP do rio Messias: uma entre os conjuntos habitacionais Jarbas Oiticica e Antônio Lins e outra entre este último e o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares. Configuram-se como glebas não parceladas, preferenciais para expansão urbana, integrando comunidades existentes e evitando a dispersão urbana desordenada.

São objetivos das ZEP:

- Assegurar que a expansão urbana seja ambientalmente sustentável, evitando danos às Áreas de Preservação Permanente (APP);
- Integrar as novas áreas urbanas com as comunidades existentes para promover a coesão social e o desenvolvimento harmonioso;
- Garantir que as áreas de expansão tenham acesso a serviços públicos essenciais, como educação, saúde e transporte;
- Proteger e preservar as áreas de APP próximas, contribuindo para a conservação do meio ambiente;
- Desenvolver infraestrutura completa, incluindo vias, redes de água e esgoto, energia e transporte, para atender às necessidades das novas áreas urbanas.

Os usos permitidos nas ZEP são:

- Usos habitacionais — Residência Unifamiliar ou Multifamiliar horizontal;
- Uso de comércio e serviços — Comércio e Serviço 1 e 2;
- Uso misto (associação entre uso habitacional e outros usos compatíveis) — de até 1.000m² em no máximo dois pavimentos.
- **Zona de Expansão Condicionada (ZEC):** corresponde a uma área situada ao norte da área urbana atual, no encontro das rodovias BR-101 e BR-104, que se estende da APP do rio Mundaú à APP do rio Messias, e se destina a ser uma fronteira de urbanização para controlar a dispersão urbana desenfreada ao longo do eixo da BR-104, um forte vetor de expansão. O parcelamento e a ocupação urbana dessa zona serão condicionados à urbanização e ocupação completa das ZEP e à implantação de infraestruturas.

São objetivos da ZEC:

- Estabelecer controle sobre o crescimento urbano ao longo da BR-104, garantindo que seja realizado de forma ordenada e sustentável, evitando a expansão desordenada que possa comprometer o meio ambiente;
- Condicionar o parcelamento e a urbanização dessa área à disponibilidade de infraestruturas essenciais, incluindo vias, fornecimento de energia, iluminação pública e sistemas de saneamento básico, garantindo um ambiente urbano seguro e adequado;
- Priorizar a preservação das áreas de preservação ambiental dos rios Mundaú e Messias, reconhecendo a importância desses ecossistemas e a necessidade de protegê-los contra desenvolvimentos inadequados;
- Assegurar que qualquer desenvolvimento futuro planejado leve em consideração os impactos ambientais potenciais e implemente medidas para minimizá-los;
- Coordenar a expansão urbana com base no planejamento estratégico elaborado, considerando fatores como demanda populacional, infraestrutura disponível e capacidade de sustentabilidade;
- Promover o uso responsável e sustentável dos recursos naturais na região, incentivando práticas que preservem o meio ambiente e apoiem a qualidade de vida da comunidade local.

Os usos permitidos nas ZEC são:

- Usos habitacionais — Residência Unifamiliar ou Multifamiliar horizontal;
 - Uso de comércio e serviços — Comércio e Serviço 1, 2 e 3;
 - Usos industriais — Indústria 1, 2 e de Inovação Tecnológica, com área de até 1.000m² e baixo potencial poluidor;
 - Uso misto (associação entre uso habitacional e outros usos compatíveis) — de até 1.000m² em no máximo dois pavimentos.
- **Zona Especial Aeroportuária (ZEA):** corresponde à área ocupada pelo Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares e pela Vila Militar da Aeronáutica, dentro dos limites de Rio Largo, distinguindo-a das zonas adjacentes que possuem parâmetros de ocupação específicos e que não se aplicam a esse equipamento de grande porte.

São objetivos das ZEA:

- Garantir a operação segura e eficiente do aeroporto, protegendo-o de interferências urbanas que possam comprometer suas atividades;
- Coordenar qualquer desenvolvimento ou expansão nas proximidades do aeroporto de acordo com as diretrizes e regulamentações específicas para garantir que não haja impactos negativos nas operações aeroportuárias;

- Implementar medidas para minimizar o impacto do ruído gerado pelo aeroporto nas áreas circundantes e garantir que a infraestrutura ao redor não represente ameaças à segurança das operações aéreas;
- Preservar áreas críticas, como pistas de decolagem e pouso, zonas de segurança e áreas adjacentes, contra ocupações inadequadas que possam representar riscos para a aviação;
- Promover o desenvolvimento ordenado das áreas circundantes, considerando as necessidades do aeroporto e incentivando o uso compatível da terra;
- Garantir a segurança pública e operacional do aeroporto, evitando qualquer tipo de interferência que possa colocar em risco a integridade das instalações aeroportuárias ou a segurança das aeronaves e passageiros.

Os usos permitidos nas ZEA são:

- Uso de comércio e serviços — qualquer porte, mas sujeitos às normas vigentes do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares para a instalação e funcionamento dos estabelecimentos.
- **Zona Especial de Inovação (ZEI):** corresponde a uma área linear entre a Zona de Expansão Prioritária (ZEP) e a Zona Especial Aeroportuária (ZEA), destinada à implantação de empreendimentos empresariais ligados à inovação, com usos e atividades correlatas, como hospedagem e espaços para eventos, visando ao turismo de negócios.

São objetivos da ZEI:

- Promover a criação, desenvolvimento e expansão de empresas e empreendimentos ligados à inovação, tecnologia e pesquisa na região;
- Incentivar o empreendedorismo e o surgimento de startups, bem como atração de empresas que buscam inovação em seus produtos e processos;
- Estimular o desenvolvimento de uma infraestrutura completa que atenda às necessidades das empresas de inovação, incluindo espaços de trabalho, laboratórios, centros de pesquisa e desenvolvimento, e espaços para eventos relacionados à inovação;
- Promover o turismo de negócios na área, atraindo visitantes para eventos, conferências e exposições ligados à inovação e tecnologia;
- Contribuir para a geração de empregos qualificados na região, impulsionando o crescimento econômico e atraindo talentos na área de tecnologia e inovação;
- Estabelecer parcerias com universidades, instituições de pesquisa, empresas e entidades ligadas à inovação para impulsionar o ecossistema de inovação.

Os usos permitidos na ZEI são:

- Uso de comércio e serviços — Comércio e Serviço 1 e 2;
- Usos industriais — Indústria 1 e de Inovação Tecnológica, de qualquer porte e baixo potencial poluidor;
- Uso misto (associação entre uso habitacional e outros usos compatíveis) — de qualquer porte.
- **Zona Especial de Patrimônio e Interesse Turístico (ZEPIT):** corresponde à área mais antiga da cidade em que foram construídas as edificações fabris, vilas operárias e equipamentos comunitários durante o funcionamento das atividades têxteis que deram origem à cidade, de acordo com levantamento técnico realizado em 2017⁴, e visa a preservação do patrimônio histórico arquitetônico da região central de Rio Largo. Compreende também o trecho de orla do rio Mundaú que se estende pelos bairros Lourenço de Albuquerque, Centro e Gustavo Paiva.

São objetivos da ZEPIT:

- Salvar e proteger as edificações históricas e o desenho urbano que fazem parte do patrimônio arquitetônico da área, garantindo sua integridade e autenticidade;
- Manter o contexto histórico da região central de Rio Largo, promovendo a conservação das características urbanísticas e arquitetônicas que representam o passado industrial da cidade;
- Incentivar o uso das edificações históricas para atividades culturais, comerciais, de serviços ou residenciais, desde que compatíveis com a preservação do patrimônio, contribuindo assim para a revitalização da área;
- Promover o turismo cultural na região, destacando as construções antigas e contando a história da cidade, atraindo visitantes e contribuindo para o turismo e a economia local;
- Desenvolver programas de educação patrimonial para conscientizar a comunidade local e visitantes sobre a importância histórica e cultural da zona;
- Estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados para a restauração e conservação das edificações e espaços históricos, garantindo sua longevidade.

Os usos permitidos na ZEPIT são:

- Usos habitacionais — Residência Unifamiliar ou multifamiliar horizontal;
- Uso de comércio e serviços — Comércio e Serviço 1, 2 e Inovação Tecnológica de até 400m²;

⁴ RODRIGUES, Rosemary, Lopes. **Conservação do patrimônio cultural: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2017.

- Uso misto (associação entre uso habitacional e outros usos compatíveis) — de até 400m².
- **Zonas Especial de Interesse Social (ZEIS):** correspondem a áreas ocupadas por edificações irregulares e/ou precárias do ponto de vista ambiental e social: ocupações em áreas de risco de inundação ou deslizamento (ZEIS 1), conjuntos habitacionais Jarbas Oiticica e Antônio Lins, que se encontram segregados do restante da cidade (ZEIS 2) e os conjuntos habitacionais não ocupados e em processo de recuperação, situados à margem sul da rodovia AI-210, próximos ao Fórum da Comarca de Rio Largo (ZEIS 3).

São objetivos das ZEIS:

- Realizar um diagnóstico completo da situação habitacional no município, identificando demandas por moradia, déficits habitacionais, áreas de risco e necessidades específicas das diferentes comunidades;
- Elaborar políticas e diretrizes para promover a produção e a oferta de habitações de interesse social, buscando atender às necessidades da população de baixa renda e garantir o acesso a moradias dignas;
- Desenvolver estratégias para a regularização fundiária de ocupações informais, visando legalizar propriedades e garantir a segurança jurídica dos moradores;
- Incentivar a construção de habitações acessíveis e sustentáveis, considerando a mobilidade urbana, a eficiência energética e a preservação ambiental;
- Fomentar a participação ativa da comunidade no processo de elaboração e implementação do PLHIS, garantindo a representatividade das necessidades habitacionais locais;
- Integrar o PLHIS com outras políticas públicas relacionadas à habitação, como saúde, educação, transporte e meio ambiente, para promover uma abordagem holística no desenvolvimento urbano.

Os usos permitidos nas ZEIS são:

- Usos habitacionais — Residência Unifamiliar — apenas nas áreas em que for tecnicamente comprovada a viabilidade ambiental para a implantação ou manutenção de moradias adequadas e suas infraestruturas de saneamento;
- Uso de comércio e serviços — Comércio e Serviço 1 e 2 (apenas nas ZEIS 2).
- **Zona de Ocupação Restrita (ZOR):** correspondem a áreas situadas entre as Zonas Mistas de Média Densidade (ZMMD) e as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA), nos bairros Brasil Novo, Mata do Rolo, Tabuleiro do Pinto e Utinga. Sua finalidade é a formação de áreas de amortecimento e contenção da expansão urbana, adotando-se formas de ocupação de interface urbano-rural, com medidas de baixíssimo adensamento.

São objetivos das ZOR:

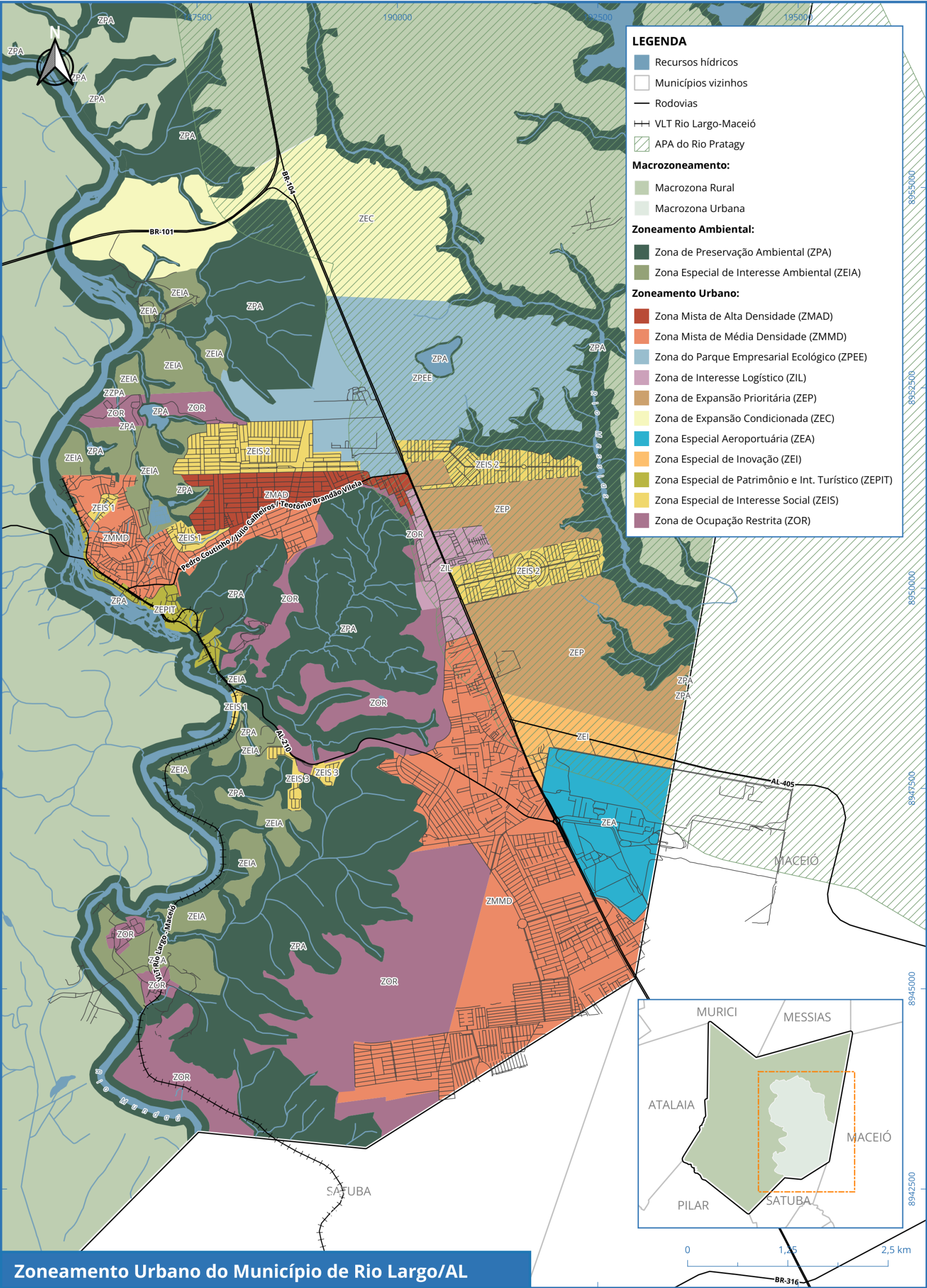
- Delimitar áreas de ocupação restrita para conter a expansão urbana desordenada, preservando o ambiente natural e evitando a ocupação em áreas de alta sensibilidade ambiental;
- Promover o baixíssimo adensamento, com o objetivo de manter um ambiente de transição entre áreas urbanas e rurais, preservando a qualidade de vida e a paisagem local;
- Adotar medidas de proteção ambiental, garantindo a conservação de recursos naturais, áreas verdes e ecossistemas frágeis presentes nessas regiões;
- Estabelecer diretrizes para uma forma de ocupação que promova a convivência harmoniosa entre o ambiente urbano e rural, respeitando as características e necessidades de ambos;
- Garantir a coerência e integração das ZOR com as demais zonas urbanas, evitando conflitos de uso e assegurando o planejamento equilibrado do município.

Os usos permitidos nas ZOR são:

- Usos habitacionais — Residência Unifamiliar;
- Uso de comércio e serviços — Comércio e Serviço 1;
- Usos agrícolas.

O mapa que apresenta graficamente o Zoneamento Urbano é apresentado a seguir, na Figura 6.1.

Figura 6.1 — Mapa de Zoneamento Urbano do município de Rio Largo (versão reduzida)



6.5. Sistema Viário Básico

Simultaneamente ao Zoneamento Urbano, foi também definida uma nova hierarquização para o Sistema Viário Básico da cidade, em alinhamento às estratégias e propostas de ordenamento territorial e ao Plano de Mobilidade Urbana de Rio Largo (PlanMob), que se encontra em fase de elaboração. Essa medida visa ao desenvolvimento urbano sustentável de Rio Largo também no âmbito da acessibilidade local e regional.

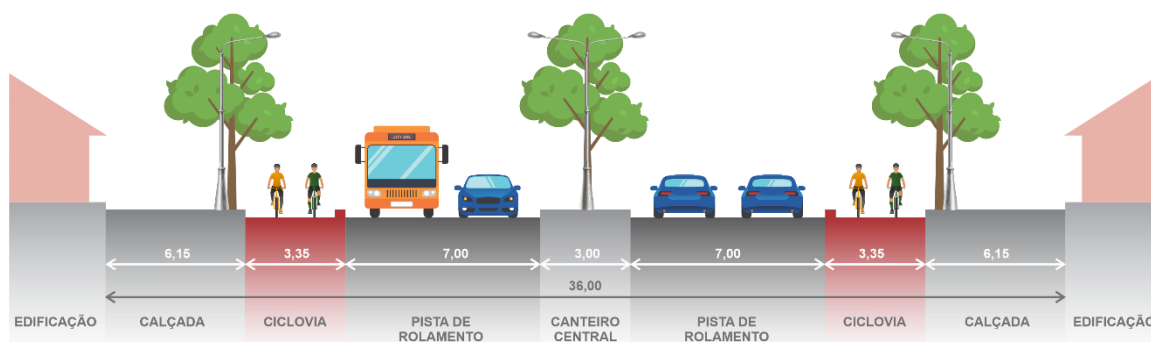
A nova hierarquização, que é mais detalhada nos relatórios do PlanMob, é aqui apresentada para permitir uma análise combinada das diretrizes de uso e ocupação do solo urbano e das infraestruturas de acesso que conectam as várias áreas da cidade e a inserem no contexto metropolitano, especialmente com a capital Maceió.

As vias urbanas de Rio Largo são classificadas nos seguintes tipos de via: **Via de trânsito rápido; Arterial tipo 1; Arterial tipo 2; Coletora tipo 1; Coletora tipo 2; Especial tipo 1; Especial tipo 2 e Local**. Essas diferentes categorias existem para ordenar os deslocamentos na cidade de acordo com o volume de veículos e pessoas que transitam em cada via, e em função da escala de sua conectividade. Ou seja, quanto maior a classificação da via, maior o seu papel na estrutura geral, na medida em que recebe o tráfego das vias de menor capacidade.

Em uma perspectiva crescente da hierarquia proposta, parte-se das vias locais, que são as que permeiam todos os bairros, sejam eles caracterizados como residenciais, comerciais, industriais ou mistos. Essas vias têm menor demanda de tráfego e, portanto, podem ter dimensões mais reduzidas. Para acessar outras áreas da cidade, os veículos e pessoas que nelas transitam se dirigem às vias coletoras, que por sua vez conduzem o tráfego para as de maior classificação na hierarquia, as vias arteriais e a via de trânsito rápido. Estas conectam a cidade aos demais núcleos urbanos existentes, numa escala interurbana. Além destas, foram previstas vias especiais, para situações limitadas.

- **Via de Trânsito Rápido:** a via de maior classificação na hierarquia, caracterizada por ser uma rodovia federal (BR-104), tem alcance interurbano, com uma largura total prevista de 36,00m e trânsito nos dois sentidos (mão dupla). Compreende em sua estrutura duas pistas de rolamento de duas faixas cada, separadas por um canteiro central, e com ciclovias bidirecionais em ambas as margens (Figura 6.2).

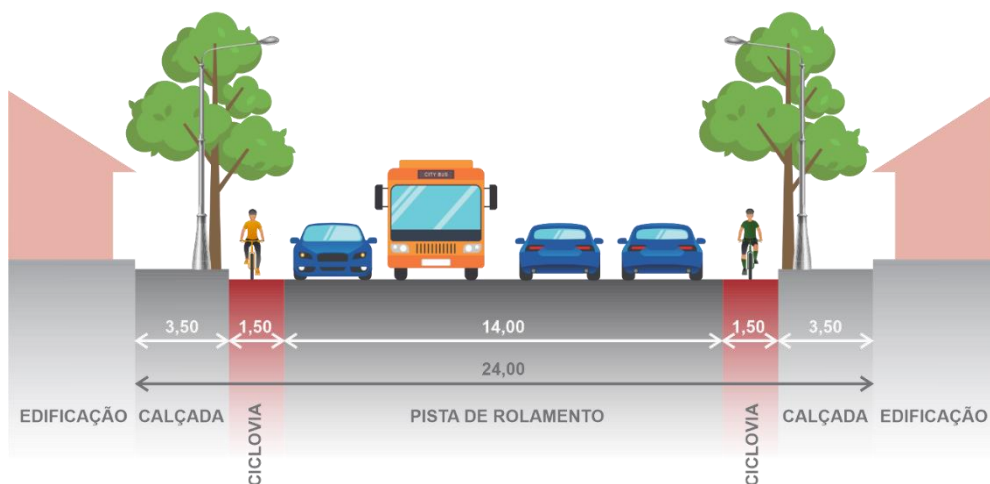
Figura 6.2 — Via de Trânsito Rápido: estrutura e dimensões



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Via Arterial Tipo 1:** a via de ligação entre as rodovias federais e estaduais tem alcance interurbano, com uma largura total prevista de 24,00m e trânsito nos dois sentidos (mão dupla). Compreende em sua estrutura uma pista de rolamento de quatro faixas, sem separação física entre elas e ciclofaixas unidirecionais em ambas as margens (Figura 6.3).

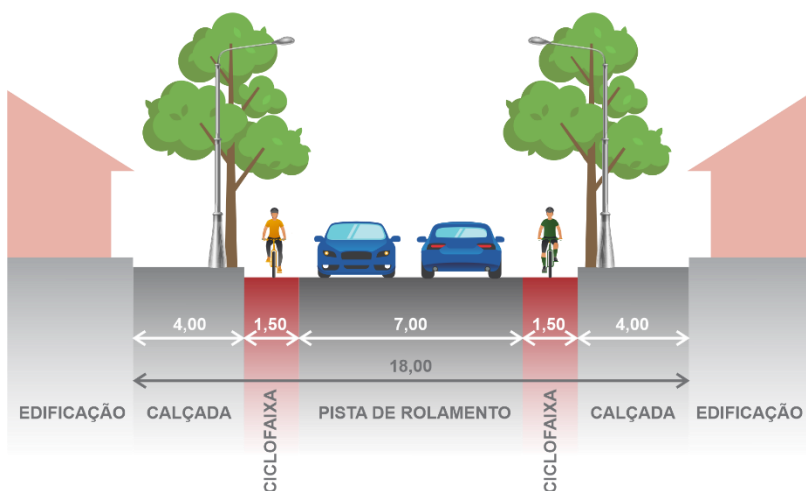
Figura 6.3 — Via Arterial Tipo 1: estrutura e dimensões



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Via Arterial Tipo 2:** a via de terceira maior classificação na hierarquia se configura como uma das mais importantes, pois tem função de conectividade entre a rodovia, o centro urbano e áreas fragmentadas da cidade, com uma largura total prevista de 18,00m e trânsito nos dois sentidos (mão dupla). Compreende em sua estrutura uma pista de rolamento de duas faixas e ciclofaixas unidirecionais em ambas as margens. (Figura 6.4).

Figura 6.4 — Via Arterial Tipo 2: estrutura e dimensões

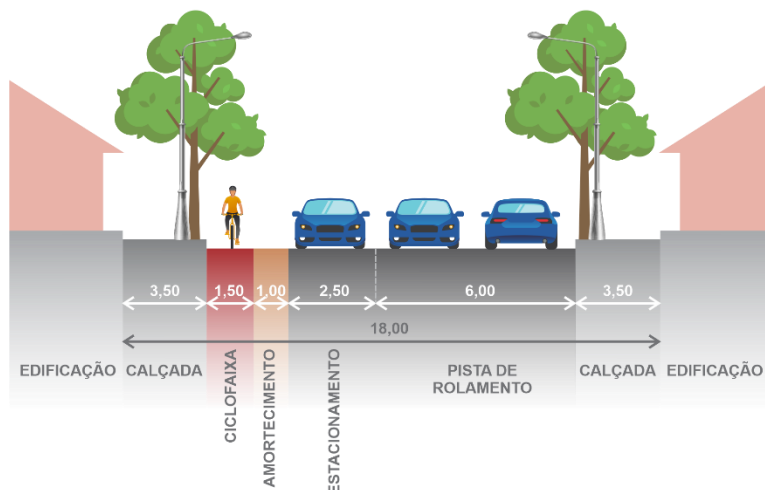


Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Via Coletora Tipo 1:** no quarto nível na hierarquia, esse tipo de via tem uma largura total prevista de 18,00m e trânsito nos dois sentidos (mão dupla). Compreende em sua estrutura uma pista de rolamento com duas faixas de trânsito, uma faixa para

estacionamento em um dos lados e uma ciclofaixa unidirecional na margem adjacente à faixa de estacionamento (Figura 6.5/Figura 6.3).

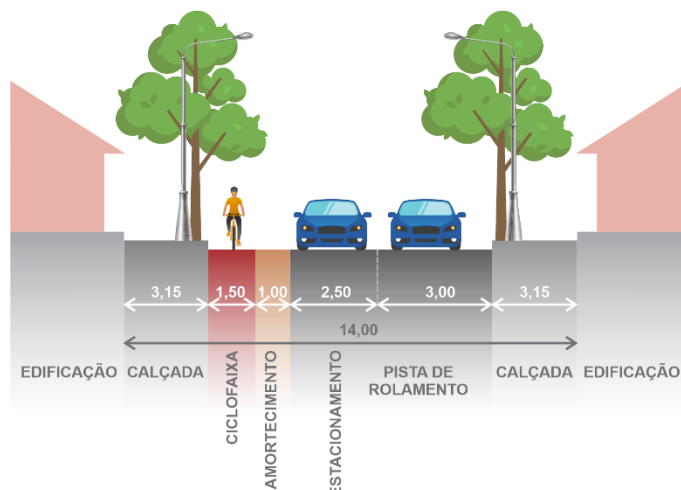
Figura 6.5 — Via Coletora Tipo 1: estrutura e dimensões



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Via Coletora Tipo 2:** o quinto nível de via tem uma largura total prevista de 14,00m, com configuração semelhante ao tipo 1, porém possui trânsito em um só sentido (mão única). Compreende em sua estrutura uma pista de rolamento com uma faixa de trânsito, uma para estacionamento em um dos lados e uma ciclofaixa unidirecional na margem adjacente à faixa de estacionamento (Figura 6.6/Figura 6.3).

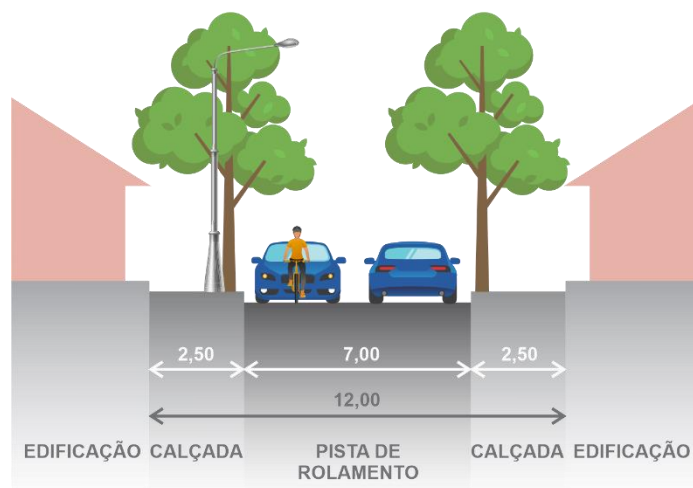
Figura 6.6 — Via Coletora Tipo 2: estrutura e dimensões



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Via Local:** a via de menor classificação tem uma largura total prevista de 12,00m. Compreende em sua estrutura uma pista de rolamento de mão dupla, com uma faixa em cada sentido, e com tráfego de veículos e bicicletas compartilhando o mesmo espaço (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

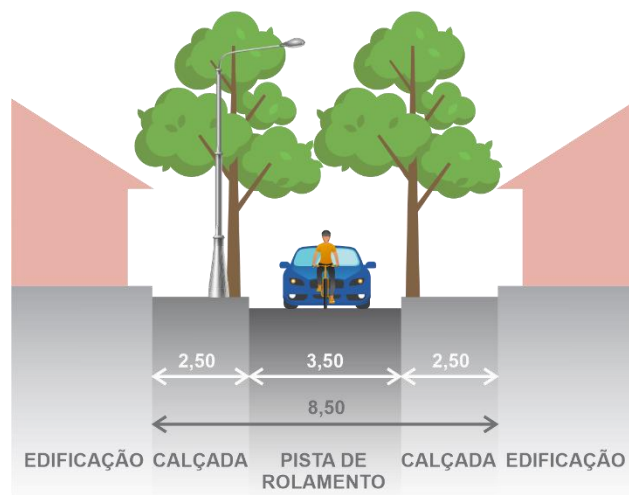
Figura 6.7 — Via Local: estrutura e dimensões



Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Via Especial Tipo 1:** a via de menor classificação tem uma largura total prevista de 8,50m (mais estreita), compreende uma pista de rolamento de mão única e com tráfego de veículos e bicicletas compartilhando o mesmo espaço, assim como a via local (Figura 6.8 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Figura 6.8 — Via Especial Tipo 1: estrutura e dimensões

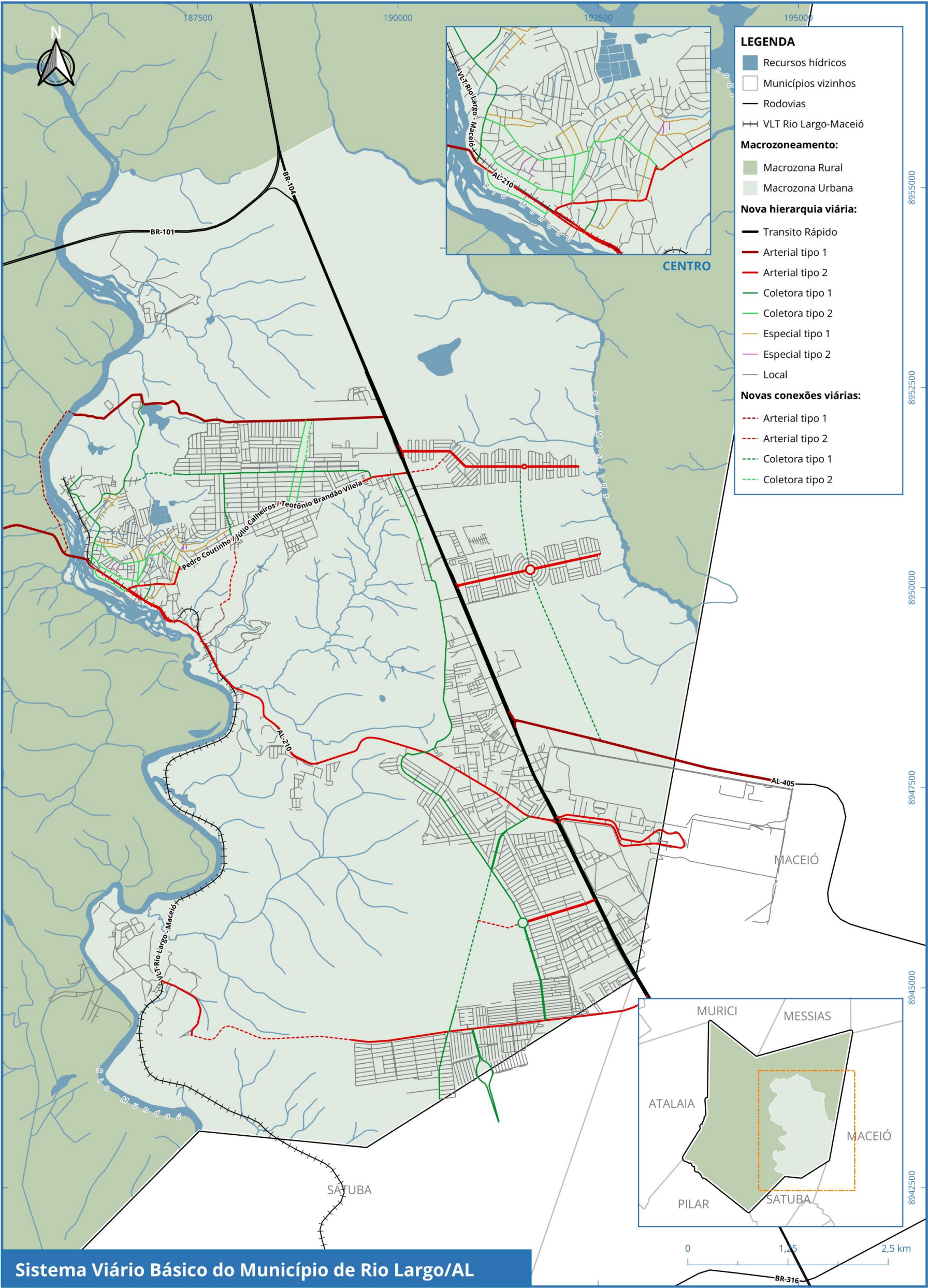


Elaboração: EGL Engenharia (2023).

- **Via Especial Tipo 2:** já as vias desta classificação, são trechos de escadarias, rampas ou que apresentam grandes inclinações, servindo somente para os modos ativos (pedestres e ciclistas), contando com tratamento e adaptações especiais que facilitem o deslocamento, a ser elaborada de acordo com cada situação.

O mapa que apresenta graficamente o Sistema Viário Básico é apresentado Figura 6.9.

Figura 6.9 — Mapa do Sistema Viário Proposto para o município de Rio Largo (versão reduzida)



7. Propostas do Eixo Estratégico 3 — Desenvolvimento Econômico

7.1. Respostas às Problemáticas do Eixo Estratégico 3

Na Oficina Temática de Desenvolvimento Econômico, evento técnico e participativo realizado no município de Rio Largo em 21 de junho de 2023, foram discutidas as problemáticas constantes do Diagnóstico Municipal Consolidado, último relatório da Etapa 1 — Leitura. Das produtivas discussões ocorridas, surgiram propostas de ação para enfrentar os problemas e/ou aproveitar os potenciais indicados no relatório. São apresentadas, na Tabela 6.1, as soluções apontadas pelos participantes do evento, e que ajudaram a identificar e detalhar as estratégias concebidas para Rio Largo no âmbito do **desenvolvimento econômico**.

Tabela 7.1 — Problemáticas e soluções propostas na Oficina Temática de Desenvolvimento Econômico

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
Desenvolvimento Econômico		
O município possui demanda para estimular novas atividades econômicas por meio de polos tecnológicos, distritos industriais, centros comerciais, etc.	O município exerce a função de polo comercial regional. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o município está localizado em uma região com grande concentração de empresas comerciais; o município está localizado em região populosa, que atua como mercado de consumo local; o município atrai consumidores de outros municípios e regiões. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de Polos Gastronômicos, de atividades culturais, comerciais e serviços Explorar / fomentar o turismo ecológico e cultural Fomentar através de capacitações e eventos o interesse para tecnologia e outros Estrutura física definida para instalação de um polo tecnológico (com acesso a internet com qualidade) Identificar as localidades que possibilitem aglomerações econômicas, estimulando a formação de centros comerciais e de serviço
O município integra Área de Especial Interesse Turístico ou apresenta forte atividade turística	O município possui atividade turística dinâmica ou integra Área de Especial Interesse Turístico. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o turismo tem uma participação significativa na formação do Produto Interno Bruto municipal e na geração de receitas; o município tem atributos específicos (naturais, urbanos, econômicos, históricos, culturais...) que lhe conferem características atrativas para circuitos turísticos; o município não apresenta grandes atributos turísticos, mas está localizado em aglomeração urbana em que outros municípios desempenham esse potencial de atração. 	<ul style="list-style-type: none"> Parcerias com empresas de turismo para explorar o turismo cultural local Apresentar desde a 1ª infância os potenciais turísticos e ecológico do município Rota ecológica com polos de artesanato, gastronomia e cultura local Conscientizando e educando no ambiente escolar, expandindo para a população geral através de mídias Possui VLT “Mate – Mutum” Usina Utinga – trilhas e demais modalidades esportivas
O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou controlar seus impactos urbanos e ambientais	No município é necessário ampliar as áreas destinadas às atividades rurais. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o Produto Interno Bruto do município relativo às atividades rurais tem apresentado alta nos últimos anos; as áreas rurais do município estão ocupadas com atividades dessa natureza, sendo rara a presença de glebas e terrenos vazios ou improdutos; o município possui áreas não ocupadas por atividades rurais ou urbanas, que tampouco apresentam relevância ambiental, passíveis de serem convertidas em áreas rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> Parceria – Indústrias para atrair e estimular atividades rurais para ampliar os insumos produzidos para atender as mesmas (as indústrias) Delimitação de áreas para atividades específicas de produção rural e firmar instrumentos com universidades para desenvolver políticas de incentivo as áreas
O município necessita manter e fortalecer comércios e usos populares	No município existem áreas com acentuada informalidade do comércio ambulante. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> falta, no município, oferta de postos de trabalho formais para toda a população trabalhadora; o município apresenta uma taxa de desemprego elevada; parte da população economicamente ativa não possui qualificação necessária para ser empregada em empregos formais; 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a instalação de empresas de comércio e serviços Facilitar a formalização dos MEI Implantação do shopping popular e feiras livres em áreas de aglomeração Lei municipal – informatizando o processo no âmbito municipal e regulamentando o comércio ambulante
Dinâmica Imobiliária		
O município possui vazios urbanos (imóveis ou glebas)	No município existe demanda por novas moradias, equipamentos ou outros usos públicos e/ou áreas para desenvolvimento econômico. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há falta de moradia, precariedade habitacional e/ou ocupação de áreas de risco; faltam áreas/imóveis para equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social, lazer, esportes e cultura, etc.; há demanda por áreas específicas para desenvolvimento econômico. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de feiras municipais Criação de entretenimento, academias ao ar livre, quadra de esporte, incentivar empresas a fomentar a economia em locais específicos Fazer um estudo relacionado ao perfil dos moradores de cada região, para implantar eventos específicos para cada perfil Zoneamento – Macrozonas de desenvolvimento econômico Priorização na locação de equipamentos públicos de lazer Diferenciação tributária Melhoramento na infraestrutura de acesso Construção e melhorar os equipamentos públicos Realização de campeonatos nas quadras já implantadas nos bairros

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
O município possui vazios urbanos (imóveis ou glebas)	Se no município a área urbana é dispersa ou fragmentada. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há bairros novos afastados, gerando vazios urbanos entre as áreas urbanizadas; há loteamentos ou empreendimentos novos sendo lançados em áreas afastadas da mancha urbana consolidada. 	<ul style="list-style-type: none"> Legislação: desapropriação; zoneamento; código tributário Criação de equipamentos públicos, quadras de esportes em geral Incentivos fiscais para trazer empresas de grande porte, no ramo de home center (Carajás e Leroy Merlin), visando a expansão urbana, como os loteamentos cidade jardim e Luar de Rio Largo Criação de espaços culturais e pontos turísticos Food truck na ilha Permissão de construção diferenciada (ampliação) Desburocratização de licenciamentos e alvarás (transparência) Fechamento de ruas para lazer, colocando brinquedos, comercio de alimento e etc. como exemplo da rua fechada em Maceió. Utilizar os espaços de mata para criar rotas ecológicas Legislação Informatização dos processos e divulgação
	No município existe alta dinâmica do mercado imobiliário. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há produção de novos loteamentos; possui agentes imobiliários de atuação regional ou nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a divulgação de área para vendas para outros estados, principalmente para empresas de fora Atrair diferentes perfis de renda, valorizando com empreendimentos dinamizando a economia local
O valor de aluguéis ou de venda de imóveis no município é incompatível com o perfil de renda da população	No município existe demanda por Habitação de Interesse Social (HIS). <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> existe população de baixa renda sem moradia adequada no município; parte dessa população pode já ter casa, mas em condições inadequadas, como as moradias em áreas sem infraestrutura; pode haver moradias precárias em áreas consolidadas e que estejam ameaçadas de expulsão; é preciso entender se, entre as causas da demanda, a população de baixa renda não consegue adquirir imóveis próprios ou paga aluguel que compromete mais do que 30% da renda familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar programas de moradia popular, possibilitando as pessoas de trazer renda daqueles imóveis, eliminando o custo mensal de aluguel Cadastramento – CRAS Ampliação de renda Incentivo de empresas profissionalizantes, qualificação das pessoas Construção de HIS em áreas próximas e valorizadas, em uma zona que permita mais de 3 pavimentos (compactando as áreas para que não fiquem “espalhadas”) Criar um fundo para financiamento de construção
O município possui baixa dinâmica imobiliária, com predominância da atuação de empresas locais da construção civil ou de produção da própria moradia	O município depende de produção pública para suprir sua demanda habitacional de baixa renda. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> a população de baixa renda somente acessa moradia adequada por meio de empreendimentos públicos ou financiados por programas habitacionais públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar programas de qualificação da população, visando a melhora de empregos Incentivar a implantação de empresas de grande porte Diversificação de públicos com diferentes níveis de renda (não aglomerar residenciais para o público de baixa renda)
O município possui intensa atividade imobiliária, em que os empreendimentos isolados ou em conjunto causam impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, etc.)	Os empreendimentos (horizontais ou verticais) estão sendo implementados de forma justaposta ou ocupando grandes extensões territoriais. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> novos loteamentos e condomínios fechados sendo implementados nas áreas periurbanas acarretando território fragmentado e disperso. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação de espaços próximo a estes empreendimentos para inclusão na macrozona de desenvolvimento econômico
Grandes Projetos de Impacto		
O município possui ou está localizado em áreas de influência de grandes projetos de impacto ambiental	No município percebe-se avanço da atividade industrial de impacto. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> existe demanda do setor privado industrial pela instalação de novas plantas (fábricas) no município; regionalmente, o município está localizado em área com bom acesso a infraestrutura de transportes, logística e energia; o município necessita prever as localizações e regulamentações adequadas para a promoção do desenvolvimento industrial, de maneira articulada à sua política de desenvolvimento urbano e um desenvolvimento de baixo carbono. 	<ul style="list-style-type: none"> Continuidade de incentivos para locação de indústrias (incentivos fiscais e locacionais) Capacitação da população e dos prestadores de serviços Criação de regulamentos que vise a implementação (aumento da fiscalização) Conservação florestal (combater o desmatamento) Economia circular Transporte para os trabalhadores Implementar o zoneamento ecológico econômico (ZEE), determinando as áreas de ocupação industrial Realizar o enquadramento das atividades econômicas com base em porte e potencial poluidor, objetivando a identificação de impactos e definições de medidas mitigadoras no licenciamento ambiental Criação / ampliação de programas de capacitação através de parcerias de instituições de ensino Lei do PROGRIDE (reestruturação, divulgação) Enquadramento das atividades econômicas

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
		<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento Ambiental
O município possui ou prevê grandes equipamentos urbanos de impacto relacionados à mobilidade e ao transporte, como terminais portuários e portos, etc.	<p>No município existe a necessidade de prever áreas para a construção e a instalação dos equipamentos.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • deve estudar a melhor localização para o equipamento; • necessita prever recursos fundiários ou parcerias para promover a construção. • o município necessita avaliar se há impactos sociais, ambientais e urbanos significativos que exijam a remediação ou a prestação de contrapartidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento dos órgãos de fiscalização ambiental • Elaboração de estudos que avaliem os possíveis impactos ambientais e sociais e suas formas de mitigação • Implantação de terminais para as áreas urbanas e rurais • Avaliação dos impactos ambientais gerados durante o processo de licenciamento ambiental a partir de estudos ambientais e relatórios de qualidade ambiental, assim como atendimento dos condicionantes de licenças e autorizações ambientais • Elaboração do Plano de mobilidade urbana • Licenciamento ambiental e urbanístico; Estudos Ambientais
Turismo		
O município possui áreas naturais e/ou protegidas com potencial para o desenvolvimento de turismo ambiental sustentável	<p>O município está contido em região com outros municípios que possuem características turísticas.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • o município está inserido em região que possui atrativos turísticos relacionados ao meio ambiente; • busca-se fortalecer ou implementar atividades (inclusive para incremento econômico) que permitam a preservação dos atrativos ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de parque municipal com valorização e preservação da fauna, flora virgem, estimulando o turismo ecológico (estímulo de pequeno comércio local, com presença de comércio, serviços e artesanato local) – valor para entrada • Lei que destine verbas de forma específica a manutenção / preservação dos atrativos turísticos ecológicos e históricos • Fiscais ambientais e batalhão da polícia ambiental (apoio) • Ações permanentes de educação para comunidades • Pavilhão do artesanato • Aproveitamento econômico da APA <ul style="list-style-type: none"> ○ Elaboração de passeio ecológico; Credenciamento de guias; Treinamento de guias; Trilha e esportes
	<p>No município há conflitos entre os usos urbanos e a preservação ambiental e da paisagem.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • na área de interesse turístico o uso e a ocupação do solo vigentes colocam em risco os atributos naturais ou paisagísticos e, conseqüentemente, o potencial de usufruto turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação da comunidade acerca dos benefícios do fluxo turístico local • Ordenamento / estratégias de urbanização local que priorizem (preserve) a paisagem • Organização e conservação da infraestrutura • Educação nas escolas, mais incentivo a atividades locais • Relação Prefeitura com os proprietários das terras da APA: estabelecer papel diminuto da prefeitura na execução das atividades
O município busca promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural	<p>O município possui imóveis ou conjuntos de interesse de preservação cultural.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • há imóveis ou conjuntos históricos de interesse e que precisam de ações para garantir sua preservação, por ainda não serem protegidos; • há imóveis, conjuntos e/ou centralidades históricas preservados, porém com dinâmica econômica baixa. • há empreendimentos ou equipamentos culturais de impacto urbano existentes ou previstos no território. 	<ul style="list-style-type: none"> • Restauração de imóveis históricos (tombados) – Fazenda Riachão • Criar rota de turismo histórico com promoção da cultura e história do município • Identificação de prédios que atendam aos requisitos para tombamento • Criação de memorial
Financiamento do Desenvolvimento Urbano		
O município necessita viabilizar recursos para investimento público, mas apresenta diminuta arrecadação tributária própria (baixa arrecadação de IPTU, por exemplo)	<p>No município há demanda por áreas de interesse comum a outros municípios e regiões.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • é possível pensar em parcerias e cooperações com outros entes federativos; • há pontos de interesse comum em setores como saneamento básico, mobilidade regional e moradia, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de rede hoteleira, viabilizando a estadia do turista nas proximidades do aeroporto, potencializando assim a arrecadação própria municipal • Incentivo a instalação de empresas de transporte e logística tendo em vista as diversas rodovias que viabilizam o escoamento de produção • Lei de incentivo fiscal • A malha viária é o instrumento para estimular a instalação das empresas • A lei de incentivo fiscal é um instrumento que estimula novos investimentos

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

7.2. Matriz de Referência (SWOT)

Reapresentamos a seguir a matriz de referência na modalidade SWOT para o Eixo Estratégico 3 — Desenvolvimento Econômico (Tabela 7.2).

Tabela 7.2 — Matriz SWOT do Desenvolvimento Econômico

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • PIB significativo: Rio Largo possui um Produto Interno Bruto (PIB) relevante, o que indica uma economia ativa e diversificada. • Aeroporto Internacional: O Aeroporto Zumbi dos Palmares é um grande ativo para a cidade, atraindo turistas, investidores e empresas, impulsionando o desenvolvimento econômico. • Setor Agrícola: A produção de cana-de-açúcar é tradicional e rentável, oferecendo oportunidades para o agronegócio e agroindústria, desde que haja investimentos em tecnologia e sustentabilidade. • Microempreendedores individuais: O expressivo aumento no número de MEI indica o potencial empreendedor da população, que pode ser estimulado através de políticas públicas. 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salário médio mensal: O salário médio mensal dos trabalhadores locais está abaixo de outros municípios do estado, o que pode afetar o poder aquisitivo da população e o desenvolvimento econômico. • Baixa dinâmica imobiliária: A baixa dinâmica imobiliária e a predominância de empresas locais na construção civil podem limitar o crescimento do setor e a oferta de imóveis para a população. • Educação Básica e Escolarização: Os resultados do IDEB e a baixa posição no ranking de escolarização mostram desafios na qualidade da educação no município, o que pode impactar no desenvolvimento futuro.
Fatores externos	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Industrial e de Serviços: A infraestrutura aeroportuária e a localização próxima à BR 104 oferecem oportunidades para atrair indústrias, comércios e serviços para o município. • Exploração do Turismo: O potencial turístico da região pode ser explorado através de estratégias que valorizem as belezas naturais, a cultura local e o patrimônio histórico. • Fortalecimento do Setor Agrícola: Investimentos em tecnologia, sustentabilidade e capacitação podem impulsionar ainda mais a produção de cana-de-açúcar e o agronegócio. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade Ambiental: A produção de cana-de-açúcar enfrenta desafios ambientais, como o uso responsável de recursos naturais e a gestão adequada de resíduos, que devem ser endereçados para evitar impactos negativos. • Desafios educacionais: A qualidade da educação básica é uma preocupação e pode afetar o desenvolvimento da força de trabalho qualificada no futuro. • Concorrência Regional: Outros municípios da região podem competir pela atração de investimentos e empresas, exigindo esforços para manter a atratividade de Rio Largo.

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

7.3. Estratégias, Diretrizes e Propostas

As estratégias concebidas no âmbito do **desenvolvimento econômico** do município de Rio Largo são recapituladas a seguir, e estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) indicados abaixo:



1) Diversificação da economia local:

- a) Incentivar a diversificação dos setores econômicos presentes no município, buscando atrair investimentos em indústrias, tecnologia, turismo, agricultura, entre outros.
 - i) Elaborar e implementar um **Plano Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico (PMDS)**;
 - ii) Realizar eventos de promoção para atrair investidores e empresários interessados em diversificar a economia local;
 - iii) Disponibilizar informações sobre oportunidades de investimento em diferentes setores por meio de plataformas online.
- b) Estimular a criação de novos negócios e startups, oferecendo incentivos fiscais e facilidades burocráticas para empreendedores.
 - i) Criar um programa de incubação de *startups* com mentorias e espaços de trabalho compartilhados;
 - ii) Reduzir a burocracia para abertura de novas empresas, agilizando processos de registro e licenciamento.

2) Desenvolvimento Industrial e de Serviços:

- a) Realizar estudos de viabilidade de mercado para identificar quais setores industriais e de serviços têm maior potencial de crescimento e adequação à realidade econômica do município.
- b) Criar uma agência de promoção de investimentos para prospectar empresas interessadas em se estabelecer em Rio Largo. Essa agência pode oferecer informações sobre benefícios fiscais, infraestrutura disponível, mercado consumidor e oportunidades de negócios, com o objetivo de atrair empresas de diversos portes e segmentos.

3) Fortalecimento do setor agrícola e extrativista:

- a) Incentivar o uso de técnicas sustentáveis na agricultura e no extrativismo, promovendo práticas que preservem o meio ambiente e garantam a renovação dos recursos naturais.
 - i) Oferecer treinamentos em práticas de agricultura sustentável e agroecologia para os agricultores locais;
 - ii) Desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância da preservação dos recursos naturais.
- b) Apoiar associações e cooperativas de produtores rurais e extrativistas, oferecendo capacitação e assistência técnica.
 - i) Criar um centro de capacitação para os produtores aprenderem sobre técnicas avançadas de produção e manejo;
 - ii) Fornecer assistência técnica para a implantação de sistemas agroflorestais e outras práticas sustentáveis.

4) Estímulo ao empreendedorismo e pequenos negócios:

- a) Criar programas de capacitação em empreendedorismo e gestão empresarial para microempreendedores individuais e pequenos empresários.
 - i) Realizar cursos e workshops regulares abordando temas como planejamento de negócios, marketing e finanças;
 - ii) Disponibilizar material educativo online para acesso amplo.
- b) Disponibilizar linhas de crédito com juros subsidiados para fomentar o crescimento dos negócios locais.
 - i) Estabelecer parcerias com instituições financeiras para criar linhas de crédito específicas para micro e pequenos empresários;
 - ii) Simplificar o acesso aos financiamentos e reduzir a burocracia.

5) Desenvolvimento de Polos Tecnológicos e Industriais:

- a) Promover a criação de polos tecnológicos e industriais em áreas estratégicas do município, como por exemplo a área próxima ao aeroporto, inserida na APA do Pratagy, incentivando a instalação de empresas inovadoras e de base tecnológica.
 - i) Identificar terrenos ou áreas apropriadas para a implantação dos polos;
 - ii) Elaborar e implementar o **Projeto do Parque Empresarial Ecológico de Rio Largo (PEERL)**;
 - iii) Oferecer infraestrutura básica e tecnológica para atrair empresas do setor.

- b) Oferecer infraestrutura e incentivos para atrair investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
 - i) Criar um ambiente favorável para a pesquisa colaborativa entre empresas e universidades;
 - ii) Oferecer incentivos fiscais para empresas que investirem em pesquisa e inovação.

6) Investimento em Educação e Qualificação Profissional:

- a) Fortalecer o sistema educacional do município, investindo em escolas de qualidade, capacitação de professores e melhoria da qualidade de ensino.
 - i) Realizar reformas nas escolas para melhorar a infraestrutura e o ambiente de aprendizado;
 - ii) Promover a formação continuada de professores para aprimorar a qualidade da educação.
- b) Criar programas de qualificação profissional em parceria com o setor privado, visando preparar a mão de obra local para as demandas do mercado de trabalho.
 - i) Identificar as demandas do mercado e desenvolver cursos de qualificação correspondentes;
 - ii) Estabelecer parcerias com empresas para oferecer treinamentos específicos.

7) Fortalecimento do Setor Turístico:

- a) Desenvolver roteiros turísticos que valorizem as atrações naturais, históricas e culturais do município, promovendo o turismo sustentável e responsável.
 - i) Elaborar e implementar o **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)**;
 - ii) Identificar os atrativos turísticos locais e criar pacotes de turismo que os destaquem;
 - iii) Promover a educação dos turistas sobre práticas responsáveis, como a não perturbação de fauna e flora.
- b) Investir em infraestrutura turística, como sinalização, transporte e hospedagem, para atender a demanda de visitantes.
 - i) Melhorar as estradas de acesso a locais turísticos e disponibilizar informações claras sobre os pontos de interesse;
 - ii) Incentivar a construção e modernização de pousadas, hotéis e alojamentos.

- c) Incentivar o desenvolvimento do turismo comunitário, envolvendo as comunidades locais no planejamento e na gestão das atividades turísticas. Isso permite que as comunidades se beneficiem diretamente do turismo, promovendo a inclusão social, a geração de renda e a valorização de suas tradições culturais.
- i) Desenvolver campanhas de marketing e promoção turística que destaquem a autenticidade cultural e as experiências únicas oferecidas pelas comunidades locais;
- ii) Facilitar o acesso a microcréditos e financiamento para iniciativas de turismo comunitário, permitindo que os moradores locais iniciem ou expandam seus próprios negócios relacionados ao turismo, como hospedagem, guias turísticos e artesanato.

8) Estímulo ao Comércio Local:

- a) Incentivar o consumo consciente e valorização do comércio local, promovendo campanhas de incentivo ao consumo de produtos e serviços oferecidos por empresas do município.
- i) Realizar campanhas de conscientização sobre os benefícios econômicos e sociais de apoiar o comércio local;
- ii) Criar selos de qualidade para produtos e serviços locais.
- b) Criar espaços de feiras e eventos para a exposição e venda de produtos locais.
- i) Organizar feiras regulares que reúnam produtores locais para a comercialização de seus produtos;
- ii) Promover eventos temáticos que destaquem a produção local, como feiras de artesanato ou festivais gastronômicos.

9) Parcerias Público-Privadas (PPP) e Cooperação Regional:

- a) Estabelecer parcerias público-privadas para a realização de projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico, compartilhando recursos e expertise entre os setores.
- i) Identificar projetos de interesse público que podem ser viabilizados por meio de PPP;
- ii) Definir os termos e responsabilidades de cada parte envolvida nas parcerias.
- b) Estabelecer parcerias com outros municípios da região para promover o desenvolvimento conjunto e atrair investimentos. A cooperação regional pode fortalecer a posição de Rio Largo diante da concorrência e permitir o compartilhamento de recursos e boas práticas.

- i) Criar um fórum regional de desenvolvimento econômico que reúna representantes dos municípios vizinhos, autoridades estaduais e empresários locais;
- ii) Desenvolver um plano de marketing regional que destaque os benefícios da cooperação entre os municípios, como mão de obra qualificada, infraestrutura compartilhada e custos operacionais competitivos.

10) Promoção do Desenvolvimento Sustentável:

- a) Incluir critérios de sustentabilidade em todas as políticas públicas e ações do município, visando conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar social.
 - i) Criar diretrizes claras para incorporar a sustentabilidade em todas as etapas de planejamento e execução de políticas e projetos;
 - ii) Implementar indicadores de desenvolvimento sustentável para monitorar o progresso.
- b) Estimular práticas de economia circular, eficiência energética e redução de emissões de carbono em empresas e instituições locais.
 - i) Promover ações de conscientização sobre as práticas de economia circular e eficiência energética para empresas;;
 - ii) Oferecer incentivos para a adoção de tecnologias e processos sustentáveis.

O Eixo Estratégico 3 — Desenvolvimento Econômico projeta um futuro próspero para Rio Largo, em que a diversificação da economia local, a modernização do distrito industrial e o estímulo ao empreendedorismo se destacam. As estratégias delineadas almejam atrair investimentos em diversos setores, desde a agricultura sustentável até a inovação tecnológica. O fomento ao turismo sustentável e o fortalecimento das parcerias público-privadas refletem a visão do município em alcançar crescimento econômico de maneira ambientalmente responsável, fortalecendo a geração de emprego e renda para a população.

8. Propostas do Eixo Estratégico 4 — Desenvolvimento Social

8.1. Respostas às Problemáticas do Eixo Estratégico 4

Na Oficina Temática de Desenvolvimento Social, evento técnico e participativo realizado no município de Rio Largo em 21 de junho de 2023, foram discutidas as problemáticas constantes do Diagnóstico Municipal Consolidado, último relatório da Etapa 1 — Leitura. Das produtivas discussões ocorridas, surgiram propostas de ação para enfrentar os problemas e/ou aproveitar os potenciais indicados no relatório. São apresentadas, na Tabela 6.1, as soluções apontadas pelos participantes do evento, e que ajudaram a identificar e detalhar as estratégias concebidas para Rio Largo no âmbito do **desenvolvimento social**.

Tabela 8.1 — Problemáticas e soluções propostas na Oficina Temática de Desenvolvimento Social

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
Habitação		
O município possui assentamentos precários irregulares sem infraestrutura básica (favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais)	No município existem assentamentos precários com população de baixa renda em áreas ambientalmente frágeis. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> os assentamentos precários localizam-se integral ou parcialmente em conflito com a preservação do meio ambiente (margens de rios), expostos assim a riscos climáticos atuais e futuros. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de um muro de contenção a partir da ponte do Riachão até o bairro Cachoeira (próximo a igreja) Realizar limpeza dos córregos e desassoreamento do rio Realizar realocação das comunidades Cachoeira, Beiju de coco e implementar ações que desestimulem o retorno dos moradores Realocar os moradores dos assentamentos precários nas casas da CHESF Identificar riscos aos quais estão expostos os assentamentos precários Política habitacional municipal que permita a distribuição de forma a direcionar para quem necessita Fortalecer a legislação de uso e ocupação do solo para evitar futuras ocupações nessas áreas Criação de ZEIS
O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda	Eventualmente a demanda por moradia pode ser realizada através do adensamento de áreas dotadas de infraestrutura. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> a produção imobiliária tem sido realizada à margem da legislação; o zoneamento existente não dialoga com o perfil da área, infraestrutura existente ou mercado imobiliário existente ou desejado. 	<ul style="list-style-type: none"> Desapropriação de áreas no Tabuleiro do Pinto (aeroporto) para construção de habitação de interesse social (Cruzeiro do Sul também) Construção de novas unidades (região do Cone) acompanhado com equipamentos públicos Zonas de expansão imobiliária ao lado da Mata do Rolo Criação de Zonas Especiais de Interesse Social
Segurança		
O município possui áreas públicas (ruas, praças, áreas verdes) ou regiões com alta concentração de ocorrências relacionadas à segurança pública	No município há áreas verdes e espaços públicos degradados e/ou vazios urbanos. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há áreas vazias, subutilizadas ou degradadas que concentram ocorrências relacionadas à segurança pública. 	<ul style="list-style-type: none"> Rondas preventivas em horários de maior fluxo Sistema de monitoramento Explorar as áreas vazias por ambiente de lazer, oficinas profissionalizantes, teatro, praças públicas Viaturas em patrulhamento Iluminação pública
O município possui áreas vazias ou degradadas, pontos viciados de lixo e/ou descarte irregular	O município possui vazios urbanos ou subutilizados que concentram pontos de descarte irregular de lixo ou de ocorrências de segurança. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há áreas vazias ou imóveis subutilizados no território; os dados de violência, depredações e descarte irregular de lixo possuem relação com estas áreas; o sistema de coleta e destinação de resíduos não é adequado e/ou insuficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização social Propagandas
O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, segurança pública, entre outros	No município existe terra pública disponível para edificação de novos equipamentos, ou se as áreas públicas com equipamentos já existentes são pouco aproveitadas. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há terra de propriedade pública ociosa que poderia ser utilizada para a construção de equipamentos; há áreas públicas com equipamentos com um baixo aproveitamento da terra 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação e reforma em quadras poliesportivas Qualificação em profissionais destas áreas Criação de um estádio de futebol ou vila olímpica Acompanhamento de um profissional da área nestes ambientes Ampliar a promoção da saúde da sociedade Inclusão e desenvolvimento social Esporte como instrumento de resgate e redução da criminalidade Diante de todas essas melhorias o índice de sensação de insegurança irá diminuir Programas de apoio ao esporte constatarem uma redução da criminalidade

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
Equipamentos Públicos		
O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, segurança pública.	<p>No município existe terra pública disponível para edificação de novos equipamentos, ou se as áreas públicas com equipamentos já existentes são pouco aproveitadas.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há terra de propriedade pública ociosa que poderia ser utilizada para a construção de equipamentos; há áreas públicas com equipamentos com um baixo aproveitamento da terra. 	<ul style="list-style-type: none"> CEO – Centro de especialidades odontológicas; CER – Centro de especialidade e reabilitação; CIE - Centro Integral de Especialidades; LMRL - Laboratório municipal Como estratégia a criação de um banco de dados de terras públicas para mapear áreas disponíveis no limite do município e para as políticas públicas Qualificar os equipamentos existentes Construção de um equipamento que integram as políticas públicas municipais Implantação de um novo CRAS, na região da Mata do Rolo e Novo Brasil Centro POP; Centro da mulher (contra a violência doméstica) Documentos / portarias / leis do ministério da saúde que regulamentem cada construção e suas especificações
O município precisa prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, etc.	<p>É preciso planejar a localização adequada para construção de equipamento de mobilidade no município.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o município necessita construir equipamentos de mobilidade; o município necessita articular as diretrizes específicas de desenvolvimento urbano com as diretrizes específicas da mobilidade urbana; o município está planejando estratégias de adensamento e pretende conciliá-las com investimentos em mobilidade urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de ciclovias do aeroporto, Mata do Rolo e Tabuleiro do Pinto Implantar sinalização nas vias públicas Implantar sinalização das lombadas Aumento da frota na linha Gustavo Paiva / Centro / Maceió Transporte acoplados Área de lazer, parques sustentáveis em áreas estratégicas
	<p>No município existe terra pública municipal, estadual ou da União disponível para edificação de novos equipamentos ou as áreas públicas com equipamentos já existentes são pouco aproveitadas.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há, em seu território, terra de propriedade pública ociosa que poderia ser utilizada para a construção de equipamentos; há áreas públicas com equipamentos com um baixo aproveitamento da terra. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantar um terminal de integração Jarbas – Antônio Lins – Casas Novas – Cruzeiro do Sul – Centro Manutenção das estações de trem no município e expansão e integração com outros modais Criação de terminais rodoviários dentro dos polos regionais do município, Lourenço de Albuquerque, Centro, Mata do Rolo, Casas Novas, Tabuleiro do Pinto, Brasil Novo e Utinga Ciclovias
Áreas de Risco à Vida		
O município possui ocupações humanas em áreas de risco à vida, tais como risco de enchentes, deslizamentos, etc.	<p>No município existem áreas com risco de enchentes, alagamentos e deslizamento de terra, etc.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há áreas de risco ocupadas; há áreas de risco com eventual necessidade de reassentamento; há áreas de risco que podem ser mantidas mediante intervenção para promover melhorias nas condições de segurança; é preciso planejar a ocupação e a expansão urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Proibir o uso e ocupação do solo em encostas Nas áreas as quais a encosta não ofereça risco significativo, realizar obras que possam sanar problemas decorrentes de desastres, após um estudo técnico dessas áreas, seja com a revitalização das encostas ou com obras de drenagem Definir como áreas possíveis de ocupação, seja residencial ou industrial, áreas que não possuam risco; cadastradas toda a população que reside em área de risco inevitável, e estipular um prazo para construção de unidade residenciais para essa população Implementar levantamento topográfico, visando identificar áreas de risco e transforma-las em espaço impróprio a ocupação e áreas de proteção Implementar política de monitoramento de estabilidade de encostas Criar plano de evacuação para as áreas de risco, contemplando os locais para onde as pessoas serão evacuadas, tempo necessário a evacuação, treinamentos
	<p>No município ocorrem problemas de enchentes.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> possui áreas com ocorrência de alagamento; necessita prever formas de controlar, diminuir e mitigar as situações de risco por alagamentos e enchentes 	<ul style="list-style-type: none"> Enchente / há duas formas de intervir nesse problema; uma seria a demolição de um dique / represa que existe no centro da cidade. Isso aumentaria consideravelmente o volume de água que escorreria a jusante deste empreendimento. A outra, seria a construção de uma barragem a montante do centro da cidade, local mais afetado com as enchentes do rio Mundaú em Rio Largo, de modo a controlar a vazão que passa através deste rio.
Gestão Democrática e Participação Popular		
O sistema de gestão democrática municipal é pouco articulado ou funciona mal, prejudicando a integração e a continuidade dos processos participativos de	<p>No município não existe sequer um conselho relacionado à política urbana/ambiental e ao Plano Diretor.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> não se previu a instituição de conselhos da política urbana; os conselhos da política urbana previstos ou implementados estão inativos, não foram regulamentados ou não tiveram pessoas representantes nomeadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de conselhos comunitários representados pelas associações de bairros do município Criação de conselho de política urbana / ambiental ou ativação, se existir

Problemática	Questão qualificadora	Proposta
comunicação, informação, debate, decisão e monitoramento da política urbano-ambiental municipal	No município os debates, audiências, consultas públicas e/ou conferências sobre assuntos de interesse urbano só acontecem para cumprir exigências formais. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none">só se realiza as instâncias participativas acima, esporadicamente (por exemplo, apenas para cumprir exigências formais para aprovação de planos e leis);deverá regulamentar tais instâncias no Plano Diretor, apontando objetivos e formas de realização para torná-las parte do processo de elaboração das políticas territoriais.	<ul style="list-style-type: none">Criação de uma estrutura física para recepcionar os conselhos comunitáriosPromover debater, audiências públicas e consultas de interesse urbanoRegulamentar através de projetos de lei para equipar e manter os espaços físicos disponibilizados
No município há baixa representatividade de setores da sociedade em processos participativos	No município a baixa representatividade se dá em processos participativos contínuos (órgãos colegiados, conferências sobre assuntos de interesse urbano). <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none">alguns desses processos participativos acontecem com poucas pessoas representantes de setores específicos, eventualmente resultando em processos compostos apenas por representantes do poder público municipal;deve-se buscar meios de simplificar a linguagem técnica e melhorar a transmissão de informações fundamentais à população em geral e, principalmente, aos grupos com maior dificuldade de acesso; deve-se promover sensibilização e capacitação junto a grupos com maior dificuldade de acesso ou necessidades <ul style="list-style-type: none">especiais, com cursos, palestras, etc.	<ul style="list-style-type: none">Promover processos de capacitação para lideranças comunitárias, ONGs, institutosPromover incentivos através do Governo Municipal para participação da população em eventos sociaisInvestir em capacitação tanto do profissional que irá atender a população portadora de necessidades especiais e a população de modo geral (conscientização)

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

8.2. Matriz de Referência (SWOT)

Reapresentamos a seguir a matriz de referência na modalidade SWOT para o Eixo Estratégico 4 — Desenvolvimento Social (Tabela 8.2).

Tabela 8.2 — Matriz SWOT do Desenvolvimento Social

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boa oferta de unidades de equipamentos públicos: saúde e assistência social, incluindo hospital, unidades de CRAS e CREAS e uma unidade do CadÚnico. • Instituições de ensino: Rio Largo conta com escolas públicas municipais e estaduais, instituições privadas e ensino superior público federal, o que proporciona acesso à educação em diferentes etapas. • Potencial turístico-histórico e turístico-natural: Rio Largo possui atrativos naturais como rios, florestas e atrativos históricos, com prédios com potencial patrimônio cultural, que pode proporcionar opções de lazer e prática de esportes para a população e potencial para o turismo ecológico. 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocupação de áreas de risco: Ocupações nas margens do rio Mundaú e em encostas, levando ao risco de inundações e deslizamento de terra, que também sofrem com falta de infraestrutura básica adequada. • Deficiências na infraestrutura de cultura, esporte e lazer na área urbana: As áreas para lazer e esportes conta com praças pequenas e poucos equipamentos. • Altos índices de criminalidade: Rio Largo é a terceira cidade com maior incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no estado. • Participação Popular na Gestão Democrática: necessidade de maior engajamento da população nos processos participativos para gestão democrática.
Fatores externos	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcerias para implantação de equipamentos públicos: crescimento populacional devido à implementação de grandes loteamentos privados, possibilitando parcerias público-privadas para implantação de equipamentos públicos adequados. • Potencial turístico-histórico e turístico-natural: As belezas naturais e patrimoniais do município podem ser melhor aproveitadas para atividades de lazer e turismo sustentável, contribuindo para o desenvolvimento econômico local. • Investimentos em infraestrutura e segurança: Ações para melhorar a infraestrutura urbana, para melhorar a qualidade de vida da população, reduzir a criminalidade e atrair investimentos. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impactos sociais e ambientais: Áreas de risco sujeitas a deslizamentos e inundações representam um desafio para a segurança e bem-estar da população. • Criminalidade: O alto índice de criminalidade em certas áreas da cidade causa insegurança e impacta negativamente a qualidade de vida dos moradores. • Aumento da população: A ocupação dos grandes loteamentos, pode sobrecarregar os equipamentos e serviços públicos existentes.

Elaboração: EGL Engenharia (2023).

8.3. Estratégias, Diretrizes e Propostas

As estratégias concebidas no âmbito do **desenvolvimento social** do município de Rio Largo são recapituladas a seguir, e estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) indicados abaixo:



1) Requalificação de áreas habitacionais:

- a) Revisar e adequar o zoneamento urbano, com foco na criação de zonas especiais para habitação de interesse social para reassentamento de populações que vivem em áreas de risco.,
 - i) Elaborar e implementar um **Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**;
 - ii) Realizar levantamentos fundiários para identificar áreas ocupadas irregularmente e elaborar planos de regularização;
 - iii) Promover parcerias com órgãos estaduais e federais para viabilizar a infraestrutura de saneamento nessas áreas;
 - iv) Instrumentos urbanísticos aplicáveis: Zoneamento Especial; ZEIS.
- b) Estimular o desenvolvimento de empreendimentos de interesse social em áreas estratégicas, como conjuntos habitacionais de baixa renda próximos a equipamentos públicos e com facilidade de acesso.
 - i) Realizar um levantamento para identificar áreas estratégicas adequadas para empreendimentos de interesse social, levando em consideração a proximidade a equipamentos públicos como escolas, hospitais, transporte público e áreas de comércio;
 - ii) Estabelecer parcerias público-privadas (PPP) para o desenvolvimento de empreendimentos de interesse social em áreas estratégicas. Isso envolve a colaboração entre o governo local e empreendedores privados para financiar e construir conjuntos habitacionais acessíveis.

2) Investir na melhoria da infraestrutura de cultura, esporte e lazer:

- a) Promover a ampliação e revitalização das praças e espaços públicos, com a instalação de mais equipamentos esportivos e culturais, como quadras poliesportivas, teatros ao ar livre e bibliotecas.
 - i) Desenvolver um projeto de revitalização para praças e espaços públicos, considerando a inclusão de equipamentos esportivos e culturais. Isso inclui

a realização de melhorias na paisagem, iluminação, bancos, calçadas e áreas verdes para tornar esses espaços mais atraentes;

- ii) Criar programas culturais e esportivos regulares que aconteçam nesses espaços revitalizados. Isso pode envolver a organização de eventos esportivos, apresentações artísticas ao ar livre, aulas de arte e cultura, incentivando a participação ativa da comunidade.
- b) Incentivar parcerias com empresas privadas para a construção de centros culturais e espaços de lazer, ampliando as opções de entretenimento para a população.
 - i) Estabelecer um programa que facilite parcerias com empresas privadas para a construção e manutenção de centros culturais e espaços de lazer;
 - ii) Assegurar que os espaços construídos em parceria com empresas privadas sejam abertos ao público e que a comunidade local tenha acesso a preços acessíveis ou gratuitos.

3) Implementar ações de segurança pública e prevenção à criminalidade:

- a) Criar programas de policiamento comunitário, envolvendo a participação ativa da população na segurança local.
 - i) Realize campanhas de sensibilização pública para informar os residentes sobre a importância do policiamento comunitário e incentivar a cooperação ativa com a polícia;
 - ii) Facilite a criação de aplicativos ou sistemas de comunicação que permitam que os moradores relatem problemas de segurança e solicitem ajuda de forma rápida e eficaz, fortalecendo o envolvimento da comunidade no policiamento.
- b) Investir em tecnologias de monitoramento e iluminação pública nas áreas mais afetadas pela criminalidade, buscando reduzir os índices de violência.
 - i) Realizar um diagnóstico das áreas com maiores índices de criminalidade para a implantação de câmeras de segurança;
 - ii) Desenvolver um sistema de monitoramento integrado para auxiliar as forças de segurança, integrado as câmeras de videomonitoramento.
 - iii) Implementar um canal de comunicação para denúncias anônimas.

4) Promover o turismo sustentável:

- a) Elaborar e implementar um Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) que contemple minimamente:
 - i) Desenvolver roteiros turísticos que valorizem o patrimônio histórico e natural do município, promovendo o turismo consciente e preservando o meio ambiente;

- ii) Desenvolver normas e regulamentos para garantir a preservação ambiental durante as atividades turísticas.
- b) Incentivar a implementação de serviços e estruturas sustentáveis para receber turistas, como centros de visitantes, trilhas monitoradas e atividades ecoturísticas.
 - i) Oferecer incentivos fiscais para empreendedores que desejem investir em infraestrutura turística sustentável;
 - ii) Promover a capacitação de guias turísticos locais para oferecer informações precisas e enriquecedoras aos visitantes;
 - iii) Estabelecer parcerias com agências de turismo e empresas locais para divulgação dos atrativos e captação de visitantes.

5) Estimular a participação popular na gestão municipal:

- a) Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da participação da população nos processos decisórios do município.
 - i) Oferecer capacitação em liderança comunitária para fortalecer o papel dessas lideranças;
 - ii) Desenvolver programas de incentivo ao voluntariado e à participação ativa na comunidade;
 - iii) Estabelecer conselhos de desenvolvimento em nível de bairro, compostos por residentes, líderes comunitários e representantes do governo local.
- b) Criar espaços de diálogo e consulta pública para que os moradores possam contribuir com ideias e demandas para o desenvolvimento da cidade.
 - i) Realizar encontros regulares com a comunidade para coletar opiniões e sugestões;
 - ii) Criar canais de comunicação online para que os cidadãos possam contribuir com ideias;
 - iii) Elaborar e implementar um Plano de Monitoramento e Avaliação do Plano Diretor.

6) Criar programas de capacitação e emprego para o crescimento populacional:

- a) Desenvolver cursos de capacitação profissional em parceria com instituições de ensino e empresas locais, visando preparar a população para as oportunidades geradas pelo crescimento populacional.
 - i) Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e empresas locais para identificar as necessidades de habilidades e competências no mercado de trabalho local;

- ii) Garantir que esses cursos de capacitação profissional sejam acessíveis a todos os membros da comunidade, independentemente de sua renda ou situação socioeconômica.
- b) Incentivar a instalação de novas empresas no município, gerando empregos e impulsionando a economia local.
 - i) Reservar áreas específicas para parques empresariais ou zonas industriais, onde as empresas possam se instalar com infraestrutura adequada;
 - ii) Criar um ambiente de negócios favorável, simplificando os procedimentos de licenciamento e reduzindo a burocracia para a abertura de novas empresas.

7) Buscar recursos e parcerias para investimentos:

- a) Estabelecer parcerias com órgãos governamentais e instituições não governamentais para a obtenção de recursos destinados à infraestrutura, segurança e desenvolvimento social.
 - i) Colaborar com as ONGs e instituições de ensino para desenvolver programas sociais que atendam às necessidades da comunidade, como educação, treinamento profissional e assistência social;
 - ii) Promover a elaboração de projetos de desenvolvimento social e de infraestrutura que sejam atrativos para investidores e financiadores externos, demonstrando o potencial de retorno social e econômico.
- b) Promover a divulgação do potencial do município para atrair investidores interessados em apoiar projetos de desenvolvimento.
 - i) Desenvolver campanhas de marketing que destaquem os recursos naturais, a localização estratégica, a mão de obra qualificada e outros atrativos do município;
 - ii) Estabelecer um centro de atendimento dedicado a investidores, oferecendo suporte personalizado para empresas interessadas em se estabelecer no município.

O Eixo Estratégico 4 — Desenvolvimento Social demonstra um compromisso profundo com a qualidade de vida e o bem-estar dos habitantes de Rio Largo. Por meio de ações que priorizam a infraestrutura em áreas precárias, o fortalecimento da educação e o estímulo à participação popular, o município visa a garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços básicos de qualidade e oportunidades para desenvolvimento pessoal e profissional. A promoção da segurança pública e o fortalecimento das parcerias socioassistenciais sinalizam um esforço coletivo em criar uma comunidade mais segura, inclusiva e resiliente.

9. Projetos Prioritários para o Município de Rio Largo/AL

As propostas apresentadas neste relatório foram concebidas, discutidas e analisadas a partir da Visão Estratégica construída em conjunto para Rio Largo, a qual busca atender às demandas mais evidentes da Etapa 1 — Leitura. O Diagnóstico Consolidado, fruto daquela etapa, revelou um retrato atual da realidade em que o município se encontra.

As ações propostas, como se viu, reúnem planos setoriais e projetos específicos que, combinados, permitirão à Prefeitura Municipal orientar o desenvolvimento desejado para Rio Largo. A realização dessas ações de forma ordenada e levando em conta o grau de urgência de cada uma é o que permitirá ao município construir os cenários ambiental, urbano e socioeconômico favoráveis ao atingimento dos objetivos de qualidade de vida para a população local, além de solidificar a posição que é devida a Rio Largo no contexto urbano e regional.

Por esta razão, apresenta-se, neste capítulo final, uma ordem sugerida de prioridades e precedências para esses vários planos e projetos, de forma a orientar a Prefeitura Municipal no que tange à concretização das ações de maneira mais adequada e racional. Apesar de ter sido elaborada em uma ordem coerente, esta sugestão pode e deve ser discutida junto ao corpo técnico do município, visando a uma programação exequível e realista do ponto de vista da administração local.

9.1. Planos e Projetos Previstos nas Propostas do Plano Diretor Municipal de Rio Largo

A seguir, destacamos os principais objetivos e características de cada plano e projeto propostos para serem desenvolvidos e executados pela administração municipal. Essas iniciativas visam promover o desenvolvimento urbano estratégico, otimizar a captação e alocação de recursos, fortalecer a transparência e a prestação de contas e, acima de tudo, atender às demandas da comunidade. Os planos e projetos incluem:

- **Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**

Tem como objetivo principal orientar políticas e ações para promover o acesso à moradia digna, especialmente para as camadas da população de baixa renda.

Os principais aspectos e objetivos do PLHIS incluem:

- Diagnóstico habitacional;
- Definição de metas e estratégias;
- Identificação de áreas de interesse social;
- Participação popular;
- Regularização fundiária;
- Promoção da habitação social;

- Mobilização de recursos;
- Monitoramento e avaliação.

- **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)**

O PMSB é elaborado em conformidade com a Lei Federal n. 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Suas principais características e objetivos incluem:

- Diagnóstico da situação atual;
- Definição de metas e estratégias;
- Participação social;
- Plano de investimentos;
- Regularização fundiária;
- Monitoramento e avaliação.

- **Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob)**

Tem como objetivo principal promover a eficiência, a acessibilidade, a segurança e a sustentabilidade nos deslocamentos de pessoas e mercadorias dentro da área urbana.

Alguns dos principais elementos e componentes de um Plano de Mobilidade Urbana incluem:

- Diagnóstico da mobilidade;
- Objetivos e metas;
- Transporte público;
- Infraestrutura ciclável e para pedestres;
- Gestão de tráfego e transporte;
- Política de estacionamento;
- Transporte de carga e logística urbana;
- Educação e conscientização;
- Participação pública;
- Orçamento e financiamento.

- **Código Ambiental Municipal**

Tem o objetivo de regulamentar e controlar as atividades relacionadas ao meio ambiente dentro de seu território. É uma ferramenta legal que estabelece diretrizes, normas, regras e critérios específicos para a proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente local.

As principais características e componentes de um Código Ambiental Municipal podem incluir:

- Zoneamento ambiental;
- Regras para uso do solo;
- Normas de proteção ambiental;
- Licenciamento ambiental;
- Gestão de resíduos sólidos;
- Controle de poluição sonora;
- Conservação de áreas verdes e biodiversidade;
- Educação ambiental;
- Sanções e penalidades;
- Participação pública.

- **Modernização da Gestão Pública**

Investir em tecnologia e capacitação de servidores para aprimorar a gestão municipal, tornando-a mais eficiente e transparente.

- **Plano Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico (PMDS)**

Tem como objetivo orientar o desenvolvimento de uma determinada região ou país, com foco na promoção do bem-estar social e no crescimento econômico sustentável. Esse plano define metas, políticas e diretrizes a serem seguidas ao longo de um período determinado, geralmente de médio a longo prazo, para atingir determinados objetivos socioeconômicos.

Alguns dos principais elementos e características de um Plano de Desenvolvimento Socioeconômico incluem:

- Diagnóstico socioeconômico;
- Metas e objetivos;
- Políticas e estratégias;
- Avaliação de impacto;
- Orçamento e fontes de financiamento;

- Monitoramento e avaliação;
- Participação social;
- Sustentabilidade.

- **Parque Empresarial Ecológico de Rio Largo/AL**

A criação de um Parque Empresarial Ecológico (PEE) em áreas que intersectam com uma Unidade de Conservação de Proteção Ambiental (APA), como a do Rio Pratygy, pode ser uma estratégia interessante para promover o desenvolvimento econômico sustentável em harmonia com a conservação ambiental.

Seguem algumas diretrizes e princípios que se pode considerar ao planejar um PEE compatível com uma APA:

- Zoneamento e planejamento responsável;
- Eficiência energética e uso racional de recursos;
- Monitoramento ambiental e compromissos de conservação;
- Infraestrutura verde e mobilidade sustentável;
- Parcerias e engajamento comunitário;
- Incentivos e certificações sustentáveis;
- Educação ambiental e conscientização;
- Contingência e resposta a emergências;
- Avaliação periódica e adaptação;
- Legislação e regularização.

- **Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS)**

Esse plano é elaborado com o objetivo de direcionar o desenvolvimento do setor turístico de maneira que ele seja economicamente viável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável.

Algumas das principais características e elementos de um PDITS incluem:

- Diagnóstico e análise;
- Definição de objetivos e metas;
- Identificação de segmentos e produtos turísticos;
- Estratégias de marketing e promoção;
- Desenvolvimento de infraestrutura;

- Conservação ambiental e cultural;
- Participação das comunidades locais;
- Educação e capacitação;
- Monitoramento e avaliação;
- Diversificação de fontes de receita.

- **Requalificação e Valorização do Centro Histórico**

Uma iniciativa que visa revitalizar e preservar uma área urbana que detém valor histórico e cultural significativo. Esses projetos têm como objetivo melhorar a infraestrutura, a estética, a acessibilidade e a funcionalidade do centro histórico de uma cidade, ao mesmo tempo em que se preserva sua herança histórica e arquitetônica.

Alguns dos principais elementos e características de um projeto de requalificação do centro histórico incluem:

- Inventário dos bens materiais e não materiais;
- Restauração e conservação de patrimônio;
- Melhoria da infraestrutura;
- Acessibilidade;
- Promoção de atividades culturais e turísticas;
- Zoneamento específico;
- Reabilitação de uso;
- Revitalização de espaços públicos;
- Tráfego e estacionamento;
- Educação e sensibilização;
- Parcerias público-privadas.

- **Plano Municipal de Arborização Urbana**

Instrumento de planejamento para orientar o desenvolvimento e a gestão das áreas verdes e da vegetação nas áreas urbanas. Ele tem como objetivo principal promover a arborização de ruas, praças, parques e demais espaços públicos de forma ordenada, sustentável e planejada, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e a conservação do meio ambiente urbano.

Alguns dos principais elementos e componentes de um Plano Municipal de Arborização Urbana incluem:

- Diagnóstico e inventário arbóreo;
- Objetivos e metas;
- Seleção de espécies;
- Zoneamento arbóreo;
- Manejo sustentável;
- Educação ambiental;
- Legislação e normas;
- Participação pública;
- Monitoramento e avaliação;
- Orçamento e financiamento.

- **Plano de Gestão de Riscos e Desastres**

Documento estratégico elaborado por autoridades governamentais, instituições e organizações com o objetivo de planejar e coordenar ações para a prevenção, mitigação, resposta e recuperação em situações de riscos e desastres naturais ou causados pelo ser humano. Esse plano é fundamental para garantir a segurança da população, minimizar os impactos de eventos adversos e promover a resiliência das comunidades.

Alguns dos principais elementos e componentes de um Plano de Gestão de Riscos e Desastres incluem:

- Mapeamento de riscos;
- Avaliação de vulnerabilidade;
- Definição de responsabilidades;
- Estratégias de prevenção e mitigação;
- Plano de contingência;
- Comunicação de riscos;
- Treinamento e capacitação;
- Recuperação e reconstrução;
- Monitoramento e avaliação;
- Integração de setores.

- **Parques e Áreas de Lazer e Cultural**

Criar parques urbanos, praças e áreas de lazer acessíveis para a população, incentivando um estilo de vida mais saudável e promovendo o convívio comunitário.

- **Plano de Monitoramento e Avaliação do Plano Diretor**

Consiste em um conjunto de ações, indicadores e instrumentos destinados a acompanhar e avaliar a implementação do Plano Diretor

Alguns dos principais elementos e características de um Plano de Monitoramento e Avaliação do Plano Diretor incluem:

- Indicadores de desempenho;
- Metas e objetivos;
- Instrumentos de avaliação;
- Períodos de avaliação;
- Participação pública;
- Ajustes e revisões;
- Relatórios de monitoramento;
- Transparência;
- Cooperação institucional;
- Avaliação de impacto.

9.2. Ordem de Prioridade Sugerida para os Planos e Projetos

Diante dos planos e projetos apresentados, sugere-se para o município de Rio Largo a ordem de prioridade de elaboração e implementação a seguir, mediante a disponibilidade de recursos municipais. É importante observar que alguns projetos podem ser desenvolvidos simultaneamente, enquanto outros podem depender do progresso de iniciativas relacionadas.

1. Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)
2. Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)
3. Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob)
4. Código Ambiental Municipal
5. Modernização da Gestão Pública
6. Plano Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico (PMDS)
7. Projeto do Parque Empresarial Ecológico de Rio Largo
8. Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS)

9. Requalificação do Centro Histórico
10. Plano Municipal de Arborização Urbana
11. Plano de Gestão de Riscos e Desastres
12. Parques e Áreas de Lazer e Cultura
13. Plano de Monitoramento e Avaliação do Plano Diretor

10. Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021.

ONU BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil, 2021

ONU BRASIL. **Nova Agenda Urbana**. Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Quito, 2017.

IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. **Estatuto da cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadão**. 2. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

EMBRAPA — EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2018**. Disponível em: <Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. - Portal Embrapa>.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em julho de 2023.

TANSCHKEIT, Paula. **O que a Nova Agenda Urbana propõe para as cidades. 2016**. Disponível em: <<https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-que-nova-agenda-urbana-propoe-para-cidades>>.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Termo de Referência para elaboração de Plano Diretor Águas Pluviais Urbanas: Diretrizes e parâmetros, Estudos e Projetos**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores**. Versão para Teste. Brasília, 2019, 916p.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, Primeira impressão: 2009, 55p.

BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo, Saraiva. 2007

BASTOS, L., BARROSO-KRAUSE, C., **Sustentabilidade e Arquitetura: histórico e abordagem do estado da arte**, Proarq-fau-ufrrj: www.fau.ufrrj.br/proarq, novembro 2005. Acesso em novembro de 2018.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL: **Programa de Integração Nacional. Levantamento de recursos Naturais**. Rio de Janeiro: Projeto RADAMBRASIL, 1981.

BRASIL. **Serviços Geológicos do Brasil**. www.cprm.gov.br. Acesso em julho de 2023.

CARVALHO, Osires & NASCIMENTO, Flávio R. do. **Turismo e a economia do meio ambiente**. In Jornal O POVO (Caderno de Economia – Análises econômicas), p.28. Fortaleza – CE.

CHAVES *et al.* **Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional**. EdiUECE 2004.

MEIRELES, A. J. A. **Riscos sócio-ambientais ao longo da zona costeira**. In: 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)., 2005, Fortaleza. Anais da 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)., 2005.

CAGED — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Acesso ao Sistema. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acessado em 13 jul. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. (2012). **Strategic Planning for Regional Development: Principles and Practice**. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

GOV.BR, **Portal do Empreendedor**. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>>. Acessado em 15 jul. 2023.

HALL, P., & TEWDWR-JONES, M. (2019). **Urban and Regional Planning**. London: Routledge.

ONU — Organização das Nações Unidas. (2015). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Recuperado de <https://www.un.org.br/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2018). **Strategic Planning for Local Development in Europe**. Paris: OCDE.

SACHS, J. D. (2012). **From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals**. The Lancet, 379(9832), 2206-2211. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0).

11. Apêndices

11.1. Apêndice I — Oficinas Temáticas de Rio Largo/AL

As Oficinas Temáticas foram as primeiras atividades da fase de Propostas da Revisão do Plano Diretor de Rio Largo-AL, antecedidas pela Audiência Pública de Diagnóstico. Visaram ampliar o debate das problemáticas mapeadas no Diagnóstico junto a equipe técnica da Prefeitura e convidados de entidades e órgãos representativos e atuantes em cada temática, como universidades, conselhos de classe e organizações da sociedade civil.

- **Cronograma Sequencial (datas e horários):**

- 1º dia – 19 de junho de 2023
 - 14h: Apresentação do Diagnóstico Consolidado e Capacitação para Oficinas Temáticas para técnicos municipais (comissão executiva).
- 2º dia – 20 de junho de 2023
 - 9h: Oficina Temática Eixo Urbano
 - 14h: Oficina Temática Eixo Ambiental
- 3º dia – 21 de junho de 2023
 - 9h: Oficina Temática Eixo Econômico
 - 14h: Oficina Temática Eixo Social

- **Detalhamento dos Eventos**

Apresentação do Diagnóstico e Capacitação para os Técnicos Municipais

Consiste em uma reunião em que foi apresentado os resultados do Diagnóstico Consolidado em um primeiro momento e após, a capacitação dos agentes públicos com enfoque na formulação de propostas. A concepção dos meios de ação para trabalhar as soluções possíveis e viáveis aos problemas identificados se obteve com a escolha das melhores estratégias, do ponto de vista técnico, político e econômico. Para tanto, os encontros foram guiados pelos especialistas da equipe técnica da consultora, mas com ênfase na ampla participação dos presentes.

Assim como na etapa anterior, de diagnóstico, a capacitação dos agentes públicos ocorreu também para apoiar as oficinas realizadas. O encontro de capacitação teve uma carga horária de três horas, sendo dividida em três momentos:

- **1º Momento:** Apresentação dos participantes;
- **2º Momento:** Apresentação do Diagnóstico Consolidado e Recapitulação sobre o papel do Plano Diretor para o planejamento físico-territorial dos municípios, com ênfase na concepção estratégica das propostas; sobre a legislação específica (Estatuto da Cidade); e sobre a importância e as formas de participação popular (Cartilha Explicativa/ Resumo Executivo); e

- **3º Momento:** Apresentação da metodologia a ser utilizada nas oficinas temáticas.

Como resultado, a capacitação obteve um alinhamento entre a equipe da Consultora e a equipe da Prefeitura, com vistas ao pleno desenvolvimento da etapa propositiva e das oficinas temáticas.

• Oficinas Temáticas

As oficinas temáticas fazem parte da etapa de Formulação Propostas, sendo a segunda atividade realizada nesta etapa, precedida pela capacitação da equipe técnica municipal.

As oficinas temáticas foram divididas pelos 4 Eixos Estratégicos:

- Desenvolvimento Urbano
- Socioeconômico
- Ambiental
- Desenvolvimento Social

O Guia de Elaboração e Revisão de Planos Diretores do Ministério do Desenvolvimento Regional, o qual baliza a metodologia adotada na Revisão do Plano Diretor de Rio Largo, apresenta 18 temas que podem ser abordados no processo de revisão. No caso de Rio Largo, os temas foram distribuídos nos 4 eixos propostos, conforme apresenta a tabela a seguir.

OFICINAS TEMÁTICAS							
TEMAS POR EIXOS ESTRATÉGICOS (GUIA DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES)							
URBANO		ECONÔMICO		AMBIENTAL		SOCIAL	
COD.	TEMA	COD.	TEMA	COD.	TEMA	COD.	TEMA
T1	Habituação	T3	Dinâmica Imobiliária	T5	Qualidade Urbana e Ambiental	T1	Habituação
T2	Expansão Urbana	T8	Desenvolvimento Econômico	T9	Grandes Projetos de Impacto	T4	Segurança
T3	Dinâmica Imobiliária	T9	Grandes Projetos de Impacto	T10	Meio Ambiente	T14	Equipamentos Públicos
T5	Qualidade Urbana e Ambiental	T13	Desenvolvimento Rural Sustentável	T11	Saneamento Ambiental	T16	Áreas de Risco à Vida
T6	Patrimônio Cultural	T15	Turismo	T13	Desenvolvimento Rural Sustentável	T18	Gestão Democrática e Participação Popular
T7	Uso e Ocupação do Solo	T17	Financiamento do Desenvolvimento Urbano	T15	Turismo		
T9	Grandes Projetos de Impacto			T16	Áreas de Risco à Vida		
T11	Saneamento Ambiental						
T12	Mobilidade e Transporte						
T14	Equipamentos Públicos						

O principal instrumento utilizado nas oficinas foi a tabela síntese das problemáticas e potencialidades e suas questões qualificadores apresentada ao final do Diagnóstico Consolidado, o qual balizaram as discussões em cada eixo temático, delineado junto aos participantes, estratégias e, se possível, os instrumentos urbanísticos adequados a cada questão. As Oficinas ocorreram em 3 momentos basicamente:

1º Momento: Acolhimento

- Credenciamento: Lista de Presença, com nome, profissão/atividade, telefone/e-mail e assinatura;
- Acomodação dos participantes.

2º Momento: Apresentação

- Apresentação em *Power Point*, contando com explicação sobre o que é, qual a importância e qual finalidade do Plano Diretor e da Oficinas Temáticas, com enfoque maior para a Síntese do Diagnóstico da Leitura da Realidade, apontando as principais problemáticas identificadas no eixo estratégico correspondente a

oficina.

3º Momento: Dinâmica do Quadro de Problemas e Estratégias

Os participantes de cada oficina temática foram agrupados por tema a sua escolha. A depender do número de participantes, cada grupo poderia tratar mais de um tema.

A seguir, dinâmica seguiu com a distribuição de mapas temáticos relacionados ao eixo estratégico e uma tabela parcialmente preenchida, denominadas “Circuitos Esquemáticos”, elaborada a partir do Quadro Síntese apresentado no Diagnóstico Consolidado, que os participantes deveriam preencher. A seguir, é apresentado um exemplo:

Eixo Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável				
Tema: Habitação				
Problema/ Potencial	Questão Qualificadora	Estratégia	Instrumento [OPCIONAL]	Observações
(consultores)	(participantes e consultores)	(participantes)	(participantes e consultores)	(participantes e consultores)
Existência de habitações precárias	Domicílios precários ocupados por população de baixa renda	<i>Avaliar a situação das ocupações, realizando a regularização com ou sem reassentamento.</i>	<i>Regularização Fundiária PHLIS Plano de Saneamento</i>	
	Inexistência de coleta de esgoto	<i>Implantar Sistema de coleta onde for possível manter as ocupações</i>		

Cada folha aborda um problema/ potencial e as questões qualificadoras identificadas no Diagnóstico Consolidado. Assim, os participantes foram incentivados a preencher o campo de “Estratégia” com soluções /estratégias para o problema apresentado. Os participantes também indicaram outras questões qualificadoras não apresentadas, incluindo o tópico no circuito esquemático.

No item “Instrumento” os consultores e participantes tentaram aplicar algum dos instrumentos da política urbana previstas no Estatuto da Cidade, como:

- Consórcio Imobiliário;
- Debates, audiências, consultas públicas e conferências sobre assuntos de interesse urbano;
- Direito de Preempção;
- Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);
- Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV);
- Operação Urbana Consorciada (OUC);

- Órgãos Colegiados e Fundos Municipais de Política Urbana;
- Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU);
- Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC);
- Macrozoneamento;
- Parcelamento do Solo Urbano;
- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC);
- IPTU Progressivo no Tempo;
- Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;
- Projetos Específicos de Expansão Urbana (PEEU);
- Transferência do Direito de Construir (TDC);
- Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- Zoneamento;
- Zoneamento Especial;
- Sistemas de Estruturação Territorial;
- Outros

Havia um espaço livre, a coluna “observações” para anotações relevantes dos participantes.

4º Momento: Apresentação da Dinâmica

Após o preenchimento das tabelas, os consultores apresentaram para todos, os problemas e estratégias identificadas por tema. Após, o debate com todos os participantes foi iniciado.

5º Momento: Encerramento

Agradecimento da participação de todos e convite para Audiência Pública de Apresentação das Propostas.

- **Sugestões da consultora para convidados por Eixo**

Desenvolvimento Urbano:

- SEPLA – Sec. Municipal de Planejamento, Orçamento e Captação de Recursos
- SEINFRA – Sec. Municipal de Infraestrutura
- SELCET – Sec. Municipal de Lazer, Cultura, Esporte e Turismo
- SMTT – Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito
- CAU
- Construção Civil (SINDUSCON /CREA)
- Mercado Imobiliário (CRECI)
- Universidade (Área de Urbanismo ou Geografia)
- Governo do Estado (ligado a grandes projetos) e ao PDUI da RM Maceió

Econômico:

- SEPLA – Sec. Municipal de Planejamento, Orçamento e Captação de Recursos

- SELCET – Sec. Municipal de Lazer, Cultura, Esporte e Turismo
- Sistema S (SEST/ SENAT/ SEBRAE), se houver
- Construção Civil (SINDUSCON / CREA)
- Associações da Indústria e Comércio
- Universidade (Área de Urbanismo, Geografia, engenharia)
- Governo do Estado (ligado a grandes projetos) e ao PDUI da RM Maceió

Meio Ambiente:

- SEMA – Sec. Municipal de Meio Ambiente
- Governo do Estado (ligado ao meio ambiente)
- ONGs / Fundações (ligadas ao meio ambiente)
- Universidade (Área de Urbanismo ou Geografia)
- Governo do Estado (ligado a grandes projetos) e ao PDUI da RM Maceió

Desenvolvimento Social:

- SECADESH – Sec. Municipal de Cidadania, Assistência Social e Habitação
- SEMED – Sec. Municipal de Educação
- SMS – Secretaria Municipal de Saúde
- Associações de Bairro

Resultados das Oficinas Temáticas por Tema

Tema 01 - T01: Habitação

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui assentamentos precários irregulares sem infraestrutura básica (favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais)	No município existem assentamentos precários com população de baixa renda em áreas ambientalmente frágeis. <u>Significa que:</u> ▸ os assentamentos precários localizam-se integral ou parcialmente em conflito com a preservação do meio ambiente (córregos, APPs ou áreas protegidas), em áreas de terras baixas (planície costeira) e dunas costeiras, ou em margens dos canais fluviais (áreas inundáveis), expostos assim a riscos climáticos atuais e futuros.	EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> • Construção de um muro de contenção a partir da ponte do Riachão até o bairro Cachoeira (próximo a igreja) • Realizar limpeza dos córregos e desassoreamento do rio • Realizar realocação das comunidades Cachoeira, Beiju de coco e implementar ações que desestimulem o retorno dos moradores • Realocar os moradores dos assentamentos precários nas casas da CHESF EIXO SOCIAL: <ul style="list-style-type: none"> • Identificar riscos aos quais estão expostos os assentamentos precários • Política habitacional municipal que permita a distribuição de forma a direcionar para quem necessita • Fortalecer a legislação de uso e ocupação do solo para evitar futuras ocupações nessas áreas • Criação de ZEIS 	EIXO SOCIAL: <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o Plano Municipal de Habitação • Zoneamento 	EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> • Áreas de deslizamento: Biquinha (Cacaú), Cidade de Deus, Beiju de Coco • Áreas de inundação: Lourenço de Albuquerque, parte baixo do Centro, Cachoeira • Área de erosão: Mata do Rolo próximo a Vila Raul (via principal)

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda	Eventualmente a demanda por moradia pode ser realizada através do adensamento de áreas dotadas de infraestrutura. <u>Significa que:</u> ► a produção imobiliária tem sido realizada à margem da legislação; ► o zoneamento existente não dialoga com o perfil da área, infraestrutura existente ou mercado imobiliário existente ou desejado.	EIXO URBANO: • Desapropriação de áreas no Tabuleiro do Pinto (aeroporto) para construção de habitação de interesse social (Cruzeiro do Sul também) EIXO SOCIAL: • Construção de novas unidades (região do Cone) acompanhado com equipamentos públicos • Zonas de expansão imobiliária ao lado da Mata do Rolo	EIXO URBANO: • Criação de Zonas Especiais de Interesse Social EIXO SOCIAL: • Zoneamento	
O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco	No município há avanço ou tendência de ocupação de áreas ambientalmente frágeis, com risco de deslizamento de terra, escorregamento, solapamento etc. <u>Significa que:</u> ► possui áreas de risco em áreas de terras baixas (planície costeira) e dunas costeiras, e/ou nas margens dos canais fluviais (áreas inundáveis), que podem apresentar riscos climáticos atuais ou futuros de elevação do nível do mar; ► apresenta áreas de risco com eventual necessidade de reassentamento; ► apresenta áreas de risco que podem ser mantidas mediante intervenção capaz de promover melhorias nas condições de segurança; ► apresenta a necessidade de planejar a ocupação e a expansão urbana considerando as condições geotécnicas do solo.			EIXO URBANO: • As propostas foram consideradas nas questões anteriores

Tema 02 - T02: Expansão Urbana

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais	No município as áreas para expansão urbana não possuem condições de ocupação urbana ou são ambientalmente sensíveis. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ as áreas rurais podem ser mais bem aproveitadas para produção agrícola; ▸ as áreas atualmente permitidas para avanço da mancha urbana são muito extensas diante da efetiva demanda por novas moradias ou outros usos; ▸ as áreas de transição urbano-rurais ou rurais são ambientalmente sensíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Concentrar a expansão nas áreas próximas aos conjuntos com infraestrutura (conjuntos e loteamentos) – pavimentação de vias alternativas que ligam os conjuntos 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de lei que priorize a expansão para as áreas já habitadas 	<ul style="list-style-type: none"> Conjunto Antônio Lins, Jarbas, Colorado, Buriti
O município apresenta restrição de área para expansão urbana	O perímetro urbano possui áreas com baixa densidade, com infraestrutura adequada para promover adensamento. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ as áreas ou os bairros em questão possuem imóveis vazios ou subutilizados; ▸ a densidade populacional é baixa em relação a infraestrutura instalada. 	<ul style="list-style-type: none"> Desapropriação dos imóveis particulares que foram abandonados para área de expansão 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação de lei fins sociais para esses imóveis particulares para fins de habitação social 	<ul style="list-style-type: none"> Rua do Leno José Janeiro Boa Vista Rua Silva Rego

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui ocupações de perfil urbano fragmentadas, dispersas ou descontínuas em território urbano ou rural	No município há áreas com mescla de características urbanas e rurais. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ perfil de cada tipo de ocupação; ▸ áreas propícias ou que já possuem função agrícola e que devem ser mantidas ou ampliadas; ▸ as áreas com características urbanas e que se deseja consolidar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar mais a comunidade rural com as urbanas e expandir as áreas comerciais rurais para parte imobiliária 		<ul style="list-style-type: none"> • Utinga, Canoas, Cone
O município precisa prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, estações de trem, etc.	No município existe terra pública municipal, estadual ou da União disponível para edificação de novos equipamentos ou as áreas públicas com equipamentos já existentes são pouco aproveitadas. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ há, em seu território, terra de propriedade pública ociosa que poderia ser utilizada para a construção de equipamentos; ▸ há áreas públicas com equipamentos com um baixo aproveitamento da terra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de terminais nas áreas de expansão e rurais 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município precisa prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, estações de trem, etc.	<p>É preciso planejar a localização adequada para construção de equipamento de mobilidade no município.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▸ o município necessita construir equipamentos de mobilidade; ▸ o município necessita articular as diretrizes específicas de desenvolvimento urbano com as diretrizes específicas da mobilidade urbana; ▸ o município está planejando estratégias de adensamento e pretende conciliá-las com investimentos em mobilidade urbana. 			

Tema 03 - T03: Dinâmica Imobiliária

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui vazios urbanos (imóveis ou glebas)	No município existe demanda por novas moradias, equipamentos ou outros usos públicos e/ou áreas para desenvolvimento econômico. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há falta de moradia, precariedade habitacional e/ou ocupação de áreas de risco; faltam áreas/imóveis para equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social, lazer, esportes e cultura, etc.; há demanda por áreas específicas para desenvolvimento econômico. 	EIXO ECONÔMICO <ul style="list-style-type: none"> Criação de feiras municipais Criação de entretenimento, academias ao ar livre, quadra de esporte, incentivar empresas a fomentar a economia em locais específicos Fazer um estudo relacionado ao perfil dos moradores de cada região, para implantar eventos específicos para cada perfil EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none"> Zoneamento – Macrozonas de desenvolvimento econômico Priorização na locação de equipamentos públicos de lazer Diferenciação tributária 	EIXO ECONÔMICO <ul style="list-style-type: none"> Melhoramento na infraestrutura de acesso Construção e melhorar os equipamentos públicos Realização de campeonatos nas quadras já implantadas nos bairros EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none"> Legislação: desapropriação; zoneamento; código tributário 	EIXO ECONÔMICO <ul style="list-style-type: none"> Residencial Antônio Lins e Jarbas
	Se no município a área urbana é dispersa ou fragmentada. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há bairros novos afastados, gerando vazios urbanos entre as áreas urbanizadas; há loteamentos ou empreendimentos novos sendo lançados em áreas afastadas da mancha urbana consolidada. 	EIXO ECONÔMICO <ul style="list-style-type: none"> Criação de equipamentos públicos, quadras de esportes em geral Incentivos fiscais para trazer empresas de grande porte, no ramo de home center (Carajás e Leroy Merlin), visando a expansão urbana, como os loteamentos cidade jardim e Luar de Rio Largo Criação de espaços culturais e pontos turísticos Food truck na ilha EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none"> Permissão de construção diferenciada (ampliação) Desburocratização de licenciamentos e alvarás (transparência) 	EIXO ECONÔMICO <ul style="list-style-type: none"> Fechamento de ruas para lazer, colocando brinquedos, comércio de alimento e etc. como exemplo da rua fechada em Maceió. Utilizar os espaços de mata para criar rotas ecológicas EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none"> Legislação Informatização dos processos e divulgação 	

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui vazios urbanos (imóveis ou glebas)	No município existe alta dinâmica do mercado imobiliário. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há produção de novos loteamentos; possui agentes imobiliários de atuação regional ou nacional. 	EIXO ECONÔMICO <ul style="list-style-type: none"> Aumentar a divulgação de área para vendas para outros estados, principalmente para empresas de fora EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none"> Atrair diferentes perfis de renda, valorizando com empreendimentos dinamizando a economia local 		
O valor de aluguéis ou de venda de imóveis no município é incompatível com o perfil de renda da população	No município existe demanda por Habitação de Interesse Social (HIS). <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> existe população de baixa renda sem moradia adequada no município; parte dessa população pode já ter casa, mas em condições inadequadas, como as moradias em áreas sem infraestrutura; pode haver moradias precárias em áreas consolidadas e que estejam ameaçadas de expulsão; é preciso entender se, entre as causas da demanda, a população de baixa renda não consegue adquirir imóveis próprios ou paga aluguel que compromete mais do que 30% da renda familiar. 	EIXO ECONÔMICO <ul style="list-style-type: none"> Criar programas de moradia popular, possibilitando as pessoas de trazer renda daqueles imóveis, eliminando o custo mensal de aluguel EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none"> Cadastramento – CRAS Ampliação de renda Incentivo de empresas profissionalizantes, qualificação das pessoas Construção de HIS em áreas próximas e valorizadas, em uma zona que permita mais de 3 pavimentos (compactando as áreas para que não fiquem “espalhadas”) 	EIXO ECONÔMICO <ul style="list-style-type: none"> Criar um fundo para financiamento de construção 	

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui baixa dinâmica imobiliária, com predominância da atuação de empresas locais da construção civil ou de produção da própria moradia	O município depende de produção pública para suprir sua demanda habitacional de baixa renda. <u>Significa que:</u> ► a população de baixa renda somente acessa moradia adequada por meio de empreendimentos públicos ou financiados por programas habitacionais públicos.	EIXO ECONÔMICO <ul style="list-style-type: none"> • Criar programas de qualificação da população, visando a melhoria de empregos • Incentivar a implantação de empresas de grande porte EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none"> • Diversificação de públicos com diferentes níveis de renda (não aglomerar residenciais para o público de baixa renda) 		
O município possui intensa atividade imobiliária, em que os empreendimentos isolados ou em conjunto causam impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, etc.)	Os empreendimentos (horizontais ou verticais) estão sendo implementados de forma justaposta ou ocupando grandes extensões territoriais. <u>Significa que:</u> ► grandes empreendimentos licenciados ou em execução, pertencentes a um único incorporador, localizados em lotes justapostos, mas aprovados em momentos diferentes, gerando considerável impacto cumulativo na vizinhança e na paisagem urbana; ► novos loteamentos e condomínios fechados sendo implementados nas áreas periurbanas acarretando território fragmentado e disperso.	EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de espaços próximo a estes empreendimentos para inclusão na macrozona de desenvolvimento econômico 		

Tema 04 - T04: Segurança

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui áreas públicas (ruas, praças, áreas verdes) ou regiões com alta concentração de ocorrências relacionadas à segurança pública	No município há áreas verdes e espaços públicos degradados e/ou vazios urbanos. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há áreas vazias, subutilizadas ou degradadas que concentram ocorrências relacionadas à segurança pública; há equipamentos e áreas verdes (praças, equipamentos, parques) públicos que permanecem vazios em determinados períodos ou que sofrem degradação ou concentração de ocorrências relacionadas à segurança pública. 	<ul style="list-style-type: none"> Rondas preventivas em horários de maior fluxo Sistema de monitoramento Explorar as áreas vazias por ambiente de lazer, oficinas profissionalizantes, teatro, praças públicas 	<ul style="list-style-type: none"> Viaturas em patrulhamento Iluminação pública 	
O município possui áreas vazias ou degradadas, pontos viciados de lixo e/ou descarte irregular	O município possui vazios urbanos ou subutilizados que concentram pontos de descarte irregular de lixo ou de ocorrências de segurança. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há áreas vazias ou imóveis subutilizados no território; os dados de violência, depredações e descarte irregular de lixo possuem relação com estas áreas; o sistema de coleta e destinação de resíduos não é adequado e/ou insuficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização social 	<ul style="list-style-type: none"> Propagandas 	

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, segurança pública, entre outros	No município existe terra pública municipal, estadual ou da União disponível para edificação de novos equipamentos, ou se as áreas públicas com equipamentos já existentes são pouco aproveitadas. <u>Significa que:</u> ► há terra de propriedade pública ociosa que poderia ser utilizada para a construção de equipamentos; ► há áreas públicas com equipamentos com um baixo aproveitamento da terra.	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação e reforma em quadras poliesportivas • Qualificação em profissionais destas áreas • Criação de um estádio de futebol ou vila olímpica • Acompanhamento de um profissional da área nestes ambientes 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a promoção da saúde da sociedade • Inclusão e desenvolvimento social • Esporte como instrumento de resgate e redução da criminalidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Diante de todas essas melhorias o índice de sensação de insegurança irá diminuir • Programas de apoio ao esporte constatarem uma redução da criminalidade

Tema 05 - T05: Qualidade Urbana e Ambiental

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município carece de melhorias das condições de qualidade ambiental em seu território (ilhas de calor, drenagem e arborização, etc.)	O município apresenta problemas de drenagem e/ou ilhas de calor no espaço urbano. <u>Significa que:</u> ► há problemas na drenagem urbana, acarretando enchentes; ► há situações de ilhas de calor no espaço urbano, acarretando temperaturas muito altas e desconfortáveis; ► existe a necessidade de criar novas áreas verdes para a regulação do microclima.	EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none">Estabelecimento de programa para arborização da cidadeCriação de unidades de conservação – RPPNs e outros tipos de unidades de conservaçãoPrograma de reflorestamento das matas ciliares EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none">Realizar plano de arborizaçãoRecuperar as matas ciliaresConstruir lagoas de salvaçãoImplementar incentivos fiscais para as áreas verdes de residências, comércio e indústria	EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none">Implementar e executar o plano de arborização da cidadeImplementar incentivos fiscais para residências, comércios e indústrias que mantenham árvores e áreas verdesRevitalização das praças urbanas	
	O município apresenta outros problemas específicos relacionados ao bioma ou ao domínio morfoclimático, como os municípios litorâneos ou regiões serranas que podem ser impactados principalmente pelo aumento do nível do mar, por secas e por erosão costeira, etc. <u>Significa que:</u> ► ocorrem situações climáticas onde o município se insere que acarretam em desafios no território, como enchentes, estiagem ou outros que demandam ações direcionadas; ► o município apresenta problemas relacionados a movimentos de massa.	EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none">Identificação de áreas de encostas sujeitas a deslizamentosCriação de áreas impróprias a ocupação em virtude da declividade EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none">Implementar / fomentar a diversificação de culturas agrícolasRecuperação de matas ciliares, fiscalizando a adequação ao código florestal		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município deseja adequar sua morfologia e seu desenho urbano à infraestrutura prevista ou existente e/ou às condicionantes ambientais, climáticas e territoriais (como a relação entre edificação e calçadas ou outros espaços livres)	No município, há áreas ou bairros que possuem desequilíbrio de usos, com períodos vazios ou pouco frequentados durante o dia ou à noite. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> possui uso predominantemente residencial ou predominantemente não residencial; permanece vazia ou subutilizada durante o período diurno ou noturnos em função desta concentração de usos. 	EIXO URBANO <ul style="list-style-type: none"> Normas que prevejam usos mistos, sempre prevendo residências com áreas comerciais, hortas urbanas EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Integrar o zoneamento residencial, comercial e de lazer, prevendo zoneamento misto Implementar política pública com o fato de integrar o transporte público as sedes da economia e bairros 		
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	No município há áreas com predominância de usos residenciais e com pouca oferta de emprego. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> existem áreas do município desprovidas da oferta de postos de trabalho; habitantes necessitam se deslocar por longas distâncias ou longo tempo para acessarem centralidades urbanas ou equipamentos públicos. 	EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Mapear áreas com usos isolados (Ex: exclusivamente residencial) e implementar zonas mistas (comercial e de lazer) Implementar corredores viários para deslocamento rápido de áreas residenciais para indústria 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	A ocupação urbana do município é fragmentada, dispersa ou descontínua. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há partes da cidade que são descontínuas ou com muitos vazios urbanos; é necessário avaliar a existência de vazios urbanos sujeitos à fragilidade ambiental e com real potencialidade de uso. 	EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Identificar as áreas vazias e fomentar a sua ocupação, levando em conta parâmetros e necessidades das zonas contíguas 		
	O tempo de deslocamento dentro da área urbanizada é excessivo. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há distâncias muito grandes ou insuficiência na mobilidade, acarretando muito tempo de transporte para acesso aos postos de trabalho ou aos equipamentos e serviços essenciais. 	EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Implementar corredores viários de transporte público, interligando as áreas, levando em conta as necessidades e com terminais integrados Construção de passarelas, atravessando a BR 104 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território	<p>O município possui ou deseja potencializar os serviços ecossistêmicos de provisão (produtos obtidos da natureza, como produção de alimentos, animais, madeira, fibras, semente, carvão, plantas medicinais, água, etc.).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o município possui ou deseja potencializar a produção nos setores de agricultura e pecuária; o município possui ou deseja potencializar áreas com função de extração, como madeira, carvão ou outro minério e/ou produção de sementes e plantas medicinais; o município possui ou deseja potencializar áreas com função de preservação para produção de água. 	<p>EIXO AMBIENTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementar hortas urbanas Implementar agricultura periurbana 		
	<p>O município possui serviços ecossistêmicos de regulação, ou seja, benefícios que as pessoas obtêm da regulação do ambiente feita pelos ecossistemas (regulação do clima e do microclima local, qualidade do ar, controle da erosão, regulação dos fluxos de água, secas e inundações, controle biológico de pragas e doenças, polinização e dispersão de sementes, etc.).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o município possui áreas com ilhas de calor ou deseja criar áreas de preservação ambiental para regulação do clima; o município possui áreas críticas de inundação e deslizamentos. 	<p>EIXO AMBIENTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementar áreas de proteção ambiental 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território	<p>O município possui serviços ecossistêmicos de cultura, ou seja, benefícios que as pessoas obtêm do contato com a natureza que contribuem para a cultura e as relações sociais (patrimônio cultural, identidade cultural/histórica, conservação da paisagem, arte e design, lazer e recreação, valor científico e educacional, identidade espiritual e religiosa).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▸ o município possui bens imóveis ou áreas de interesse de preservação histórica, cultural ou paisagísticas; ▸ o município deseja potencializar os bens de interesse cultural através do turismo; ▸ o município deseja potencializar ou criar novos equipamentos de cultura, lazer, cultura ou educação. 	<p>EIXO AMBIENTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de ecoturismo • Implementar políticas de desapropriação para imóveis com potencial turístico de patrimônio cultural e histórico 		

Tema 06 - T06: Patrimônio Cultural

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município deve reconhecer ou facilitar a preservação de bens imóveis ou áreas de relevância histórica, cultural, natural e paisagística	Há imóveis de interesse de preservação ainda sem preservação, ou tombamentos municipais, estaduais ou federais no território. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há imóveis ou bens de interesse ainda não protegidos; é necessário identificar os atributos que garantem o reconhecimento do valor do bem ou conjunto no regramento de uso e na ocupação do solo, de forma a garantir sua preservação. 	<ul style="list-style-type: none"> Área conhecida como Cachoeira, Lourenço de Albuquerque e os casarões do centro, imóveis e a localidade com valor histórico, pois foi início do município 	<ul style="list-style-type: none"> Tombamento municipal 	<ul style="list-style-type: none">
	Os bens imóveis ou conjuntos existentes no município possuem relevância histórica ou cultural. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> é preciso garantir a integridade de bens ou áreas tombadas, a fim de preservá-las para as futuras gerações; há imóveis ou conjuntos históricos de interesse de preservação que precisam de ações que garantam sua preservação, pois ainda não são protegidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Fabrica Tesouraria Casarões dos Paivas Imóveis 	<ul style="list-style-type: none"> Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Monumentos históricos Criando mirantes

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município deve reconhecer ou facilitar a preservação de bens imóveis ou áreas de relevância histórica, cultural, natural e paisagística	Os bens ou conjuntos imóveis existentes no município possuem relevância natural ou paisagística. <u>Significa que:</u> ► é identificada paisagem relevante e representativa da conformação do território; ► já são protegidas paisagens ou elementos naturais representativos com normas e regramentos de preservação.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e manter os mirantes • Podendo colocar na Ilha Angelita • Banhos ecológicos (Cachoeira) • Passeio no Rio Largo 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar ações ecológicas, trazer benefícios para a natureza 	<ul style="list-style-type: none"> • Banho dos Japi • Pesque e pague no açude da destilaria • Banho em Canoas • Caiaque no Gustavo Paiva • Retiro acomodações
Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território	O município possui ou deseja potencializar os serviços ecossistêmicos de provisão (produtos obtidos da natureza, como produção de alimentos, animais, madeira, fibras, semente, carvão, plantas medicinais, água, etc.). <u>Significa que:</u> ► o município possui ou deseja potencializar a produção nos setores de agricultura e pecuária; ► o município possui ou deseja potencializar áreas com função de extração, como madeira, carvão ou outro minério e/ou produção de sementes e plantas medicinais; ► o município possui ou deseja potencializar áreas com função de preservação para produção de água.	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentar áreas ecológicas na Utinga, Lourenço de Albuquerque, Gustavo Paiva e Canoas 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar leis e fiscalizar o cumprimento para estes locais e criando e desenvolvendo a cultura de preservação e turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Canoas de Barroso • Canoas de Cuma • Ilha Angelita • Açude Destilaria

PROBLEMATICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território	<p>O município possui serviços ecossistêmicos de regulação, ou seja, benefícios que as pessoas obtêm da regulação do ambiente feita pelos ecossistemas (regulação do clima e do microclima local, qualidade do ar, controle da erosão, regulação dos fluxos de água, secas e inundações, controle biológico de pragas e doenças, polinização e dispersão de sementes, etc).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o município possui áreas com ilhas de calor ou deseja criar áreas de preservação ambiental para regulação do clima; o município possui áreas críticas de inundação e deslizamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar áreas de preservação ambiental para equilibrar o calor da párea como no centro, brasil novo, Lourenço de Albuquerque Nas áreas de inundação, o controle pode ser feito dos "depósitos construturantes"; barragens; evacuação desses locais; proteção das margens 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização das leis 	
	<p>O município possui serviços ecossistêmicos de cultura, ou seja, benefícios que as pessoas obtêm do contato com a natureza que contribuem para a cultura e as relações sociais (patrimônio cultural, identidade cultural/histórica, conservação da paisagem, arte e design, lazer e recreação, valor científico e educacional, identidade espiritual e religiosa).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o município possui bens imóveis ou áreas de interesse de preservação histórica, cultural ou paisagísticas; o município deseja potencializar os bens de interesse cultural através do turismo; o município deseja potencializar ou criar novos equipamentos de cultura, lazer, cultura ou educação. 			

Tema 07 - T07: Uso e Ocupação do Solo

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	No município há áreas com predominância de usos residenciais e com pouca oferta de emprego. <u>Significa que:</u> ► existem áreas do município desprovidas da oferta de postos de trabalho; ► habitantes necessitam se deslocar por longas distâncias ou longo tempo para acessarem centralidades urbanas ou equipamentos públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de diretrizes norteadoras para porcentagens mínimas de área verde, taxa de solo natural, coeficiente de aproveitamento em virtude das especialidades dos bairros • Prever áreas comerciais e de equipamentos públicos 		
	A ocupação urbana do município é fragmentada, dispersa ou descontínua. <u>Significa que:</u> ► há partes da cidade que são descontínuas ou com muitos vazios urbanos; ► é necessário avaliar a existência de vazios urbanos sujeitos à fragilidade ambiental e com real potencialidade de uso.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer áreas de risco de inundação • Estabelecer áreas impróprias para habitação / ocupação • Criação de unidades de conservação 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	<p>O tempo de deslocamento dentro da área urbanizada é excessivo.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há distâncias muito grandes ou insuficiência na mobilidade, acarretando muito tempo de transporte para acesso aos postos de trabalho ou aos equipamentos e serviços essenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer normas que prevejam a inclusão de equipamentos urbanos, comércio e vias rápidas de acesso aos locais de trabalho Estabelecer normas que atrelem o crescimento industrial à criação de vias rápidas 		
O município apresenta áreas com incompatibilidade entre parâmetros de uso e ocupação do solo em relação à cidade existente e suas novas ocupações	<p>As normas vigentes são incompatíveis com o uso e com a ocupação real do solo.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a produção edilícia e imobiliária tem sido realizada à margem da legislação; pode haver atividades econômicas (comércio e serviços) acontecendo também à margem da legislação, resultando em situações de insegurança e de perda de arrecadação; o zoneamento existente não dialoga com o perfil das áreas, da infraestrutura ou do mercado imobiliário existente ou desejado. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer zonas especiais de interesse social (ZEIS), que levem em consideração as especialidades de cada bairro, tendo em vista as construções já estabelecidas Previsão de hortas urbanas em áreas institucionais Fazer levantamento dos microzoneamentos e criar normas para cada um deles 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
No município há áreas que apresentam problemas de incomodidade e/ou conflitos de vizinhança	<p>No município há ou estão previstos empreendimentos que causam mudanças e impactos na dinâmica urbana e na capacidade de infraestrutura instalada.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há empreendimentos que possam causar impacto no trânsito, no meio ambiente ou na paisagem, ou mesmo alterar a dinâmica de ocupação. há melhorias de infraestrutura necessárias para que este tipo de empreendimento possa ser implementado, garantindo a qualidade de vida 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de normas norteadoras que limitem emissões atmosféricas, ruídos, entre outros fatores que possam importar a qualidade de vida e meio ambiente do entorno 		
O município possui fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (energia, uso do solo, agropecuária, resíduos e indústrias)	<p>No município grande quantidade de emissões de GEE é proveniente do setor de Uso da Terra.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há supressão ou alteração de vegetação e avanço da ocupação agropecuária sobre áreas de relevância ambiental. há supressão de vegetação ou avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis. 			

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui intensa atividade imobiliária, em que os empreendimentos isolados ou em conjunto causam impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, etc.)	Os empreendimentos (horizontais ou verticais) estão sendo implementados de forma justaposta ou ocupando grandes extensões territoriais. <u>Significa que:</u> ► grandes empreendimentos licenciados ou em execução, pertencentes a um único incorporador, localizados em lotes justapostos, mas aprovados em momentos diferentes, gerando considerável impacto cumulativo na vizinhança e na paisagem urbana; ► novos loteamentos e condomínios fechados sendo implementados nas áreas periurbanas acarretando território fragmentado e disperso.			

Tema 08 - T08: Desenvolvimento Econômico

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui demanda para estimular novas atividades econômicas por meio de polos tecnológicos, distritos industriais, centros comerciais, etc.	O município exerce a função de polo comercial regional. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o município está localizado em uma região com grande concentração de empresas comerciais, de portes variados; o município está localizado em região populosa, que atua como mercado de consumo local; o município atrai consumidores de outros municípios e regiões. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de Polos Gastronômicos, de atividades culturais, comerciais e serviços Explorar / fomentar o turismo ecológico e cultural Fomentar através de capacitações e eventos o interesse para tecnologia e outros 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura física definida para instalação de um polo tecnológico (com acesso a internet com qualidade) 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as localidades que possibilitem aglomerações econômicas, estimulando a formação de centros comerciais e de serviço
O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou controlar seus impactos urbanos e ambientais	No município é necessário ampliar as áreas destinadas às atividades rurais. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o Produto Interno Bruto do município relativo às atividades rurais tem apresentado alta nos últimos anos; as áreas rurais do município estão ocupadas com atividades dessa natureza, sendo rara a presença de glebas e terrenos vazios ou improdutivos; o município possui áreas não ocupadas por atividades rurais ou urbanas, que tampouco apresentam relevância ambiental, passíveis de serem convertidas em áreas rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> Parceria – Indústrias para atrair e estimular atividades rurais para ampliar os insumos produzidos para atender as mesmas (as indústrias) 	<ul style="list-style-type: none"> Delimitação de áreas para atividades específicas de produção rural e firmar instrumentos com universidades para desenvolver políticas de incentivo as áreas 	

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município integra Área de Especial Interesse Turístico ou apresenta forte atividade turística	<p>O município possui atividade turística dinâmica ou integra Área de Especial Interesse Turístico.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o turismo tem uma participação significativa na formação do Produto Interno Bruto municipal e na geração de receitas; o município tem atributos específicos (naturais, urbanos, econômicos, históricos, culturais...) que lhe conferem características atrativas para circuitos turísticos; o município não apresenta grandes atributos turísticos, mas está localizado em aglomeração urbana em que outros municípios desempenham esse potencial de atração. 	<ul style="list-style-type: none"> Parcerias com empresas de turismo para explorar o turismo cultural local Apresentar desde a 1ª infância os potenciais turísticos e ecológico do município 	<ul style="list-style-type: none"> Rota ecológica com polos de artesanato, gastronomia e cultura local Conscientizando e educando no ambiente escolar, expandindo para a população geral através de mídias 	<ul style="list-style-type: none"> Possui VLT "Mate – Mutum" Usina Utinga – trilhas e demais modalidades esportivas
O município necessita manter e fortalecer comércios e usos populares	<p>No município existem áreas com acentuada informalidade do comércio ambulante.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> falta, no município, oferta de postos de trabalho formais para toda a população trabalhadora; o município apresenta uma taxa de desemprego elevada; parte da população economicamente ativa não possui qualificação necessária para ser empregada em empregos formais; 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a instalação de empresas de comércio e serviços Facilitar a formalização dos MEI 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do shopping popular e feiras livres em áreas de aglomeração Lei municipal – informatizando o processo no âmbito municipal e regulamentando o comércio ambulante 	

Tema 09 - T09: Grandes Projetos de Impacto

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui ou prevê a instalação de grandes complexos industriais de impacto urbano ou ambiental.	No município percebe-se avanço da atividade industrial de impacto. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▶ existe demanda do setor privado industrial pela instalação de novas plantas (fábricas) no município; ▶ regionalmente, o município está localizado em área com bom acesso a infraestrutura de transportes, logística e energia; ▶ o município necessita prever as localizações e regulamentações adequadas para a promoção do desenvolvimento industrial, de maneira articulada à sua política de desenvolvimento urbano e um desenvolvimento de baixo carbono. 	EIXO ECONOMICO: <ul style="list-style-type: none"> • Continuidade de incentivos para locação de indústrias (incentivos fiscais e locacionais) • Capacitação da população e dos prestadores de serviços • Criação de regulamentos que vise a implementação (aumento da fiscalização) • Conservação florestal (combater o desmatamento) • Economia circular EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> • Transporte para os trabalhadores EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> • Implementar o zoneamento ecológico econômico (ZEE), determinando as áreas de ocupação industrial • Realizar o enquadramento das atividades econômicas com base em porte e potencial poluidor, objetivando a identificação de impactos e definições de medidas mitigadoras no licenciamento ambiental 	EIXO ECONOMICO: <ul style="list-style-type: none"> • Criação / ampliação de programas de capacitação através de parcerias de instituições de ensino • Criação de um zoneamento em que seja destinado uma área para fins industriais que comporte os impactos ambientais de determinadas atividades • Lei do PROGRIDE (reestruturação, divulgação) EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> • Zoneamento econômico ecológico • Enquadramento das atividades econômicas • Licenciamento Ambiental 	EIXO ECONOMICO: <ul style="list-style-type: none"> • Manter o foco ao licenciamento ambiental das indústrias

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui ou prevê grandes equipamentos urbanos de impacto relacionados à mobilidade e ao transporte, como terminais, aeroportos, aeródromos, portos e/ou rodoviárias, etc.	O município apresenta necessidade de conter ou mitigar os impactos urbanos e ambientais do equipamento. <u>Significa que:</u> ► o município necessita avaliar se há impactos sociais, ambientais e urbanos significativos que exijam a remediação ou a prestação de contrapartidas.	EIXO ECONOMICO: <ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento dos órgãos de fiscalização ambiental Elaboração de estudos que avaliem os possíveis impactos ambientais e sociais e suas formas de mitigação EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> Implantação de terminais para as áreas urbanas e rurais EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos impactos ambientais gerados durante o processo de licenciamento ambiental a partir de estudos ambientais e relatórios de qualidade ambiental, assim como atendimento dos condicionantes de licenças e autorizações ambientais 	EIXO ECONOMICO: <ul style="list-style-type: none"> Elaboração do Plano de mobilidade urbana Licenciamento ambiental e urbanístico EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Estudos Ambientais Licenças e autorizações ambientais 	

Tema 10 – T10: Meio Ambiente

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município está integral ou grandemente inserido em área de preservação ambiental e/ou proteção de mananciais com necessidade de conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento urbano e econômico local	<p>O município necessita promover a preservação de áreas ambientais incluindo as áreas importantes para a recarga hídrica e as planícies de inundação.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há áreas ambientais que podem ser descaracterizadas pelo avanço da urbanização ou pelo avanço da agropecuária, de queimadas e demais atividades extrativistas; o município enfrenta o desafio de promover o desenvolvimento urbano de maneira sustentável, ao mesmo tempo em que preserva as áreas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar um mapeamento de todas as áreas de preservação ambiental Identificar os possíveis riscos antrópicos ou naturais que podem descaracterizar ou afetar essas áreas Identificar os potenciais de uso dessas áreas 		
O município carece de novos parques, praças e/ou da estruturação de áreas verdes públicas, para constituir um sistema de áreas verdes	<p>O município necessita promover o desenvolvimento do núcleo urbano qualificando as áreas públicas de forma integrada.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há necessidade ou potencialidade de articular as áreas verdes municipais em um Sistema, promovendo melhor aproveitamento e fortalecimento das áreas verdes; há potencialidade de fortalecer o sistema ambiental municipal ao regional, integrando áreas ambientais contíguas que desempenham função ambiental importante na região; há problemas associados à inundação e alagamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar possíveis áreas urbanas e/ou degradadas como potencial para transforma-las em praças ou parque urbanos Caracterizar parques urbanos e praças como áreas de lazer, não como áreas verdes 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, matas, manguezais e APPs, entre outras	O município necessita promover a preservação das áreas ambientais frágeis, importantes para a prestação de serviços ecossistêmicos (inclusive estocagem de carbono), e expostas a riscos climáticos existentes ou futuros. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há áreas ambientais ameaçadas pelo espraiamento da urbanização formal ou informal; é preciso estimular os proprietários privados de áreas verdes a preservarem suas áreas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> Adequar e / ou criar legislações mais direcionada à realidade do município Fiscalizar de forma periódica essas áreas ambientalmente frágeis Monitorar de forma periódica a integridade dessas áreas 		
O município precisa promover melhor utilização dos recursos hídricos	O município precisa promover melhor uso de suas águas, de modo a garantir a segurança hídrica de seus habitantes e das atividades urbanas, rurais municipais e regionais. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há recursos hídricos pouco integrados à vida urbana ou rural; é preciso promover o uso racional da água e incentivá-lo na região, de modo a garantir a sustentabilidade da produção agrícola, das atividades urbanas e do consumo de água, através da redução da demanda por água, como por exemplo, reutilização de águas cinzas e negras; há potencial de integrar a gestão das águas municipais à criação de áreas verdes públicas de contemplação e lazer; é preciso planejar o crescimento urbano condicionado à disponibilidade de água e à infraestrutura de abastecimento disponível ou planejada, preservando e recuperando as áreas que prestam serviços ecossistêmicos para a produção de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de educação ambiental Mapear e fiscalizar os poços irregulares, além de monitorar as novas perfurações, a fim de regulariza-los Fomentar a ação da concessionária de água no município, bem como acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades 	<ul style="list-style-type: none"> Criar diretoria de educação ambiental na Secretaria de Meio Ambiente de Rio Largo Realizar parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos para mapeamento e fiscalização 	

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município necessita evitar e/ou mitigar e recuperar áreas ambientalmente degradadas	<p>Existe crescimento da mancha urbana e/ou novos empreendimentos potenciais geradores de impactos nocivos ao meio ambiente.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há vetores de expansão urbana formal ou informal sobre áreas ambientalmente sensíveis, como área de riscos de deslizamentos ou de recarga hídrica, e expostas ao aumento do nível do mar e erosão costeira; há áreas de importância ambiental ameaçadas pelo crescimento urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover obras de drenagem no município Promover ações de fiscalização em obras irregulares, a fim de embargar e / ou regularizar, de acordo com o risco Identificar as áreas degradadas e quais ações mais adequadas para a recuperação e preservação delas 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de grupo de trabalho com membros de diversas esferas institucionais 	
O município necessita evitar e/ou mitigar e recuperar áreas ambientalmente degradadas	<p>No município já existem áreas ambientalmente degradadas.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> deve haver ações para recuperar áreas de importância ambiental que estejam degradadas; deve haver maior controle de empreendimentos geradores de impacto em processos de licenciamento ambiental. 			

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território	<p>O município possui serviços ecossistêmicos de regulação, ou seja, benefícios que as pessoas obtêm da regulação do ambiente feita pelos ecossistemas (regulação do clima e do microclima local, qualidade do ar, controle da erosão, regulação dos fluxos de água, secas e inundações, controle biológico de pragas e doenças, polinização e dispersão de sementes, etc).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o município possui áreas com ilhas de calor ou deseja criar áreas de preservação ambiental para regulação do clima; o município possui áreas críticas de inundação e deslizamentos. 			
O município possui fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (energia, uso do solo, agropecuária, resíduos e indústrias)	<p>No município grande quantidade de emissões de GEE é proveniente do setor de Uso da Terra.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há supressão ou alteração de vegetação e avanço da ocupação agropecuária sobre áreas de relevância ambiental. há supressão de vegetação ou avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de projetos de arborização Incentivo às tecnologias verdes Plano diretor de arborização Fortalecer as ações de fiscalização das supressões vegetais e monitorar o cumprimento dos termos de compensação vegetal 		

Tema 11 – T11: Saneamento Ambiental

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município precisa universalizar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário	O município possui a necessidade de levar redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para assentamentos precários. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ não há atendimento universal da demanda municipal para abastecimento de água e saneamento; ▸ há assentamentos precários desprovidos de infraestrutura de saneamento e abastecimento de água. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perfurar poços legalizados para fornecer água potável nas regiões ainda não atendidas. Administrados pela prefeitura de forma temporária • Reativar as ETEs desativadas ou verificar a possibilidade de construção de fossas sépticas e sumidouros 		
O município apresenta alagamentos decorrentes de problemas de drenagem urbana e de ocupação do solo	O município apresenta a necessidade de planejar ações e regramentos para melhoria da drenagem. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ há ocorrências de alagamentos e enchentes que necessitam de orientação da política urbana; ▸ há um modelo de uso e ocupação do solo que pode ser aprimorado por meio de melhorias no sistema de drenagem; ▸ há necessidade de prever ações de mitigação das ocorrências de risco por conta de alagamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Previamente realizar os devidos estudos ambientais das possíveis obras de drenagem • Realizar projeto de drenagem, levando em consideração a legislação vigente • Realizar o manejo contínuo das estruturas de drenagem da cidade • Utilizar metodologia apropriada para infiltração da água no solo (calçamento infiltrantes) • Cobrar a concessionária do desenvolvimento da implantação Marco do Saneamento Ambiental • Lagoas de salvação para infiltração de água em pontos estratégicos 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (energia, uso do solo, agropecuária, resíduos e indústrias)	No município grande quantidade de emissões de GEE é proveniente do setor de Uso da Terra. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ há supressão ou alteração de vegetação e avanço da ocupação agropecuária sobre áreas de relevância ambiental. ▸ há supressão de vegetação ou avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar através de incentivos fiscais a preservação urbana e rural • Preservação de nascentes, áreas de APP e unidades de conservação ou RPPNs • Diversificação de culturas • Implantar o plano de arborização da cidade • Processo novos conjuntos habitacionais, cobrar um plano de manejo da arborização 		

Tema 12 – T12: Mobilidade e Transporte

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	No município há áreas com predominância de usos residenciais e com pouca oferta de emprego. <u>Significa que:</u> ► existem áreas do município desprovidas da oferta de postos de trabalho; ► habitantes necessitam se deslocar por longas distâncias ou longo tempo para acessarem centralidades urbanas ou equipamentos públicos.	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização da política de mobilidade Dinamização econômica 	<ul style="list-style-type: none"> Regulação que fomente o uso misto e integração entre espaço privado e público (fachadas ativas e permeáveis) Geração de postos de trabalho no município 	<ul style="list-style-type: none"> Os instrumentos precisam ser objetivos, com metas e indicadores de monitoramento
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	A ocupação urbana do município é fragmentada, dispersa ou descontínua. <u>Significa que:</u> ► há partes da cidade que são descontínuas ou com muitos vazios urbanos; ► é necessário avaliar a existência de vazios urbanos sujeitos à fragilidade ambiental e com real potencialidade de uso.	<ul style="list-style-type: none"> Aplicação dos instrumentos da política urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Direito de preempção Desapropriação IPTU progressivo Consortio Controle do espraiamento, fomento à verticalização 	

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos	<p>O tempo de deslocamento dentro da área urbanizada é excessivo.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há distâncias muito grandes ou insuficiência na mobilidade, acarretando muito tempo de transporte para acesso aos postos de trabalho ou aos equipamentos e serviços essenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> Integrar os modos de transporte Regularizar os alternativos 		
O município apresenta situações de dificuldade de deslocamento, como ausência ou deficiência de transporte público, trânsito intenso, congestionamento, barreiras urbanas, entre outros	<p>No município existe um sistema de transporte público coletivo estruturado ou de alta e média capacidade que precisa ser aprimorado.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há uma rede pública de ônibus, trens ou metrô e outros modais de transporte; é preciso melhorar a oferta desses modais de transporte públicos e coletivos, de forma a incentivar a escolha por esses modais em detrimento dos geradores de trânsito intenso; não há infraestrutura satisfatória de transporte ativo e pode melhorar essas condições ao incentivar a escolha por esses modais em detrimento dos geradores de trânsito intenso. 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperar os trechos do VLT Ampliar a infraestrutura da mobilidade ativa Integração modal 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município tem necessidade de ampliação dos deslocamentos por modos não motorizados, como a pé ou em bicicletas, e de melhoria das condições de calçadas, estruturas cicláveis, micro acessibilidade e acessibilidade	No município é marcada a presença de áreas sem diversidade de usos, exigindo grandes deslocamentos (mais que 5 km) para funções cotidianas. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ há áreas sem ou com poucos postos de trabalho, serviços e equipamentos; ▸ os habitantes gastam grande tempo em deslocamento para acessar centralidades ou equipamentos. 			
O município tem necessidade de ampliação dos deslocamentos por modos não motorizados, como a pé ou em bicicletas, e de melhoria das condições de calçadas, estruturas cicláveis, micro acessibilidade e acessibilidade	No município a rede cicloviária é pequena ou inexistente. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ há um sistema viário com capacidade de aproveitamento para desenvolvimento de uma rede cicloviária; ▸ há de antemão uma população que se utiliza de bicicletas para deslocamentos diários. 			

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município tem necessidade de ampliação dos deslocamentos por modos não motorizados, como a pé ou em bicicletas, e de melhoria das condições de calçadas, estruturas cicláveis, micro acessibilidade e acessibilidade	No município existe necessidade de interligação entre os sistemas e modais. <u>Significa que:</u> ► há uma infraestrutura de acessibilidade para pedestres nos passeios públicos e nos equipamentos públicos; ► há conexões intermodais eficientes e compatíveis com as necessidades de deslocamento.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração / implementação de plano de acessibilidade • DOT – desenvolvimento orientado ao transporte • Rever a implantação / manutenção de calçadas pelos proprietários do lotes 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar infraestrutura de transporte ativo, a pé + bicicleta, incluindo bicicletários 	
O município possui fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (energia, uso do solo, agropecuária, resíduos e indústrias)	No município grande quantidade de emissões de GEE é proveniente do setor de Uso da Terra. <u>Significa que:</u> ► há supressão ou alteração de vegetação e avanço da ocupação agropecuária sobre áreas de relevância ambiental. ► há supressão de vegetação ou avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis.	<ul style="list-style-type: none"> • “Acho que não se aplica” 		

Tema 13 – T13: Desenvolvimento Rural Sustentável

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou controlar seus impactos urbanos e ambientais	No município é necessário ampliar as áreas destinadas às atividades rurais. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o Produto Interno Bruto do município relativo às atividades rurais tem apresentado alta nos últimos anos; as áreas rurais do município estão ocupadas com atividades dessa natureza, sendo rara a presença de glebas e terrenos vazios ou improdutivos; o município possui áreas não ocupadas por atividades rurais ou urbanas, que tampouco apresentam relevância ambiental, passíveis de serem convertidas em áreas rurais. 	EIXO ECONÔMICO: <ul style="list-style-type: none"> Criação do selo inspeção municipal (SIM), com a regularização dos pequenos produtores de produtos de origem animal, tomando apto ao comércio local e metropolitano. O produto deixa de ser artesanal, se tornando um produto oficialmente registrado (Ex: ovos, leite, queijos, mel, cera, manteiga) EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Controlar a monocultura da cana-de-açúcar e a pecuária de corte Implementação da assistência técnica para passarmos de monocultura a diversificação de cultivo, pois temos polos, fábricas que necessitam, por exemplo de tomate, goiaba, entre outros 	EIXO ECONÔMICO: <ul style="list-style-type: none"> Selo para produtos de: origem animal e vegetal Banco de sementes Estufas de mudas (distribuição) Escola Rural Casa do mel EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Parcerias com universidades, federal IFAL, pesquisas (Embrapa) Órgãos de ATER 	EIXO ECONÔMICO: <ul style="list-style-type: none"> Hoje o recurso do PNAE, são utilizados como fornecedores de outros municípios A feira e o comércio local são abastecidos por fornecedores de outros estados EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Tudo isso vai diversificar os cultivos, pois estamos bem próximo a Central de Abastecimento (CEASA) Polo da Predileta
O município apresenta situações de conflito entre produção rural e conservação do meio ambiente	O município possui áreas ambientais ameaçadas, mas com potencial para agroecologia e/ou para usos turísticos visando a sustentabilidade. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> é preciso pensar em alternativas econômicas sustentáveis para garantir a preservação das áreas ambientalmente frágeis; o município tem apresentado avanço da produção sobre as áreas ambientais, ampliando a emissão de GEE. 	EIXO ECONÔMICO: <ul style="list-style-type: none"> Reforma agrária municipal, com a concessão de terras, fortalecendo a agroecologia Criação da casa do mel Escola rural EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Criação das RPPNs e APAs sobre controle do município 	EIXO ECONÔMICO: <ul style="list-style-type: none"> Feiras itinerantes nos conjuntos distantes da feira e do comércio principal Bancas e transportes EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Lei federal – o município adaptará a realidade atual: não queima da cana; não pulverização das áreas de agrotóxicos (isto atrapalha a produção de mel de abelhas, a qualidade da ave 	EIXO ECONÔMICO: <ul style="list-style-type: none"> Criação da "Vila Gourmet" na saída do aeroporto (conjunto Bosque dos Palmares) Ônibus para feira

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território	<p>O município possui serviços ecossistêmicos de regulação, ou seja, benefícios que as pessoas obtêm da regulação do ambiente feita pelos ecossistemas (regulação do clima e do microclima local, qualidade do ar, controle da erosão, regulação dos fluxos de água, secas e inundações, controle biológico de pragas e doenças, polinização e dispersão de sementes, etc).</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> o município possui áreas com ilhas de calor ou deseja criar áreas de preservação ambiental para regulação do clima; o município possui áreas críticas de inundação e deslizamentos. 	<p>EIXO ECONÔMICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> Parceria com as universidades (SECA) <p>EIXO AMBIENTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperar a Ilha Angelita para ser um parque ecológico, com áreas de convivência, produção de mudas, espaços de lazer Incentivar a agricultura urbana e periurbana – utilizar a lei municipal, por em prática, reforçar (melhorar a merenda escolar, consumo saudável) Criação da piscicultura – tanques redes, tanques escavados, açude Reflorestamento da mata ciliar – agroflorestal, utilizando os ribeirinhos do rio Mundaú 		
O município possui fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (energia, uso do solo, agropecuária, resíduos e indústrias)	<p>No município grande quantidade de emissões de GEE é proveniente do setor de Uso da Terra.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> há supressão ou alteração de vegetação e avanço da ocupação agropecuária sobre áreas de relevância ambiental. há supressão de vegetação ou avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis. 	<p>EIXO AMBIENTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> Impedimento da queima da cana-de-açúcar Controlar a emissão de agrotóxico contra a pulverização aérea Controlar a supressão frutífera, jaqueira, com a compensação de mudas da mesma espécie, produção de mudas frutíferas 	<p>EIXO AMBIENTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> Uso da lei federal e criação de lei municipal 	

Tema 14 – T14: Equipamentos Públicos

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, segurança pública, etc.	No município existe terra pública municipal, estadual ou da União disponível para edificação de novos equipamentos, ou se as áreas públicas com equipamentos já existentes são pouco aproveitadas. <u>Significa que:</u> ► há terra de propriedade pública ociosa que poderia ser utilizada para a construção de equipamentos; ► há áreas públicas com equipamentos com um baixo aproveitamento da terra.	EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> CEO – Centro de especialidades odontológicas CER – Centro de especialidade e reabilitação CIE - Centro Integral de Especialidades LMRL - Laboratório municipal EIXO SOCIAL: <ul style="list-style-type: none"> Como estratégia a criação de um banco de dados de terras públicas para mapear áreas disponíveis no limite do município Qualificar os equipamentos existentes Construção de um equipamento que integram as políticas públicas municipais Implantação de um novo CRAS, na região pública da Mata do Rolo e Novo Brasil Centro POP Centro da mulher (contra a violência doméstica) 	EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> Documentos / portarias / leis do ministério da saúde que regulamentem cada construção e suas especificações EIXO SOCIAL: <ul style="list-style-type: none"> Banco de dados das políticas públicas Construção de equipamentos Reforma para os equipamento próprios 	
O município precisa prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, estações de trem, etc.	No município existe terra pública municipal, estadual ou da União disponível para edificação de novos equipamentos ou as áreas públicas com equipamentos já existentes são pouco aproveitadas. <u>Significa que:</u> ► há, em seu território, terra de propriedade pública ociosa que poderia ser utilizada para a construção de equipamentos; ► há áreas públicas com equipamentos com um baixo aproveitamento da terra.	EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> Implantar um terminal de integração Jarbas – Antônio Lins – Casas Novas – Cruzeiro do Sul – Centro EIXO SOCIAL: <ul style="list-style-type: none"> Manutenção das estações de trem no município e expansão e integração com outros modais Criação de terminais rodoviários dentro dos polos regionais do município, Lourenço de Albuquerque, Centro, Mata do Rolo, Casas Novas, Tabuleiro do Pinto, Brasil Novo e Utinga Ciclovía 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município precisa prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, estações de trem, etc.	É preciso planejar a localização adequada para construção de equipamento de mobilidade no município. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> o município necessita construir equipamentos de mobilidade; o município necessita articular as diretrizes específicas de desenvolvimento urbano com as diretrizes específicas da mobilidade urbana; o município está planejando estratégias de adensamento e pretende conciliá-las com investimentos em mobilidade urbana. 	EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> Construção de ciclovia do aeroporto, Mata do Rolo e Tabuleiro do Pinto Implantar sinalização nas vias públicas Implantar sinalização das lombadas Aumento da frota na linha Gustavo Paiva / Centro / Maceió Transporte acoplados Área de lazer, parques sustentáveis em áreas estratégicas 	EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> Legislação para cada caso 	

Tema 15 – T15: Turismo

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui áreas naturais e/ou protegidas com potencial para o desenvolvimento de turismo ambiental sustentável	O município está contido em região com outros municípios que possuem características turísticas. <u>Significa que:</u> ► o município está inserido em região que possui atrativos turísticos relacionados ao meio ambiente; ► busca-se fortalecer ou implementar atividades (inclusive para incremento econômico) que permitam a preservação dos atrativos ambientais.	EIXO ECONÔMICO: <ul style="list-style-type: none"> Criação de parque municipal com valorização e preservação da fauna, flora virgem, estimulando o turismo ecológico (estímulo de pequeno comércio local, com presença de comércio, serviços e artesanato local) – valor para entrada EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Pavilhão do artesanato Aproveitamento econômico da APA <ul style="list-style-type: none"> Elaboração de passeio ecológico Credenciamento de guias Treinamento de guias Trilha e esportes 	EIXO ECONÔMICO: <ul style="list-style-type: none"> Lei que destine verbas de forma específica a manutenção / preservação dos atrativos turísticos ecológicos e históricos Fiscais ambientais e batalhão da polícia ambiental (apoio) Ações permanentes de educação para comunidades (rádio local, palestras, televisão) 	
	No município há conflitos entre os usos urbanos e a preservação ambiental e da paisagem. <u>Significa que:</u> ► na área de interesse turístico o uso e a ocupação do solo vigentes colocam em risco os atributos naturais ou paisagísticos e, consequentemente, o potencial de usufruto turístico.	EIXO ECONÔMICO: <ul style="list-style-type: none"> Orientação da comunidade acerca dos benefícios do fluxo turístico local Ordenamento / estratégias de urbanização local que priorizem (preserve) a paisagem Organização e conservação da infraestrutura Educação nas escolas, mais incentivo a atividades locais EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Relação Prefeitura com os proprietários das terras da APA: estabelecer papel diminuto da prefeitura na execução das atividades 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município busca promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural	<p>O município possui imóveis ou conjuntos de interesse de preservação cultural.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▸ há imóveis ou conjuntos históricos de interesse e que precisam de ações para garantir sua preservação, por ainda não serem protegidos; ▸ há imóveis, conjuntos e/ou centralidades históricas preservados, porém com dinâmica econômica baixa e/ou baixo uso cotidiano. ▸ há empreendimentos ou equipamentos culturais de impacto urbano existentes ou previstos no território. 	<p>EIXO ECONÔMICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Restauração de imóveis históricos (tombados) – Fazenda Riachão • Criar rota de turismo histórico com promoção das cultura e história do município <p>EIXO AMBIENTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de prédios que atendam aos requisitos para tombamento • Criação de memorial <ul style="list-style-type: none"> ◦ Galpões 		

Tema 16 – T16: Áreas de Risco à Vida

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O município possui ocupações humanas em áreas de risco à vida, tais como risco de enchentes, deslizamentos, etc.	No município existem áreas com risco de deslizamento de terra, escorregamento, solapamento etc. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> há áreas de risco ocupadas; há áreas de risco com eventual necessidade de reassentamento; há áreas de risco que podem ser mantidas mediante intervenção para promover melhorias nas condições de segurança; é preciso planejar a ocupação e a expansão urbana considerando as condições geotécnicas do solo. 	EIXO URBANO: <ul style="list-style-type: none"> Proibir o uso e ocupação do solo em encostas Nas áreas as quais a encosta não ofereça risco significativo, realizar obras que possam sanar problemas decorrentes de desastres, após um estudo técnico dessas áreas, seja com a revitalização das encostas ou com obras de drenagem Definir como áreas possíveis de ocupação, seja residencial ou industrial, áreas que não possuam risco; cadastras toda a população que reside em área de risco inevitável, e estipular um prazo para construção de unidade residenciais para essa população Nas áreas próximas ao Rio Mundaú, as quais são passíveis de inundações, permitir apenas construções de praças, vias, etc. que não possuam cunho residencial ou industrial, ou seja, que aglutinem famílias ininterruptamente EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Implementar levantamento topográfico, visando identificar áreas de risco e transforma-las em espaço impróprio a ocupação e áreas de proteção Implementar política de monitoramento de estabilidade de encostas 	EIXO AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> Criar plano de evacuação para as áreas de risco, contemplando os locais para onde as pessoas serão evacuadas, tempo necessário a evacuação, treinamentos Fiscalizar áreas de risco evitando a ocupação 	

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
	<p>No município ocorrem problemas de enchentes.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> possui áreas com ocorrência de alagamento; necessita prever formas de controlar, diminuir e mitigar as situações de risco por alagamentos e enchentes. 	<p>EIXO URBANO:</p> <ul style="list-style-type: none"> Enchente / há duas formas de intervir nesse problema; uma seria a demolição de um dique / represa que existe no centro da cidade. Isso aumentaria consideravelmente o volume de água que escorreria a jusante deste empreendimento. A outra, seria a construção de uma barragem a montante do centro da cidade, local mais afetado com as enchentes do rio Mundaú em Rio Largo, de modo a controlar a vazão que passa através deste rio. 		

Tema 17 – T17: Financiamento do Desenvolvimento Urbano

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
<p>O município necessita viabilizar recursos para investimento público, mas apresenta diminuta arrecadação tributária própria (baixa arrecadação com IPTU, por exemplo)</p>	<p>No município há demanda por áreas de interesse comum a outros municípios e regiões.</p> <p><u>Significa que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> é possível pensar em parcerias e cooperações com outros entes federativos; há pontos de interesse comum em setores como saneamento básico, mobilidade regional e moradia, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de rede hoteleira, viabilizando a estadia do turista nas proximidades do aeroporto, potencializando assim a arrecadação própria municipal Incentivo a instalação de empresas de transporte e logística tendo em vista as diversas rodovias que viabilizam o escoamento de produção 	<ul style="list-style-type: none"> Lei de incentivo fiscal A malha viária é o instrumento para estimular a instalação das empresas 	<ul style="list-style-type: none"> A lei de incentivo fiscal é um instrumento que estimula novos investimentos

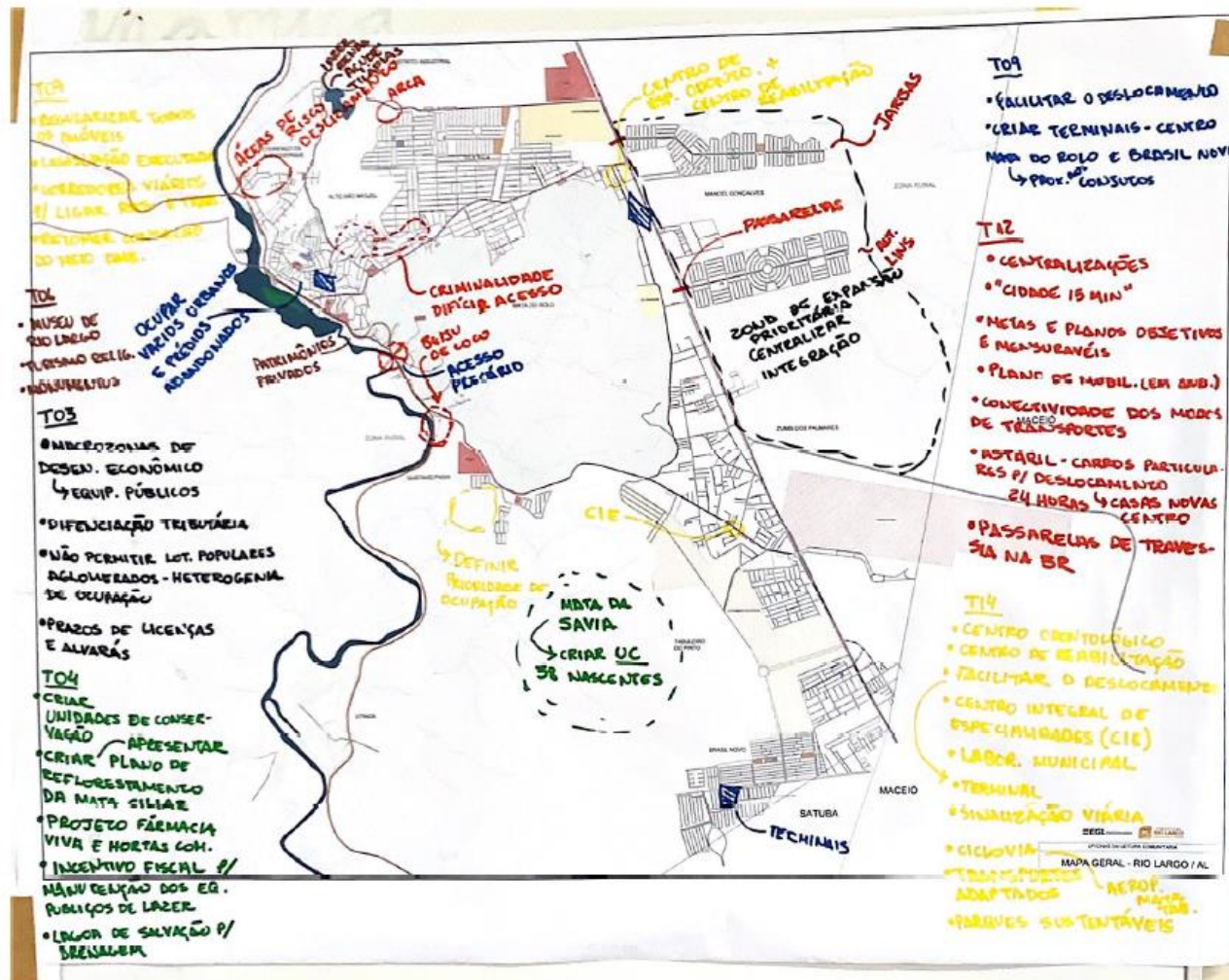
Tema 18 – T18: Gestão Democrática e Participação Popular

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O sistema de gestão democrática municipal não existe, é pouco articulado ou funciona mal, prejudicando a integração e a continuidade dos processos participativos de comunicação, informação, debate, decisão e monitoramento da política urbano-ambiental municipal	No município não existe sequer um conselho relacionado à política urbana/ambiental e ao Plano Diretor. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ não se previu a instituição de conselhos da política urbana; ▸ os conselhos da política urbana previstos ou implementados estão inativos, não foram regulamentados ou não tiveram pessoas representantes nomeadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de conselhos comunitários representados pelas associações de bairros do município • Criação de conselho de política urbana / ambiental ou ativação, se existir 		
	No município não acontecem debates, audiências, consultas públicas e/ou conferências sobre assuntos de interesse urbano. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ não há nenhuma das instâncias participativas acima, ou as realiza muito esporadicamente (por exemplo, apenas para cumprir exigências formais para aprovação de planos e leis); ▸ deverá regulamentar tais instâncias no Plano Diretor, apontando objetivos e formas de realização para torná-las parte do processo de elaboração das políticas territoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma estrutura física para recepcionar os conselhos comunitários • Promover debater, audiências públicas e consultas de interesse urbano • Regularizar através de projetos de lei para equipar e manter os espaços físicos disponibilizados 		

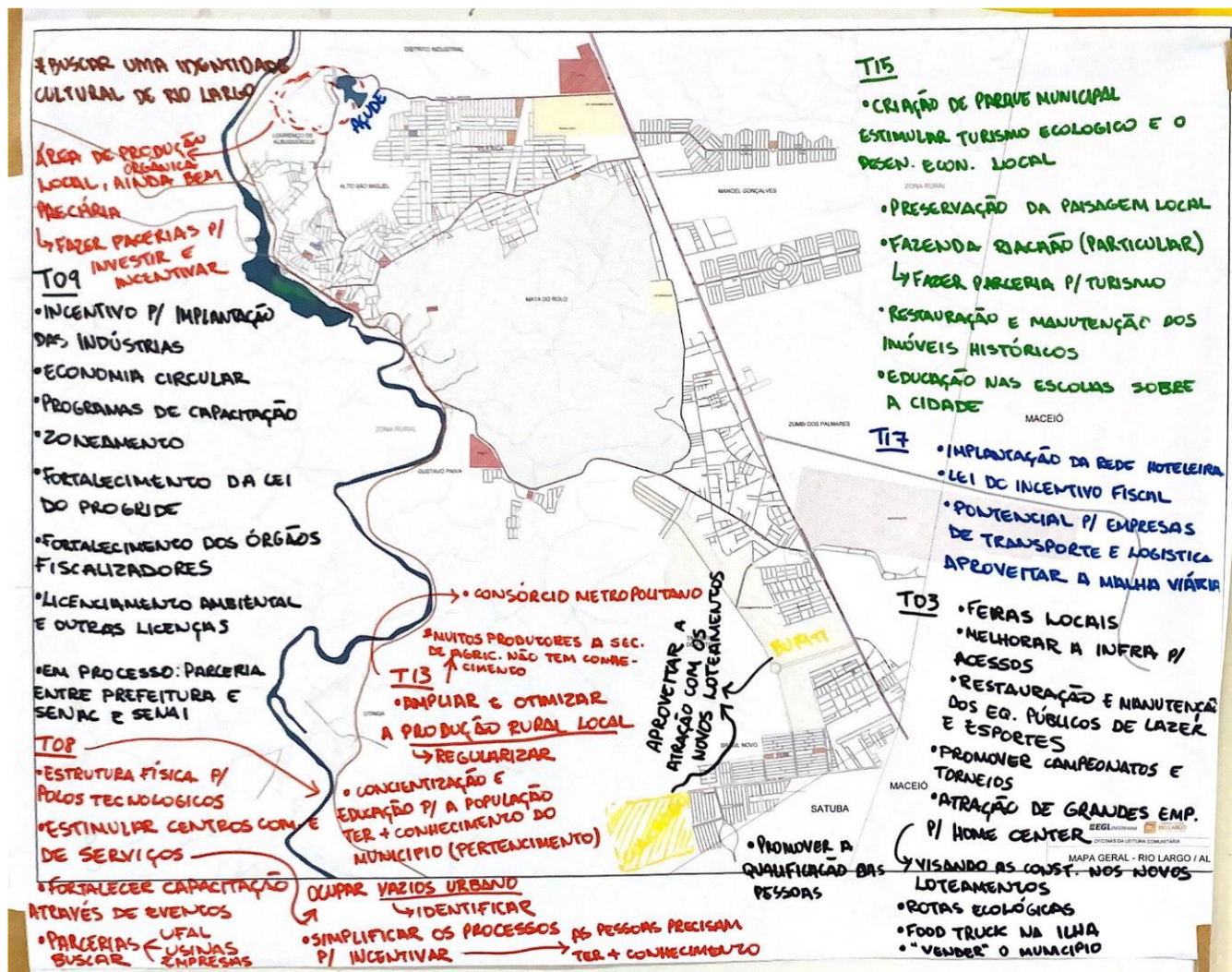
PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
O sistema de gestão democrática municipal não existe, é pouco articulado ou funciona mal, prejudicando a integração e a continuidade dos processos participativos de comunicação, informação, debate, decisão e monitoramento da política urbano-ambiental municipal	O município não possui um sistema nem ferramentas de monitoramento das dinâmicas urbanas. <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ não se implementou instrumentos ou ferramentas de participação e monitoramento das dinâmicas urbanas; ▸ há instrumentos ou ferramentas inativos, ou seja, mesmo que estejam regulamentados, podem não estar funcionando; e/ou ▸ deve-se prever e regulamentar tais instrumentos e ferramentas no Plano Diretor, indicando as formas de articulação entre os instrumentos previstos e seus objetivos. 			
No município há baixa representatividade de setores da sociedade em processos participativos	No município a baixa representatividade se dá em processos participativos contínuos (órgãos colegiados, conferências sobre assuntos de interesse urbano). <u>Significa que:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▸ alguns desses processos participativos acontecem sem a presença ou com poucas pessoas representantes de setores específicos (por exemplo, representantes de movimentos populares; de habitantes; de associações e organizações profissionais e técnicas; de segmentos econômicos; grupos sociais minoritários, oprimidos ou historicamente não representados nos processos políticos; outros), eventualmente resultando em processos majoritariamente compostos por representantes do poder público municipal; ▸ deve-se buscar meios de simplificar a linguagem técnica e melhorar a transmissão de informações fundamentais à população em geral e, principalmente, aos grupos com maior dificuldade de 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover processos de capacitação para lideranças comunitárias, ONGs, institutos • Promover incentivos através do Governo Municipal para participação da população em eventos sociais • Investir em capacitação tanto do profissional que irá atender a população portadora de necessidades especiais e a população de modo geral (conscientização) 		

PROBLEMÁTICA	QUESTÃO QUALIFICADORA	ESTRATÉGIA / PROPOSTA	INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO
	acesso ou necessidades especiais; ► deve-se promover sensibilização e capacitação junto a grupos com maior dificuldade de acesso ou necessidades especiais, com cursos, palestras, etc.			

• MAPAS SÍNTESE – OFICINA DESENVOLVIMENTO URBANO



• MAPAS SÍNTESE – OFICINA SUDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



• LISTAS DE PRESENCAS



Rio Largo
ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
End. na Rua Napoleão Viana S/N, Galeria Napoli
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza – Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
CNPJ: 12.200.168/0001-20

OFICINA TEMÁTICA- DESENVOLVIMENTO URBANO – 20.06.2023 AS 9h.

LISTA DE FREQUÊNCIA

	NOME	TELEFONE	REPRESENTAÇÃO	ÁREA ATUANTE
1	Guilherme Ruanil de Mouton	9822-4324	SEPLA	Atuação AM e Urb.
2	Josely Cláudia Costa	99921-4200	SMS	Secretaria de Saúde
3	Elizabete Toulson	9912-1404	CGM	Controle Interno
4	Carla Lucila Aguiar	98827-7587	SELCT	Engenharia
5	Marcos Regina J. Torres	99966-0166	SETRAND	Arquitetura
6	Regiane da S. Romão	98801-1809	SETRAND	Assist. Social
7	Valmery Bezerra C. Morais	8299922-5559	SETRAND	PROJETETO
8	Roberta P. B. B. B.	99883-4519	SETRAND	TRANSPORTE E MOBILIDADE
9	Dei Dantonet	8299335-5649	SETRAND	TRANSPORTE E MOBILIDADE
10	Alana Kapa R. B. B.	829926-0416	SELCT	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
11	Manoel J. de Arruda Neto	98822-4206	SEPLA	Planejamento
12	William S. de S. B.	99901-0147	SEPLA	Planejamento
13	Carlysa F. de Oliveira	99127-6986	PDU RMM	Arquitetura
14	Diaglene Galvões Neto	99607-9923	PDU RMM	Educação / Pedagogia
15	Poliana Souza de M. T. B.	99968-0330	SMTT	D. Trabalho
16	Silvana A. V. Candade Silva	99163-0167	Trabalho	Trabalho
17	Marcos Roberto Martins Lopes	99991-3677	SEMA	Engenharia Civil
18	Marta Tereza D. B. B.	8299835-9993	SEMA	Engenharia Geomorfologia
19	Raquel A. B. B.	99657-1134	ASTARIL	Centro / BARBACOTICA
20	Isabelle L. Silva	98801-3164	Endemias	Endemias
21	Libson Libson T. S. B.	99906-844	Endemias	Endemias
22	GABRIELA FREIRE ALVES	99677-0662	Endemias	Endemias
23	Helena Helena G. F. Farias	99602-2830	SMS	Saúde da Mulher
24	Andressa Furtado de Amorim	99110-3013	SMS	CSA
25	Júlia Priscilla Cavalcante	99997-9234	SMS	Saúde Mental



26	Regina M. B. P. Aguiar	99601888	SMS	Promocão a Saúde
27	Guarany Patricia A. Anjo	9889-9542	SEMMA	Educação ambiental
28	Genyco Thays dos S. Silva	98869-5538	SEMMA	Educação ambiental
29	Guilherme Luiz F. de Assunção	99556-3630	SEINFAT	SECRETARIA
30	JUDA ROSA CALADO	99997-1491	SEINFRA	Eng. AGRICULTOR / ENGENHARIA
31	Matheus Felipe Leir Ferreira	99951-2486	SMS	Coord. da Saúde Bucal
32	Pamela Alves M. Nascimento	98151-9595	SMS	Coord. das Especialidades
33	Isabel ARAUJO do. Souto	98151-8030	SEINFRA	Fiscal de obras
34	Roberto A. Silva L. L.	99938-3114	SEINFRA	FISCAL DE OBRAS
35	DANIEL ALVES DA SILVA	99816-8183	SEINFRA	ENDENIA
36	Wellington Manoel da Silva	99665-2540	PDUI-EMBAPA	Eng. Agrônomo
37	Jose Marco Guiseppe	99422-2125		
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				
51				
52				
53				
54				
55				
56				
57				
58				
59				
60				
61				
62				
63				
64				
65				
66				



Rio Largo
ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
 End. na Rua Napoleão Viana S/N, Galeria Napoli
 Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza – Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
 CNPJ: 12.200.168/0001-20

OFICINA TEMÁTICA- MEIO AMBIENTE – 20.06.2023 ÀS 14h.

LISTA DE FREQUÊNCIA

	NOME	TELEFONE	REPRESENTAÇÃO	ÁREA ATUANTE
1	Julliana Bianchi de Freitas	9822-4321	SEPLA	Estagiária Arq e Urb
2	Jose MARCO Gualberto	994227717	ASSISTENTE	COORDENADOR
3	Rayssa M. Baumentim	98119-8744	SEMED	Directoria Planejamento
4	Isabel MACIEL PINTO JR.	(32)99936-1741	SEMA	SEC. MUN. AMBIENTE
5	Shagud Tenório Silva	(32)99102-1308	SEMA	Directoria Ambiental
6	Julio Cesar Barbosa Vianna	(32)936052238	SEMA	FISCAL AMBIENTAL
7	FELDO ALVES DE ANDRADE	(32)987331951	SEMA	SEC. EXECUTIVO DE Ambienta
8	Vitor Medeiros Romão do Silva	(32)98636-944	SEMA	Licenciamento Ambiental
9	Wellington Manoel do S.	986652540	PDM - EMPILADA	Eng. Agrônomo
10	Luana Augusta	9847-6232	SEPLA	Sec. Planejamento
11	Wellington Sato da Silva	998040143	SEPLA	Orçamento
12	Manoel J. de Arruda Neto	98822-4206	SEPLA	Planejamento
13	José Maria Z. Lima	99146-3516	SEMA	Eng. Agrônomo com
14	Marcus Vinicius Martins Gomes	999913677	SEMA	Engenharia Civil
15	Marta Veneza J. Ribeiro	999913589	SEMED	Engenharia Agrônoma
16	Gessyca Thays dos S. Silva	988695538	SEMA	Eng. Agrônoma
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				



PREFEITURA
RIO LARGO
 Simplicidade e Trabalho



Rio Largo
 ESTADO DE ALAGOAS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
 End. na Rua Napoleão Viana S/N, Galeria Napoli
 Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza – Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
 CNPJ: 12.200.168/0001-20

OFICINA TEMÁTICA- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – 21.06.2023 AS 9h.

LISTA DE FREQUÊNCIA

	NOME	TELEFONE	REPRESENTAÇÃO	ÁREA ATUANTE
1	Jonas Augusto	8298642-622	SEPLA	Sec. Planejamento
2	GRAZIELA D. TEIXEIRA	996619350	CONTABIL INTERNO	controladoria
3	MAYCO SULLIVAN A. SANTANA	999537395	SEPLA	Sec. Planejamento
4	WILLIAM JONAS DO S. LOPES	99904-0143	SEPLA	Sec. Planejamento
5	SUNNYA F. SILVA	99963-0008	Tributos	Finanças
6	PLÊNIA BEZERRA	98829-6237	tributos	Finanças
7	PLÊNIA RANIERI LOPES DA SILVA	99904-1613	tributos	Obras
8	MARILYN LOPES DA SILVA	98818-2295	Tributos	Finanças
9	ADRIANO PEREIRA	98840-1597	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VIGILÂNCIA E FEIRA M.
10	ADRIANO J. LOPES DA SILVA	98864-1426	VIGILÂNCIA SANIT	VI S A
11	GABRIELA FREIRE AYES	99672062	ENDERMIAS	ENDERMIAS
12	EDSON OLIVIER T. SILVA	99906-8164	endermias	endermias
13	RAMON LAURENTINO SILVA	98804-3164	Endemias	Endemias
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				





Rio Largo
 ESTADO DE ALAGOAS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
 End. na Rua Napoleão Viana S/N, Galeria Napoli
 Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza – Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
 CNPJ. 12.200.168/0001-20

OFICINA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 21.06.2023 ÀS 14h.				
LISTA DE FREQUÊNCIA				
	NOME	TELEFONE	REPRESENTAÇÃO	ÁREA ATUANTE
1	Isolando N.S.J.	79 9146325	GUARDA MUNICIPAL	SG. SEGURANÇA MUNICIPAL
2	Admir S. dos Santos	98822.9282	GUARDA	SECCEV
3	Albertyn Lima L. Silva	78852.0772	GUARDA MUNICIPAL	SMCCU
4	Renata Araújo de Souza	5009992-3424	SECADESH	Assistência Social
5	Naryoma D'Araújo da S. N. N.	95440-1973	SECADESH	Secretaria
6	Silvio César Silva Santos	98643-0542	SECADESH	ASS. ADMINISTRATIVO
7	Ademilson Cesar de Lima	99663-8738	SECADESH	Coordenação Administrativa
8	Jose Márcio Guimarães	9.94227379	ASSIST	COORDENAÇÃO
9	Luciele L. Santos	9.96201741	PDUI/AL/UFAL	FPIC CARTOGRAFIA
10	Carolina Tenório Gomes	9.9611-0545	PDUI/AL/UFAL	FPIC HABITAÇÃO
11	Diglaure Galvão	996079923	PDUI/KMM	PEDAGOGIA/Participação Social
12	Isabella F. de O. Cavalcante	991276466	PDUI/RRM	ARQUITETA/FPIC HABITAÇÃO
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				





Rio Largo
ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
 End. na Rua Napoleão Viana S/N, Galeria Napoli
 Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza – Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
 CNPJ: 12.200.168/0001-20

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PLANO DIRETOR
REUNIÃO PLANO DIRETOR, AS 14h, EMEB Gustavo Palva.

LISTA DE FREQUÊNCIA

	NOME	TELEFONE	REPRESENTAÇÃO	ÁREA ATUANTE
1	Guiliana Brasil J. Brito	991622-4321	SEPLA	Informação Arg. e Vab.
2	Jose Mario Guisacene	994221379	Assistência	cooperador
3	William Santos da Silva	999040743	SEPLA	Orçamento
4	Haroldo Augusto	99647-6232	SEPLA	SEPLA
5	Carla Cecilia Aguiar	98877-7587	SELCT	Estagiária de cultura
6	Germano Costa de Oliveira	99715-1507	SEARH	Sec. Municipal
7	Douglas Ferreira Cavalcante Lott	993366226	SEINFRA	TRIBUTÁRIO
8	Rejane Souza de Almeida	99968-0330	SEMT	D. Transporte
9	Marcos J. de Arruda Neto	98822-2406	SEPLA	Planejamento
10	Elizabeth Tenório da Rocha	99121-4644	CGM	Contribuição
11	Eny Celygane Guapiranga	99881-6232	SECADES	Assistência Social
12	Renata Araújo de Sousa	99992-3424	SECADES	Assistência Social
13	Ingrid Tenório	(82)99108-1338	SEMA	Directoria Ambiental
14	ISMAR MACÁRIO	(82)99936-1391	SEMA	SEC. MEIO AMBIENTE
15	Julio Cesar Barbosa	(82)99605-2083	SEMA	TER. AMBIENTAL
16	MAYCO SELLUNA SANTANA	(61)99953-7395	SEPLA	ENGENHEIRO CIVIL
17	JUDA BORBA CALADO	(82)99999-1494	SEINFRA	ENG. CIVIL/ENG. AGRIMENSOR
18	PATRICIA BATALLA	(82)99976-7390	SEINFRA	arquiteta
19	FEMILTON COSTA SOUZA	99673-3998	SEINFRA	ENGENHEIRO CIVIL
20	Julio Cesar Silva Oliveira	(82)99954-1782	SMS	Secretaria Municipal Executiva de Saúde
21	Forster Claudio G. de Aguiar	899991-4800	SMS	Secretaria de Saúde
22	ROSELIQUE OLIVEIRA	8299931-1822	SEARH	SEC. DEFESA CIVIL
23				
24				

